



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

**EMPODERAMENTO DE MULHERES NEGRAS E POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MECANISMOS E
DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES**

Cláudia de Oliveira Alves

Brasília
2021



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Departamento de Psicologia Clínica
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura

EMPODERAMENTO DE MULHERES NEGRAS E POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MECANISMOS E DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES

Cláudia de Oliveira Alves

Texto submetido para Defesa de Tese, junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sheila Giardini Murta

Brasília
2021

Cláudia de Oliveira Alves

**EMPODERAMENTO DE MULHERES NEGRAS E POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: MECANISMOS E
DIRETRIZES PARA INTERVENÇÕES**

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Sheila Giardini Murta
Universidade de Brasília – UnB
Presidente da Banca

Prof^ª. Dra. Vera Regina Rodrigues da Silva
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira - Unilab
Membra Titular

Prof^ª. Dra. Cristina Vianna Moreira dos Santos
Universidade Federal de Tocantins – UFT
Membra Titular

Profa. Dra. Clélia R. S. Prestes
Instituto AMMA Psique e Negritude
Membra Titular

Prof^ª. Dra. Valeska Zanello
Universidade de Brasília – UnB
Membra Suplente

Agradecimentos

À Sheila Murta, minha querida orientadora de doutorado, pelo acolhimento e aprendizado ao longo desses anos. Obrigada pelo incentivo, pelo suporte, pela generosidade e pelo cuidado que foram fundamentais durante o percurso e possibilitaram a concretização desse trabalho.

Às membras da banca examinadora, Prof.^a Dr.^a. Cristina Vianna Moreira dos Santos, Prof.^a Dr.^a Clélia R. S. Prestes, Prof.^a Dr.^a Vera Regina Rodrigues da Silva e Prof.^a Dr.^a Valeska Zanello pela disponibilidade e pelas valiosas colaborações e sugestões, as quais serão muito úteis para meu desenvolvimento profissional.

A todas(os) as(os) professoras(es) e funcionárias(os) do departamento de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília por contribuírem, desde o mestrado, com minha formação.

Aos colegas do Grupo de Estudo em Prevenção e Promoção da Saúde no Ciclo da Vida (GEPPS-Vida), pelas trocas, revisões de manuscritos e valiosos *feedbacks*. Agradeço especialmente a Nádia Pinheiro, José Marcelo Luz, Jordana Menezes e Samia Abreu pelo apoio, parceria frutífera e prazerosa amizade.

À minha mãe Maria Nolasco e ao meu pai José Alves por cultivarem em mim, desde cedo, o valor da educação. Obrigada por serem inspiração e porto seguro em todos os momentos.

Agradeço a toda a minha família, por compreender minhas ausências e sempre me apoiar.

Ao meu companheiro Otávio Moser Prado, pelo apoio, incentivo, carinho e cuidado de todas as horas, que tornaram meus dias e essa jornada mais leve.

Às participantes desta pesquisa que colaboraram generosamente com este estudo, tornando-o possível. Agradeço a cada uma pela disponibilidade, pelo tempo, olhares e experiências compartilhadas.

Agradecimentos às pesquisadoras Emanuele Cristina Santos do Nascimento, Karen Kathlenn Amorim Oliveira e Stéfane Macedo de Jesus que colaboraram na condução e transcrição de algumas das entrevistas.

Às queridas amigas Ana Luísa Coelho e Lajara Janaina, pelas trocas, pela parceria e pelo apoio.

Por fim, agradeço à Gláucia Diniz, minha orientadora do mestrado e do início do doutorado, pelo incentivo e acolhimento que foram muito importantes no começo de minha trajetória na pós-graduação.

*“Eu não vou só olhar.
Quero que o meu olhar
mude a realidade.”*

bell hooks

Sumário

Lista de Tabelas	9
Lista de Figuras	10
Lista de Anexos	11
Resumo	12
Abstract	14
Apresentação	16
Manuscrito 1 - Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no SUAS	22
Resumo	23
Abstract	23
Introdução	25
Método	34
Resultados e Discussão	37
Considerações Finais	48
Referências	53
Manuscrito 2 - Mecanismos de empoderamento de mulheres negras: um estudo sobre superar barreiras	61
Resumo	62
Abstract	63
Introdução	64
Método	77
Resultados	82
Discussão	92
Considerações Finais	100
Referências	103
Manuscrito 3 – Intervenções para empoderamento de mulheres negras no CRAS: avaliação de necessidades a partir do modelo RE-AIM	115
Resumo	116
Abstract	117
Introdução	118
Método	124

Resultados	128
Discussão	145
Considerações Finais	154
Referências	158
Considerações Finais	168
Anexos	174

Lista de tabelas

Manuscrito 1

Tabela 1. Publicações sobre a inserção de mulheres negras no SUAS	39
---	----

Manuscrito 2

Tabela 1. Caracterização das participantes de pesquisa	79
--	----

Tabela 2. Resultados dos mecanismos de empoderamento nos níveis micro, meso e macro....	83
---	----

Manuscrito 3

Tabela 1. Caracterização das participantes de pesquisa	125
--	-----

Tabela 2. Roteiro de entrevista baseado no modelo RE-AIM	126
--	-----

Tabela 3. Descrição das categorias.....	128
---	-----

Tabela 4. Resultados na dimensão Alcance	131
--	-----

Tabela 5. Resultados na dimensão Eficácia/Efetividade	134
---	-----

Tabela 6. Resultados na dimensão Adoção	136
---	-----

Tabela 7. Resultados na dimensão Implementação	139
--	-----

Tabela 8. Resultados na dimensão Manutenção	142
---	-----

Tabela 9. Ocorrências por categoria e por dimensão RE-AIM	144
---	-----

Considerações Finais

Tabela 1. Mecanismos de empoderamento de mulheres negras nos níveis micro, meso e macro	170
--	-----

Lista de figuras

Manuscrito 1

Figura 1. Processo de seleção da amostra 36

Manuscrito 2

Figura 1. Percursos teóricos no nível micro/pessoal que levam do baixo controle às desigualdades sociais em saúde 72

Figura 2. Caminhos meso/comunitários do baixo controle às desigualdades sociais em saúde 74

Figura 3. Caminhos do baixo status das mulheres na sociedade para piores resultados de saúde75

Manuscrito 3

Figura 1. Ocorrência de facilitadores e barreiras para alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção129

Figura 2. Ocorrência de facilitadores e barreiras por categorias130

Figura 3. Barreiras e facilitadores mais recorrentes para intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras 145

Lista de anexos

Anexo A - Parecer Consubstanciado do CEP CHS/UnB.....	175
Anexo B . Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	177
Anexo C - Termo de autorização para utilização de som de voz para fins de pesquisa	179

Empoderamento de mulheres negras e Política Nacional de Assistência Social: mecanismos e diretrizes para intervenções

Resumo

As mulheres negras brasileiras representam aproximadamente um quarto da população brasileira. Esse grupo é amplamente afetado pela configuração de mecanismos históricos e sociais, como o racismo, sexismo e classismo. Esse cenário contribui para que ele constitua o maior grupo de usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Estratégias de promoção de empoderamento, ao maximizar as possibilidades de ação sobre a própria vida e a da comunidade, podem contribuir para melhores condições de vida, redução de iniquidades em saúde e bem-estar dessa população. Dessa forma, a partir da perspectiva de mulheres negras, a presente tese teve como objetivo analisar processos de empoderamento de mulheres negras, identificando a produção de conhecimento sobre a inserção de mulheres negras no SUAS, descrevendo mecanismos favorecedores de empoderamento, e apresentando diretrizes para intervenções voltadas para esse processo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). No manuscrito 1 é apresentada uma revisão integrativa de literatura que teve por objetivo investigar a produção de conhecimento científico sobre a inserção de mulheres negras no Sistema Único de Assistência Social. Os resultados apontaram para uma discussão ainda incipiente sobre raça nesse campo, presente em sete artigos. Mesmo os poucos estudos que se propõem a investigar mulheres negras pouco se aprofundam na discussão sobre raça e racismo. O manuscrito 2 descreve um estudo qualitativo, realizado por meio de entrevistas com 23 mulheres, sobre elementos que podem funcionar como mecanismos favorecedores de empoderamento para as mulheres negras nos níveis micro, meso e macrossocial. Os achados do estudo apontam mecanismos que remetem a vivências interseccionadas por raça, gênero e classe, nos três níveis de análise. O manuscrito 3 relatou um estudo qualitativo, com a

participação de 16 entrevistadas, que analisou barreiras e facilitadores, baseado no modelo RE-AIM, para alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção de intervenções que visem favorecer o empoderamento de mulheres negras. Os resultados indicam que o alcance, a eficácia, a adoção, a implementação e a manutenção de intervenções com essa proposta dependem, principalmente, dos agentes da implementação, de contexto interno e externo favoráveis. Ademais, foram identificadas mais facilitadores que barreiras. Os resultados dos três estudos permitiram elaborar recomendações/diretrizes que podem ser adotadas para informar intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras. Acredita-se que esses achados podem ser úteis para embasar intervenções desse tipo também em outros contextos de implementação. Como agenda de pesquisa sugere-se que estudos futuros explorem em profundidade cada um dos níveis de empoderamento estudado e forneçam evidências adicionais de sua interrelação, assim como os efeitos de cada um desses mecanismos nas vidas (e na saúde) das mulheres negras. Recomenda-se também que sejam realizados estudos futuros de desenvolvimento de intervenção para verificar a aplicabilidade desses achados no planejamento, implementação e avaliação da intervenção, em diferentes contextos de aplicação.

Palavras-chave: empoderamento, mulheres negras, intervenções psicossociais, Política Nacional de Assistência Social, avaliação de necessidades.

**Black women empowerment and Brazilian Social Assistance National Policy:
mechanisms and guidelines for interventions**

Abstract

Brazilian black women represent approximately one quarter of the Brazilian population. This group is highly affected by the configuration of social and historic mechanisms, such as racism, sexism and classism. This particular scenario contributes to making it the largest user group of the Unified Social Assistance System (SUAS). By maximizing the possibilities of taking action concerning their own lives and communities, empowerment promotion strategies may contribute to improve this population's living conditions, welfare and reduce health inequality. In this manner, the present dissertation aims towards identifying mechanisms and guidelines for interventions with the purpose of facilitating the black women empowerment in the scope of the Social Assistance National Policy (PNAS). On manuscript 1, I present an integrative literature review with the goal of investigating the scientific knowledge production concerning the insertion of black women in the Unified Social Assistance System (SUAS). The results point to a still incipient discussion about race in this field, which was found throughout seven articles. Even the few works proposing to study black women do not go into depth on the discussion of race and racism. Manuscript 2 describes a qualitative study, performed through interviewing 23 women about elements which could function favorably to empower black women in micro, meso and macrosocial levels. This study's findings point to mechanisms connected with intersectional experiences of race, gender and class on the three levels of analysis. Manuscript 3 presents another qualitative study which interviewed 16 women, assessing barriers and facilitators. The study was based on the RE-AIM model, for reach, effectiveness/efficacy, adoption, implementation and maintenance of interventions fostering the empowerment of black women. Results indicate that reach, effectiveness/efficacy, adoption, implementation and maintenance of

interventions with this purpose depend, mainly, on the implementation agents and on favorable internal and external contexts. Furthermore, more facilitators than barriers were identified. The results from the three studies have enabled me to prepare recommendations/guidelines to promote black women empowerment in the PNAS.

I believe that these findings can be useful to support this type of interventions in other implementation contexts. As a research agenda, I suggest that future studies explore in depth each of the empowerment levels studied and provide additional evidence of their interrelation, as well as the effects of each of the mechanisms on the lives (and health) of black women. I also recommend future studies on intervention development in order to verify the applicability of these findings in intervention planning, implementation and assessment in different contexts.

Key words: empowerment, black women, psychosocial interventions, Brazilian Social Assistance National Policy, needs assessment.

Apresentação

As mulheres negras brasileiras, considerando as autoidentificadas como pretas e pardas, representam aproximadamente um quarto da população brasileira (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017). Esse grupo vivencia constantemente experiências de racismo, sexismo, classismo, dentre outros marcadores, que contribuem para a (re)produção de condições de desvantagem em todas as dimensões da vida (Bairros, 1995; Collins, 2000; González, 1988; hooks, 2015). Acredita-se que intervenções que favoreçam o empoderamento de mulheres negras podem contribuir para a melhoria das condições de vida e bem-estar dessa população.

Empoderamento tem sido adotado com muitos significados diferentes, por vezes contraditórios. No presente estudo, empoderamento, é entendido como conceito multidimensional e sistêmico (Cattaneo & Chapman, 2010; Cattaneo & Goodman, 2015; Cyril et al., 2016; Huis et al., 2017), que se refere à maximização das possibilidades de ação sobre a própria vida e a da comunidade, por meio da superação (ou minimização) de barreiras formais e informais, internas e externas (Cornwall, 2016; Berth, 2018; Wallerstein, 2006). Adota-se, dessa forma, a compreensão de que empoderamento perpassa os níveis individual (microsocial); relacional e comunitário (mesossocial); e estrutural (macrossocial), que interagem entre si.

Intervenções para empoderamento de mulheres negras na política de assistência social podem contribuir para melhorias de condições de vida e bem-estar e também para o alcance dos objetivos dessa política pública. Para isso, é importante que se adote um olhar atento às interseccionalidades que compõem as experiências desse grupo. Foram encontrados poucos relatos na literatura brasileira que descrevem intervenções psicossociais para empoderamento de mulheres negras. Portanto, entendemos que essa é ainda uma área que precisa de

investimentos de pesquisadoras(es) no nível do planejamento, do desenvolvimento, da implementação e da avaliação de tais intervenções.

A escolha da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) como contexto desta pesquisa é devido ao fato de que ela desempenha papel relevante no campo da proteção social. Além disso, as mulheres negras representam o seu maior público de usuários (Brasil, 2018). Essa política pública, apesar de ser constantemente negligenciada durante a formação profissional (Cordeiro et al., 2018), tem se constituído como importante campo de atuação de psicólogas e psicólogos. Por isso, torna-se relevante que investimentos de produção de conhecimento em psicologia a elejam como alvo. Somado a esses fatores, a assistência social é uma área de interesse na qual atuo profissionalmente como psicóloga em um Centro de Referência em Assistência Social.

Inserir o presente estudo no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura tem a potência para priorizar a construção de um espaço de imersão e desenvolvimento de uma clínica psicológica atenta à prática política de valorização da vida humana, considerando os aspectos históricos, sociais, econômicos e culturais. Além disso, investir em estratégias de empoderamento atende a um compromisso social da psicologia que vai além de estratégias de tratamento.

A psicologia socialmente comprometida pode contribuir para melhorias das condições de vida, saúde e bem-estar de populações que tiveram suas experiências historicamente invisibilizadas, como é caso das mulheres negras. Defende-se aqui que a psicologia, apesar de estar acostumada a negligenciar as discussões sobre raça e gênero, pode empreender ações que favoreçam o empoderamento das mulheres negras, impactando condições de desigualdades e vulnerabilidade social.

Vale ressaltar que há o reconhecimento de que a escolha do tema desta pesquisa de forma alguma é neutra, assim como nenhuma pesquisa o é. A minha própria posicionalidade

entusiasmou esse caminho. Adota-se, assim, uma postura ético-política no compromisso enquanto psicóloga, pesquisadora, mulher e negra. Nesse sentido aproxima-se do *status de outsider within* ou *forasteira de dentro*, discutido por Collins (2016). Essa autora argumenta que a posicionalidade de mulheres negras nas áreas de conhecimento, como a psicologia, pode ajudar a questionar paradigmas dominantes desses campos de saber ao ajudar a iluminar aspectos marginalizados, como o racismo. Dessa forma, o *status de outsider within*, pode colaborar para a construção de novas perspectivas ao fornecer um ponto de vista de dentro e, ao mesmo tempo, de fora de paradigmas dominantes na psicologia.

O objetivo inicial da pesquisa era desenvolver, implementar e avaliar uma intervenção para o empoderamento de mulheres negras. Dentro do prazo do curso de doutorado esse intento se mostrou inexecutável e, após reformulação, o objetivo deste estudo tornou-se analisar processos de empoderamento de mulheres negras, identificando a produção de conhecimento sobre a inserção de mulheres negras no SUAS, descrevendo mecanismos favorecedores de empoderamento, e apresentando diretrizes para intervenções voltadas para esse processo no âmbito da PNAS. Estudos com proposta semelhante à da presente pesquisa não foram localizados na literatura, o que aponta para seu ineditismo.

As perguntas de pesquisa que guiaram o estudo foram: (a) Quais são as características dos estudos publicados sobre as mulheres negras no SUAS? (b) Quais são os focos dos estudos? (c) Como as discussões sobre raça/cor são abordadas? (d) Quais são os mecanismos promotores de empoderamento das mulheres negras nos níveis micro, meso e macrosocial? (e) quais elementos podem funcionar como facilitadores ou barreiras para o alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção de uma intervenção para promoção de empoderamento de mulheres negras no CRAS? Para responder as perguntas de pesquisa foram desenvolvidos três estudos que resultaram em três manuscritos. O arcabouço

teórico adotado está ancorado, principalmente, na perspectiva interseccional e feminista negra.

Este texto está organizado em quatro seções e apresenta, nas três primeiras, os manuscritos que compõem a tese e, na última, as considerações finais. O **manuscrito 1**, intitulado *Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no SUAS*, consiste uma revisão integrativa de literatura e teve por objetivo investigar a produção de conhecimento científico sobre a inserção de mulheres negras no SUAS. O **manuscrito 2**, intitulado *Mecanismos de empoderamento de mulheres negras: um estudo sobre superar barreiras*, objetivou investigar, a partir da visão das mulheres participantes, elementos que podem funcionar como mecanismos favorecedores de empoderamento para as mulheres negras nos níveis micro, meso e macrossocial. O **manuscrito 3**, intitulado *Intervenções para empoderamento de mulheres negras no CRAS: avaliação de necessidades a partir do modelo RE-AIM*, teve por objetivo analisar barreiras e facilitadores, baseado no modelo RE-AIM, para alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção de intervenções que visem favorecer o empoderamento de mulheres negras.

A seção de considerações finais apresenta uma síntese dos resultados encontrados nos três estudos e uma lista de diretrizes (recomendações) que podem ser seguidas para o planejamento, implementação, e avaliação de intervenções, ou aprimoramento das já existentes. Por fim, uma agenda de pesquisa é oferecida.

Referências

- Bairros, Luiza. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458-463. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Berth, Joice. (2018). *O que é empoderamento?* Letramento.
- Brasil. (2018). *Boletim Mulheres no SUAS* (Boletim da Vigilância Socioassistencial, 5). Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>
- Cattaneo, Lauren Bennett & Chapman, Aliya R. (2010). The process of empowerment: A model for use in research and practice. *American Psychological Association*, 65(7), 646–659. <https://doi.org/10.1037/a0018854>
- Cattaneo, Lauren Bennett & Goodman, Lisa A. (2015). What is empowerment anyway? A model for domestic violence practice, research, and evaluation. *Psychology of Violence*. 5(1), 84-94.
- Collins, Patrícia Hill. (2016). Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, 31(1), 99-127. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>
- Collins, Patrícia Hill. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.
- Cornwall, Andrea. (2016). Women’s empowerment: Whats works? *Journal of International Development*, 28, 342-359. <https://doi.org/10.1002/jid.3210>
- Cordeiro, Mariana Prioli., Svartman, Bernardo, & Souza, Laura Vilela. (Orgs.). (2018). *Psicologia na assistência social: Um campo de saberes e práticas*. Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo.

- Cyril, Sheila, Smith, Ben J., & Renzaho, Andre M. N. (2016). Systematic review of empowerment measures in health promotion. *Health Promotion International*, 31, 809-826. <https://doi.org/10.1093/heapro/dav059>
- González, Lélia. (1988). Por un feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, 9, 133-141.
- hooks, bell. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, 193-210. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608>
- Huis, Marloes A., Hansen, Nina, Otten, Sabine & Lensink, Robert. (2017). A three-dimensional model of womens'n empowerment: Implications in the field of microfinance and future directions. *Frontiers in Psychology*, 8, 1-14. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01678>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2017). *Estimativa de população*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>
- Wallerstein, Nina. (2006). What is the evidence on effectiveness of empowerment to improve health? Copenhagen, WHO Regional Office for Europe (Health Evidence Network report). https://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0010/74656/E88086.pdf

MANUSCRITO 1

Submetido à publicação na Revista da ABPN

TÍTULO EM PORTUGUÊS

Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no SUAS

TÍTULO EM INGLÊS

About presence and absence: literature review on black women at SUAS

Resumo

As mulheres negras formam o maior grupo de usuárias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Apesar disso, a temática das relações raciais é pouco discutida no âmbito desse sistema. O presente estudo parte de uma perspectiva de interseccionalidade para abordar a (re)produção de vulnerabilidades sociais e impactos nas condições de vida de mulheres negras. O objetivo desta pesquisa foi investigar a produção de conhecimento científico sobre a inserção de mulheres negras no SUAS. Foi conduzida uma revisão integrativa de literatura que localizou sete estudos. Os resultados apontam uma ínfima produção nacional. Embora a raça seja entendida como elemento importante para compreender a desigualdade social, as discussões centram-se principalmente nas relações de gênero e/ou de classe. A produção de conhecimento sobre as mulheres negras usuárias do SUAS precisa avançar, considerando as dimensões de raça e de gênero, dentre outros aspectos interseccionais, com vistas ao aprimoramento e à execução da Política de Assistência Social.

Palavras-chave: mulheres negras, raça, Sistema Único de Assistência Social, interseccionalidade, revisão de literatura

Abstract

Black women form the largest group of users of the Unified Social Assistance System (SUAS). Despite this fact, the theme of race relations is little discussed in the context of this system. The present study starts from an intersectional perspective to address the (re)production of social vulnerabilities and impacts on living conditions. The objective of this research was to investigate the production of scientific knowledge on the insertion of black women at SUAS. An integrative literature review was conducted, which located seven studies. The results point to a very small national production. Although race is understood as

an important element to understand social inequality, the discussions focus mainly on gender and/or class relations. The production of knowledge about black women users of SUAS needs to advance, considering the dimensions of race and gender, with a view to improving and implementing the Social Assistance Policy.

Keywords: black women, race, Unified Social Assistance System, intersectionality, literature review

Sobre presença e ausência: revisão de literatura sobre mulheres negras no SUAS

A criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) representou um avanço em termos de proteção do Estado às famílias e aos indivíduos brasileiros em contexto de vulnerabilidade e pobreza. Ao se tornar uma política de Estado, ela significou um passo importante no reconhecimento de seus usuários como sujeitos de direitos, contrapondo a lógica filantrópica e caritativa que historicamente guiou a assistência social no Brasil (Cordeiro et al., 2018; Cruz & Guareschi, 2012). Presente em quase todos os municípios brasileiros, a PNAS atende aproximadamente 25% da população brasileira (Brasil, 2018b). A proposta geral dessa política visa a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção da incidência de riscos, fazendo enfrentamento à pobreza, às desigualdades sociais e à promoção da equidade e justiça social (Brasil, 2004).

Um dos conceitos centrais na PNAS é a vulnerabilidade social, apesar de não ser explicitamente definido nos documentos oficiais. Estudos sobre vulnerabilidade a compreendem como parcialmente produto de iniquidades sociais, uma vez que fatores sociais influenciam ou moldam a suscetibilidade de grupos de serem prejudicados e afetam a capacidade de responder aos eventos da vida (Cutter, 2011; Cutter et al., 2003). Idade, gênero, raça e condição socioeconômica são as características mais listadas na literatura como sendo influência na situação de vulnerabilidade social. Somados a esses aspectos também estão: falta ou reduzido acesso a recursos (materiais e não materiais, incluindo informação, conhecimento, tecnologia); limitado acesso à representação e poder político; restrição de capital social (incluindo *networks* e redes de apoio); crenças e costumes; as condições de moradia, desemprego, educação (Cutter et al., 2003), deficiências físicas em geral, dentre outros. Complementando esse entendimento, Soares (2017) descreve que, no âmbito da PNAS, vulnerabilidade social é entendida como o conjunto de situações de vida

que contribuem para impedir acesso a direitos (tais como adoecimento, evasão escolar, ausência de renda, fragilização de vínculos familiares e/ou comunitários, violência, dentre outros). A vulnerabilidade se configura, dessa forma, no potencial para perdas e impacto negativo que sistemas sociais e estruturas artificiais têm nas pessoas, ao falhar.

O texto inaugural da PNAS apresenta as condições que caracterizam situações de vulnerabilidade e risco social:

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Brasil, 2005, p. 33).

Para fazer enfrentamento a situações de vulnerabilidade social, a PNAS se pauta na proposta de proteção social, que é implementada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Esse sistema se divide em dois níveis: a) Proteção Social Básica: definida como o conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios que visa prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; b) Proteção Social Especial: definida como o conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições, e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos (Brasil, 2009; 1993).

Mulheres negras em situação de vulnerabilidade social e pobreza formam um dos principais grupos de usuários do SUAS. Apesar de não haver muitos dados oficiais disponíveis com recorte racial das pessoas atendidas no âmbito do sistema, dados indiretos apontam que, em termos numéricos, as mulheres negras representam o maior grupo (Brasil, 2018a). No ano de 2019, havia 42.130.103 pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), das quais, aproximadamente 56% eram mulheres e 71% eram negras (CadÚnico, 2018). O CadÚnico é utilizado para identificar e caracterizar as famílias de baixa renda e funciona como porta de entrada para diversas políticas públicas, incluindo programas e benefícios da assistência social, como o Programa Bolsa Família (PBF). Dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça do (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], 2011) apontam que no ano de 2006, dos domicílios que recebiam Bolsa Família, 70% eram chefiados por pessoas negras e 30% por pessoas brancas. No ano de 2018, o PBF contava com cerca de 13,9 milhões de beneficiários. Desse total, mais de 90% dos responsáveis familiares eram mulheres e 75% eram mulheres negras (CadÚnico, 2018).

Os fatores que contribuem para a ampla presença de mulheres negras como usuárias do SUAS têm raízes históricas no processo de colonização, ao mesmo tempo em que são reproduzidos e reeditados por mecanismos atuais de produção de desigualdades, mantendo forte ligação com o contexto social, econômico e político. Racismo, sexismo, e classismo, dentre outros marcadores, se entrelaçam nas histórias das mulheres negras, gerando contextos de vulnerabilidades que têm impacto nas condições de vida como um todo. As situações às quais mulheres negras foram e são submetidas ao longo dos anos têm contribuído para múltiplas desigualdades, tanto materiais quanto simbólicas (Ferreira & Nunes, 2020; Waiselfisz, 2015). Nesse sentido, as análises sobre feminização e racialização da pobreza apontam processos naturalizados que colocam as mulheres, em particular as negras, em

desvantagem nas condições de vida, levando-as a configurar um grupo expressivo entre os usuários do SUAS.

A perspectiva interseccional é uma lente útil e necessária para analisar essa complexidade. A afroamericana Kimbérle Crenshaw (2002) foi uma das pioneiras a sistematizar a ideia de interseccionalidade (apesar de várias outras teóricas, principalmente do feminismo negro, terem apontado a mesma questão sem assim nomeá-la, a exemplo de Lélia González) para discutir como o racismo se relaciona com outros sistemas de dominação. Nenhum sistema de opressão, segundo a autora, deve ser considerado mais potente que o outro, uma vez que é na configuração assumida na história de cada indivíduo que eles terão significado. No caso das mulheres negras brasileiras em situação de pobreza, racismo, sexismo e classismo se entrelaçam de maneira perversa, reproduzindo desigualdades nas várias dimensões da vida dessa população (Bairros, 1995; Collins, 2000; González, 1988; hooks, 2015). Concorde-se com Akotirene (2019) quando a autora salienta que na abordagem interseccional, a raça é uma categoria analítica imprescindível. Apesar disso, análises que considerem *raça* e *racismo* são frequentemente negligenciadas no âmbito do SUAS, ainda que seu principal público seja composto, majoritariamente, por mulheres negras.

Almeida (2019) discute que, mesmo na ausência de elementos biológicos ou culturais que justifiquem a discriminação entre seres humanos, a noção de raça é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar segregação. Esse autor define racismo como “uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam” (Almeida, 2019, p. 23). O racismo, nesse sentido, é sempre estrutural, pois está presente nas entranhas políticas e econômicas da sociedade e se materializa na discriminação racial. No caso do Brasil, a estrutura social se fundou e se mantém permeada pelo racismo contra

pessoas negras. Dessa forma, a compreensão do uso social da categoria *raça* ajuda a evidenciar determinantes que operam para iniquidades em várias áreas como saúde, educação, moradia, renda, dentre outros (Belgrave & Allison, 2019).

Sexismo pode ser entendido como um sistema de opressão baseado no gênero que privilegia o masculino e oprime o feminino, estruturando as relações sociais entre homens e mulheres (López-Sáez et al., 2019). Esse sistema abarca desde a dimensão cultural e simbólica até o alcance dos níveis pessoal e interpessoal, produzindo iniquidades que impactam sistêmica e sistematicamente todas as dimensões da vida das mulheres (Alves & Diniz, 2015; Crenshaw, 2002; Davis, 2016) e da população LGBTQI+. Classismo, por sua vez, também se refere a um sistema discriminatório, baseado na estruturação da sociedade em classes, que cria desigualdades em várias dimensões (Crenshaw, 2002; Davis, 2016). No Brasil, as classes pobres e trabalhadoras ocupam posições de desprestígio e reiteradamente sofrem os impactos da desigualdade social. Destarte, como já advertiram González (1984) e hooks (2019), para entender o status das mulheres negras na sociedade, é necessário considerar o impacto do racismo, do sexismo e do classismo nas experiências de vida e seus desfechos nas condições materiais, de saúde física e mental e nos processos subjetivos.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2015, a população brasileira era composta por 201.660.929 habitantes. Aproximadamente $\frac{1}{4}$ desse total é formado por mulheres negras, considerando as autoidentificadas como pretas e pardas, uma vez que esses dois grupos apresentam condições e barreiras sociais muito semelhantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017). As mulheres negras brasileiras lidam cotidianamente com racismo e discriminação racial. Almeida, (2019, p. 23) pontua que práticas discriminatórias diretas e indiretas produzem consequências que levam à “estratificação social, um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento

e de sustento material – é afetado”. Corroborando com esse entendimento, Jaccoud (2008) e Lopes (2005) apontam que a situação socioeconômica, as condições de vida e desenvolvimento humano, a inserção no mercado de trabalho e acesso a bens e equipamentos sociais são amplamente impactados pelo racismo.

A partir da análise de renda, seguindo a definição proposta pelo Programa Brasil Sem Miséria, no ano de 2009, homens e mulheres negras estavam mais localizados nas condições de extremamente pobres, pobres e vulneráveis. As taxas de pobreza de mulheres negras estavam ligeiramente acima das taxas para homens negros. A população considerada branca está mais localizada na condição de não pobres. Neste mesmo ano, as mulheres negras tinham uma renda equivalente a 51% da renda das mulheres brancas (Marcondes et al., 2013). Ao longo do tempo, esse quadro não sofreu mudanças significativas. O Relatório das Desigualdades GEMAA, a partir de indicadores provenientes da mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Contínua (PNADC), realizada pelo IBGE em 2016, aponta que o grupo de pessoas brancas recebem, em média, quase o dobro da renda dos não brancos: 88,8% a mais que pretos e 89,7% a mais que os pardos (Campos, França & Feres Júnior, 2018).

Ainda que classe social seja geralmente pensada a partir de variações na renda e no acesso a bens de consumo, essa compreensão se mostra limitada. Scalon (2011) destaca que, ao pensar a pobreza, deve-se considerar sua complexidade, uma vez que está ligada à privação de satisfação de necessidades básicas, que somada a outros fatores, “conduz à vulnerabilidade, exclusão, [...] carência de participação, exposição ao medo e à violência – enfim, à exclusão de direitos básicos e de bem-estar” (Scalon, 2011, p. 53). Nesse sentido, a pobreza deve ser pensada para além da escassez. Ela é um fator que se soma a todas as outras vulnerabilidades, gerando um ciclo de não acessos constantes.

Em relação à escolaridade, estratégias de ações afirmativas permitiram a ampliação da presença de mulheres negras nos últimos anos no ensino superior, mas ainda é muito inferior à de mulheres brancas e homens brancos, ficando à frente somente dos homens negros. Em 2009, a taxa líquida de escolarização no ensino superior das mulheres negras era de 9,91%, ao passo que a das mulheres brancas era de 23,81%, representando uma diferença de 13,9 pontos percentuais entre esses dois grupos. A mesma proporção também se apresenta em relação à escolarização no nível médio (Marcondes et al., 2013).

Apesar da evolução nos últimos anos, a população negra ainda tem menor acesso a bens e à internet (Marcondes et al., 2013), ocupam as piores posições no campo do trabalho e tem os piores salários (Paixão & Gomes, 2012; Waiselfisz, 2015). Com base em dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, Paixão e Gomes (2012) analisaram o período de 1995 a 2006 sobre indicadores do mercado de trabalho e apontaram que o emprego doméstico era ocupado, predominantemente, por mulheres negras. A ocupação não remunerada era mais comum entre as mulheres e principalmente entre as mulheres negras. A dimensão do trabalho é relevante, uma vez que, ao afetá-lo, outras dimensões são impactadas (mobilidade social e cultural; condições de saúde - física e psíquica, dentre outras). Trata-se de um “efeito dominó” na vida da própria pessoa e dos seus descendentes (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2017).

Na dimensão da saúde, diversos estudos têm apontado que a discriminação racial gera desfechos que impactam a saúde física e mental (Goto et al., 2013; Jones & Warner, 2011; Mata & Pelisoli, 2016), apesar da produção científica sobre essa última ainda receber pouca atenção no Brasil. Estudos que apontam a repercussão do racismo na saúde mental revelam que este não é um tema recente, como evidenciou o trabalho de Neuza Sousa Santos (1983). Entretanto, a revisão de literatura realizada por Gouveia e Zanello (2018) apontou que esse é um tema de baixa produção acadêmica no país. O racismo e a discriminação são

determinantes associados ao adoecimento e à morte precoce de mulheres e homens negros (Werneck, 2016). Quanto à expectativa de vida, mulheres negras apresentam menor índice quando comparadas às mulheres brancas. Somam-se a isso as dificuldades de acesso a serviços de saúde e infraestrutura social e maior vitimização, por violência, da juventude negra (Marcondes et al., 2013). O número de assassinatos de mulheres negras também é maior que os de mulheres brancas. Entre os anos de 2003 a 2013, os homicídios de mulheres brancas caíram 9,8% enquanto os homicídios de mulheres negras aumentaram 54,2% (Waiselfisz, 2015).

Tal cenário demonstra que a pobreza e a desigualdade social no Brasil são gendrificadas (feminina) e racializadas (negra). Mas essa realidade não é vivenciada pelas mulheres negras de forma passiva, como já destacou Sueli Carneiro (2003a) e várias outras estudiosas. Desde o período escravagista, as mulheres negras têm se organizado, lutado por melhorias em suas condições de vida e reivindicado direitos. Entretanto, como lembrou hooks (2019, p. 8), “ser forte perante a opressão não é o mesmo que superar a opressão, que a sobrevivência não é para ser confundida com a transformação”. Uma vez que a desigualdade social vivenciada pelas mulheres negras na sociedade brasileira é produzida na e pela teia interseccional de processos históricos, políticos, sociais, econômicos; o enfrentamento dessa desigualdade também deve passar por essas dimensões. Nessa tarefa, as políticas públicas precisam ter um papel central, como é o caso da Política Nacional de Assistência Social, objeto deste trabalho, à qual outras devem se somar.

Os poucos dados sobre o recorte de raça sinalizam uma incipiente presença de debates sobre a temática no campo da PNAS. Não se pode perder de vista que o campo das políticas públicas é um terreno de disputa de concepções e projetos de sociedade. Alvo de muitas ações de aprimoramento desde sua criação, essa política pública tem dado passos embrionários na compreensão, cada vez maior, da importância de se considerar as

especificidades das populações atendidas na formulação, implementação e oferta de serviços, projetos e programas. Recentemente, o II Plano Decenal da Assistência Social 2016/2026 trouxe, na diretriz da plena universalização do SUAS, “o reconhecimento da diversidade e da presença de vulnerabilidades de condições de vida das famílias, marcada pela vivência de diversidades culturais, étnicas, raciais, socioeconômicas, políticas e territoriais” (Brasil, 2016, p. 26). Para implementar ações de enfrentamento de desigualdades e promoção de equidade, esse Plano propõe focar alguns grupos específicos, como mulheres e pessoas negras, entendidos, nesse documento, como estando em situação de maior vulnerabilidade.

Concorda-se com Mariano e Carloto (2013) quando essas apontam que a avaliação de programas sociais, a partir de uma perspectiva interseccional, pode contribuir para a superação de compreensões parciais das condições das mulheres que resultam em ações ineficientes no campo das políticas sociais. As autoras salientam que no que diz respeito à questão racial, “a predominância da população negra entre os mais pobres é em si um fator de análise sobre a configuração da desigualdade brasileira, e essa característica deve ser levada em consideração e enfrentada pelas políticas sociais” (Mariano & Carloto, 2013, p. 142).

Entende-se que reconhecer as especificidades dos usuários é fundamental para o aperfeiçoamento da política, pois permite adequar a capacidade de atendimento às demandas do público-alvo, considerando suas especificidades. Mas é preciso colocar o foco para além do indivíduo para não incorrer no erro de adotar uma visão reducionista de processos que são multidimensionais. Para tanto, é necessário um avanço na compreensão dos mecanismos sociais que atravessam as experiências dos usuários e contribuem para as situações de vulnerabilidade social. Apesar disso, como apontou Costa (2017), a dimensão racial e suas repercussões na vida das famílias e indivíduos usuários da PNAS ainda têm sido pouco abordadas.

Considera-se que a produção de conhecimento científico é essencial para embasar o aprimoramento da PNAS (Cordeiro et al., 2018). Por isso, é fundamental que tal produção consiga abarcar a complexidade da realidade que ela intenta modificar. Consoante com esse entendimento, o objetivo do presente estudo foi descrever e analisar as discussões da literatura científica sobre mulheres negras na PNAS/SUAS. As perguntas que nortearam o estudo foram: Quais são as características dos estudos publicados sobre as mulheres negras no SUAS? Quais são os focos dos estudos? Como as discussões sobre raça/cor são abordadas? Uma vez que não foi localizado na literatura nenhum estudo de revisão com essa proposta, o presente estudo visa contribuir para suprir esta lacuna.

Método

Este estudo consiste em uma revisão integrativa de literatura sobre as publicações científicas referentes à atenção oferecida às mulheres negras na Política Nacional de Assistência Social. Este tipo de investigação propõe a revisão de uma ampla amostra, permitindo a inclusão de vários tipos de estudos, a combinação de dados da literatura teórica e empírica, e a adoção de um vasto leque de propósitos (revisão de teorias e evidências, definição de conceitos, dentre outros). Isso permite acessar evidências científicas sobre temáticas determinadas, o que, por sua vez, pode guiar a prática na respectiva área (Souza et al., 2010). As fases da revisão integrativa de literatura adotadas foram: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; categorização dos estudos selecionados; análise e interpretação dos resultados; e apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Botelho et al., 2011).

Procedimentos de busca

A busca foi conduzida nas bases de dados Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Repositórios de Acceso Abierto a la Ciencia* (La

Referência); no Portal de Periódicos da CAPES; e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT – (BDTD). As palavras de busca foram “mulheres negras”, “raça”, “racismo”, “cor”, “assistência social”, “Política Nacional de Assistência Social”, “proteção social básica” e “proteção social especial”, e “Sistema Único de Assistência Social. Foram feitas tentativas preliminares de localizar publicações a partir dessas palavras de busca em inglês e espanhol, mas não foram localizados textos com potencial para fazer parte da amostra. Esse fato pode ser devido à não padronização na tradução de termos, como PNAS e SUAS, nas publicações em outras línguas. Por isso, optou-se pelo uso das palavras de busca apenas em português, com a seguinte estratégia de busca: [("mulheres negras" OR "raça" OR “cor” OR “racismo”) AND ("assistência social" OR “Política Nacional de Assistência Social” OR "proteção social básica" OR "proteção social especial" OR “Sistema Único de Assistência Social”)].

Critérios de Seleção

Os critérios de inclusão foram: a) artigos publicados em periódicos revisados por pares, teses e dissertações que abordassem a presença de mulheres negras na Política Nacional de Assistência Social; b) acesso eletrônico disponível ao texto completo. Os critérios de exclusão foram: a) textos que abordam a presença de mulheres negras em outras políticas de assistência social que não a brasileira; b) artigos que discutiam políticas públicas de uma forma geral ou outra política pública sem focar na política de assistência social.

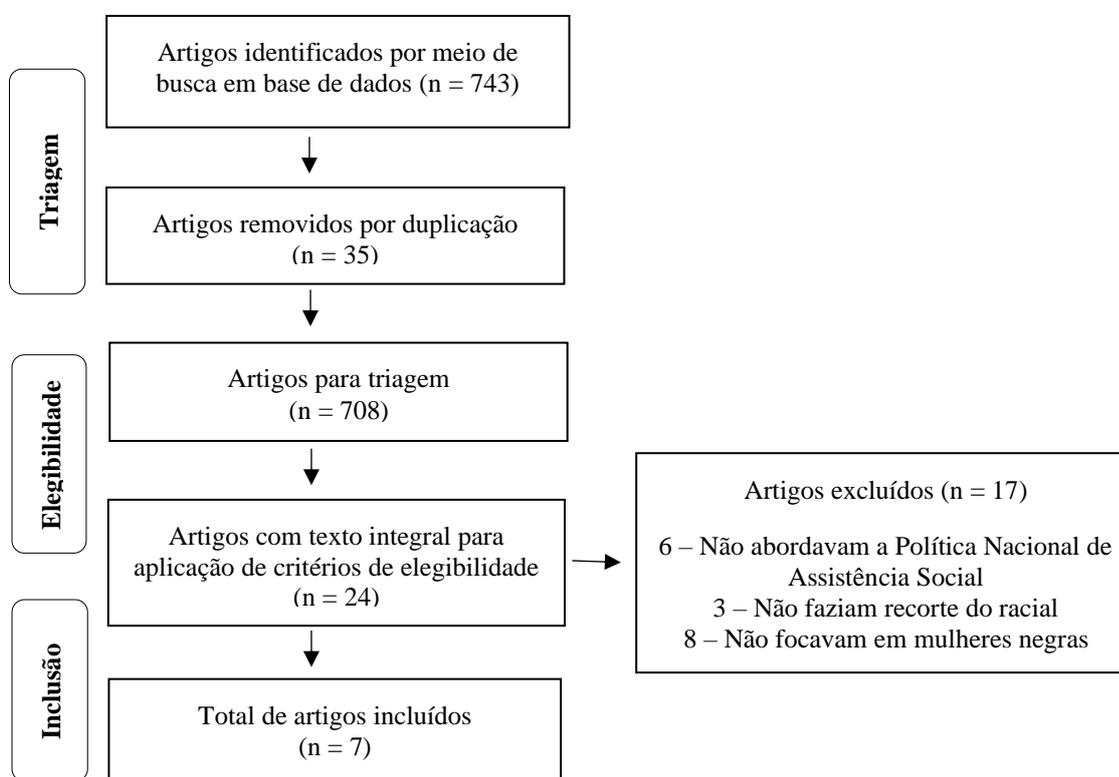
Processo de seleção e análise

Foram identificados 743 textos nas etapas de triagem, distribuídos da seguinte forma: LILACS (255); Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT – (BDTD) (60), LA Referencia (110), Portal de Periódicos da CAPES (318). O total de 35 textos foi excluído por duplicidade. Foi realizada a leitura de título e resumo de todos os relatos na etapa de triagem aplicando os critérios de inclusão e exclusão, e foram selecionados 24 para leitura completa

do texto, resultando em sete textos incluídos na amostra (Figura 1). A seleção ocorreu em dois momentos distintos. A primeira seleção ocorreu em julho de 2019, quando a amostra final foi de cinco estudos. O processo de seleção foi repetido pela mesma revisora em julho de 2020 e a amostra final contou com sete textos. Na tentativa de maximizar o alcance dos estudos publicados disponíveis, foi realizada uma busca nas listas de referências bibliográficas dos artigos já recuperados. Entretanto, nenhuma outra publicação se enquadrava nos critérios de elegibilidade.

Figura 1

Processo de seleção da amostra



O conteúdo dos textos foi analisado e categorizado (Koller et al., 2014) da seguinte forma: a) características gerais (tipo de estudo e publicação, ano, autoria); b) foco dos estudos (nível de proteção, objetivos e discussões centrais); c) discussões sobre raça/cor e

interseccionalidade (como raça/cor e a perspectiva de interseccionalidade são abordadas nos estudos). A análise dos textos foi realizada por duas avaliadoras e não houve discordâncias.

Resultados e Discussão

Os resultados apontam que, apesar de serem o maior grupo de usuários do SUAS, há escassez de produções científicas que abordem a inserção das mulheres negras na PNAS. A revisão contou com uma amostra total de sete publicações (Tabela 1). Os dados ainda sinalizam que a produção de conhecimento nessa temática tem sido realizada predominantemente por mulheres, vinculadas a instituições da região sul do país.

Características gerais

O texto mais antigo encontrado foi publicado no ano de 2011 e os mais recentes, em 2019. Os estudos são, predominantemente, artigos científicos (Gomes, 2011; Jorge & Brandão, 2012; Mariano & Carloto, 2013; Soares & Machado, 2017; Oliveira, Battistelli & Cruz, 2019; Oliveira, Battistelli, Rodrigues & Cruz, 2019) e uma dissertação de mestrado (Soares, 2017). Três dos artigos científicos são teóricos (Gomes, 2011; Oliveira, Battistelli & Cruz, 2019; Oliveira, Battistelli, Rodrigues & Cruz, 2019). Três artigos e uma dissertação apresentam estudos de caso (Jorge & Brandão, 2012; Mariano & Carloto, 2013; Soares, 2017; Soares & Machado, 2017).

Quanto à autoria, as publicações localizadas foram produzidas por onze mulheres e um homem. Em relação à formação, duas das autoras possuem apenas graduação e todas as outras possuem mestrado ou doutorado. A vinculação institucional está relacionada às regiões sul (Paraná e Rio Grande do Sul - Mariano & Carloto, 2013; Soares, 2017; Soares & Machado, 2017; Oliveira, Battistelli & Cruz, 2019; Oliveira, Battistelli, Rodrigues & Cruz, 2019), sudeste (Rio de Janeiro - Gomes, 2011; Jorge & Brandão, 2012) e nordeste do país

(Oliveira, Battistelli, Rodrigues & Cruz, 2019). As áreas de formação das autoras são ciências sociais (3), serviço social (1) e psicologia (8).

Serviço social e psicologia estão entre as principais especialidades no âmbito do SUAS, com presença obrigatória em quase todas as unidades de atendimento (Brasil, 2012). A sociologia, ramo das ciências sociais, também é uma especialidade prevista, apesar de sua presença não ser explicitamente obrigatória. Portanto, essas disciplinas têm muito a contribuir para o aprimoramento da política em relação à temática racial, mas precisam empreender esforços tanto no nível de formação quanto no nível de produção de conhecimento.

Tomando como exemplo a psicologia, área de formação e atuação da autora do presente estudo, apesar da inserção nos principais equipamentos da PNAS, o tema das relações raciais ainda é incipiente no processo de formação, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Profissionais que queiram ter conhecimento sobre essas temáticas geralmente precisam buscar essa discussão por iniciativa própria, fora dos espaços formais. Nesse sentido, Santos e Schucman (2015) alertam que a relevância que será dada aos temas no exercício da prática depende da distribuição e frequência que estes foram tratados durante a formação de psicólogos(as) e pesquisadores(as). Essa ausência de discussão da temática é observada na psicologia clínica, área de atuação mais tradicional da psicologia (Gouveia & Zanello, 2019), e nas demais áreas de atuação parece não ser diferente. Em publicação recente, o Conselho Federal de Psicologia ressaltou que psicólogos ainda continuam distantes de discussões que reconhecem que o racismo contribui para a manutenção da população negra em situação de pobreza e vulnerabilidade social (CFP, 2017).

Ressalta-se que o trabalho dos profissionais da assistência social não deve ter apenas o papel de não discriminar, mas contribuir para o enfrentamento dos mecanismos estruturais da sociedade que (re)produzem desigualdades e discriminações. Isso passa pelo campo da formação, produção de conhecimento e prática profissional. Entretanto, independentemente

da especialidade, o que se evidencia com este estudo é o baixo investimento dessas áreas de conhecimento em produzir estudos sobre a presença de mulheres negras no SUAS a partir de uma perspectiva que adote a raça como elemento relevante.

Tabela 1

Publicações sobre a inserção de mulheres negras no SUAS

Autoras	Tipo de estudo/texto	Área de Formação das Autoras	Região (UF)	Nível de proteção abordado
Simone da Silva R. Gomes (2011)	Teórico/Artigo	Psicologia	RJ (UFRJ)	Proteção Social Básica e Especial Programa - Bolsa Família
Amanda Lacerda Jorge & André Augusto P. Brandão (2012)	Estudo de caso/Artigo	Ciências Sociais	RJ (UFF-RJ)	Proteção Social Básica /BPC
Silvana Aparecida Mariano & Cássia Maria Carloto (2013)	Estudo de caso/Artigo	Ciências Sociais/ Serviço Social	PR (Londrina)	Proteção Social Básica/Bolsa Família
Lissandra Vieira Soares (2017)	Estudo de caso/Dissertação	Psicologia	RS (UFRGS)	Proteção Social Básica
Lissandra Vieira Soares & Paula Sandrine Machado (2017)	Estudo de caso/Artigo	Psicologia	RS (UFRGS)	Proteção Social Básica
Thais Gomes de Oliveira, Bruna Moraes Battistelli & Lílian Rodrigues da Cruz (2019)	Teórico/Artigo	Psicologia	RS (UFRGS)	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial
Érika Cecília Soares Oliveira, Bruna Moraes Battistelli, Luciana Rodrigues & Lílian Rodrigues da Cruz (2019)	Teórico/Artigo	Psicologia	AL (UFAL)/ RS (UFRGS)	Proteção Social Básica e Proteção Social Especial

Foco dos estudos

A Proteção Social Básica é o nível mais abordado nas publicações. Dois estudos trataram do Programa Bolsa Família (Gomes, 2011; Mariano & Carloto, 2013); um aborda, de forma indireta, o Benefício de Prestação Continuada (Jorge & Brandão, 2012); dois estudos discutem o acompanhamento das mulheres pelo CRAS (Soares, 2017; Soares & Machado, 2017); e um estudo trata da PNAS como um todo (Oliveira, Battistelli & Cruz, 2019). A seguir, será apresentado brevemente o foco de cada estudo.

Em seu estudo teórico, Gomes (2011) teceu críticas ao Programa Bolsa Família a partir de uma crítica feminista. Os argumentos centrais levantados pela autora apontam que os programas de transferência de renda possuem um caráter individualista que responsabiliza as famílias pela superação de sua condição. Nesse cenário, a autora aponta que o fato de as mulheres serem interpeladas a responder pelas condicionalidades impostas por receber o benefício (manutenção da frequência escolar dos filhos, vacinação e pré-natal para gestantes) reafirma a naturalização do papel de cuidadora atribuído socialmente às mulheres, contribuindo para sua subalternização.

O estudo de Jorge e Brandão (2012) objetivou compreender as possibilidades de acesso à cobertura previdenciária rural pelas mulheres idosas da comunidade quilombola Agreste, localizada em São João da Ponte - MG. Os principais achados apontam para o fato de que a desvalorização social do trabalho realizado pelas mulheres nas fazendas, muitas vezes visto como uma extensão do trabalho doméstico, resulta em baixa remuneração e dificuldade para comprovar o trabalho e acessar direitos sociais e previdenciários. Por esse motivo, geralmente recorrem ao BPC, um benefício socioassistencial da PNAS, para garantir uma renda mensal. Assim, elas se inserem como usuárias do SUAS, principalmente por uma dificuldade de acesso ao direito previdenciário e todas as consequências que as expõem a diversas vulnerabilidades sociais.

Mariano e Carloto (2013) analisaram os aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família, comparando a realidade de beneficiárias brancas e negras em Uberlândia – MG e Londrina - PR. Os principais resultados da pesquisa apontam que as mulheres negras tinham menor renda, escolaridade mais baixa, maior índice de famílias monoparentais e condições precárias de trabalho remunerado. Quanto à percepção dos benefícios obtidos com o PBF, todas as mulheres relatam se sentir mais respeitadas nas relações familiares e como mais responsáveis, sendo que esse resultado foi ligeiramente mais

alto para as mulheres negras. Esse dado é corroborado pelo estudo de Rodrigues (2016) que analisou as percepções das mulheres beneficiárias sobre o Programa Bolsa Família.

A pesquisa de Soares (2017) analisou as trajetórias de vida de mulheres acompanhadas por serviços da Proteção Social Básica no SUAS. Uma discussão sobre produção da subjetividade, racismo, branquitude, precariedade e desmantelamento dos serviços socioassistenciais foi tecida em articulação com as histórias de vida das participantes. Um dos resultados da pesquisa aponta que “a despeito de um contexto de desproteção, as participantes da pesquisa desenvolvem estratégias de articulação, como laços de solidariedade, composto por familiares, vizinhança e instituições que compõem seu território” (Soares, 2017, p. 112).

O estudo de Soares e Machado (2017) é fruto da dissertação da primeira autora, descrita acima, e objetivou defender a *Escrevivência*, conceito criado pela renomada escritora Conceição Evaristo, como método de investigação e produção de conhecimento. Para tanto, utilizaram os dados da pesquisa de Soares (2017) como exemplo de aplicação da *Escrevivência* para narrar histórias de vida de mulheres acompanhadas pela proteção social básica na PNAS. Dois pontos se destacam no estudo: (a) a centralidade das mulheres na função de responsáveis pela garantia de direitos dos filhos, e (b) criação de estratégias de articulação entre as mulheres por meio de laços de solidariedade como reação às barreiras estruturais criadas pelo Estado.

O estudo de Oliveira, Battistelli, Rodrigues e Cruz (2019) teve como objetivo discutir as relações entre performance de maternidade, cuidado e racismo nas políticas públicas de Assistência Social. As autoras problematizaram as relações entre cuidado e violência, interseccionadas pelas relações raciais a partir da problematização da centralidade da maternidade na PNAS. O desenvolvimento do ensaio teórico foi realizado por meio de reportagens sobre experiências maternas em cenários de desigualdade social.

Oliveira, Battistelli, Rodrigues e Cruz (2019) conduziram um ensaio teórico por meio do qual apresentaram uma discussão sobre raça e racismo e como estes se articulam com a constituição e implementação das políticas públicas, especialmente a de Assistência Social. As autoras problematizam, a partir da produção de conhecimento em psicologia social, a escassa discussão sobre raça e racismo no âmbito da PNAS, assim como a constante ideia de sujeito universal.

Se no nível da proteção social básica os estudos sobre mulheres negras são escassos, no nível da proteção social especial parecem ser ausentes. Apesar de o SUAS se dividir em dois níveis de proteção (básica e especial) que ofertam serviços, programas, projetos e benefícios, a maior parte dos estudos localizados foca em benefícios (PBF e BPC) e na proteção social básica. A pequena quantidade de estudos localizados não permite afirmar que há uma tendência em se estudar esse nível de proteção. O que fica evidente é a pífia produção de conhecimento sobre a temática no âmbito dessa política. Vale ressaltar que a PNAS é muito mais ampla que os programas de transferência de renda, apesar de constantemente ser confundida com esse último, abarcando desde programas de transferência de renda, trabalho social com famílias (Brasil, 2009) até programas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas para famílias com crianças e adolescentes (Menezes et al., 2020), dentre outros.

O racismo (juntamente ao sexismo e o classismo) contribui para ciclos de não acessos. O estudo de Jorge e Brandão (2012) evidenciou que essa configuração dificulta o alcance ao direito previdenciário pelas mulheres negras. Quanto a essa questão, Akotirene (2019) aponta que as mulheres negras têm dificuldade de se aposentar pela previdência, pois é mais difícil elas terem empregos formais, sendo uma prerrogativa não apenas de gênero, mas também de classe.

Considera-se indispensável que estudos abordem a presença das mulheres negras na proteção social especial, uma vez que situações de violações de direitos são amplamente

vivenciadas por essa população, como foi apontado. O racismo institucional vivenciado por elas dentro dos equipamentos do SUAS também precisa ser abordado, discutido e combatido.

Discussões sobre raça e interseccionalidade

Nas publicações sobre mulheres negras no SUAS, as discussões sobre relações raciais, racismo, ou, de um modo geral, das interseccionalidades presentes nas experiências das mulheres negras são pouco abordadas ou apenas citadas superficialmente. Nos estudos localizados, a discussão sobre gênero aparece de forma mais preponderante. Isso aponta para o processo persistente de universalização das experiências das mulheres, fenômeno evidenciado por teóricas do movimento feminista negro há várias décadas (Carneiro, 2003b).

O estudo de Gomes (2011) apenas cita que, em sua maioria, as beneficiárias do PBF são mulheres, chefes de família, negras e pobres. A autora ainda menciona que a raça é um elemento estruturante da pobreza, assim como gênero, o que submete as mulheres a subordinações econômicas e identitárias, mas que, frequentemente, as análises sobre programas de transferência de renda desconsideram esses elementos. Apesar disso, a autora não faz análises sobre raça ou racismo e seu foco prevalece na análise das relações de gênero. Sobre as referências utilizadas pela autora, também não há indícios de que alguma delas faça essa discussão.

Jorge e Brandão (2012) apontam raça e gênero como fatores importantes para pensar o acesso à previdência rural. O estudo parte de um conceito sociológico de raça, ou seja, da noção de que processos sociais hierarquizam os indivíduos a partir de traços fenotípicos e culturais, criando desigualdades entre pessoas brancas e negras, no caso do Brasil. Assim, raça é entendida como barreira para as pessoas negras no acesso às políticas sociais. Além disso, a discriminação racial impacta ganho material, mobilidade social, bem-estar e a qualidade de vida. Não obstante tecerem uma importante consideração sobre a discriminação racial de pessoas negras na sociedade, os autores articulam pouco essas reflexões com a

vivência das mulheres participantes da pesquisa. O carro-chefe da discussão do estudo é a análise a partir da lente de gênero, esvaziada de racialidade.

A discussão tecida por Mariano e Carloto (2013) sobre pobreza parte de uma lente interseccional e raça/cor aparece como uma categoria de análise atrelada ao gênero e à classe social, embasada em teóricas feministas brancas e negras. O estudo discute que o fato de as mulheres negras serem uma presença notável entre as pessoas pobres é um reflexo que tem raízes em processos históricos de (re)produção de desigualdades sociais. Nesse sentido, as autoras destacam que “os diferenciais de cor/raça identificados na pesquisa reforçam a necessidade de desenvolver indicadores que tenham perspectivas multidimensionais da pobreza, o que inclui gênero e cor/raça, entre outros. É importante desenvolver perspectivas de avaliação nos programas sociais que interpelem a discriminação interseccional” (Mariano & Carloto, 2013, p. 413) para não correr o risco de produzir visões parciais e/ou distorcidas sobre seus processos e impactos.

Os estudos de Soares (2017) e Soares e Machado (2017) questionam a noção de sujeito universal da PNAS, afirmando que essa ideia “está ideologicamente alinhada com a branquitude. Percebe-se um processo de homogeneização da experiência de pobreza, em que não são considerados, do ponto de vista da execução do trabalho, os demais marcadores sociais da diferença” (Soares, 2017, p. 42). Nesse sentido, concorda-se com Akotirene (2019) quando a autora relembra que tomar a mulher como universal é um equívoco analítico. A capa da universalidade encobre a complexidade das experiências das mulheres, experiências essas forjadas nas dinâmicas sociais. Se as engrenagens que operam para produção de desigualdades e vulnerabilidades sociais não são expostas, como combatê-las? Essa pergunta será retomada mais adiante.

O fato é que os estudos localizados nesta revisão, mesmo partindo de uma proposta de articulação entre raça, gênero, classe, dentre outros marcadores, trazem as análises sobre

gênero de forma prevalente e, muitas vezes, isolada. Gomes (2011), ao abordar os programas de transferência de renda no Brasil, especificamente o Programa Bolsa Família, aponta que devido às mulheres terem que responder pelas condicionalidades impostas (manutenção da frequência escolar dos filhos, vacinação e pré-natal para gestantes), isso reafirma a naturalização do papel de cuidadora atribuído socialmente a esse grupo, contribuindo para sua subalternização. Nessa mesma direção, Soares e Machado (2017) destacam o papel central atribuído às mulheres pela garantia dos direitos de seus filhos quando são acompanhadas pela proteção social básica. As autoras evidenciam as exigências particulares feitas às mulheres para um exercício “satisfatório” da maternidade. É esperado que as mulheres usuárias do CRAS (majoritariamente negras) se dediquem quase que integralmente aos filhos ou filhas, ao passo que das mulheres de classe média (em sua maioria brancas), a retomada ao trabalho é incentivada. Para justificar essa última situação, muitas vezes se utiliza, como embasamento, conhecimentos do campo da psicologia (teorias sobre desenvolvimento infantil, vínculo mãe-bebê, dentre outros).

O estudo de Mariano e Carloto (2013) também problematiza o caráter familista vigente na proteção social brasileira que impacta diretamente o que é esperado das mulheres ao serem inseridas em atendimento ou acompanhamento. Para as autoras

A perspectiva familista, que marca o modelo de proteção brasileiro, faz com que, no caso dessas mulheres em situação de pobreza, e de maioria negra, a combinação entre Estado, mercado e família seja perversa. A qualidade dos direitos sociais é precária, uma vez que se faz presente apenas quando a família tem sua capacidade de proteção aos seus membros exaurida e, mesmo nesses casos, ocorre com volumes que não propiciam a desmercadorização dos bens e serviços necessários para o bem-estar. A consequência desse modelo é que ele interfere muito pouco na redução da responsabilização das famílias para com o bem-estar dos indivíduos - em alguns

sentidos inclusive as reforça -, bem como não propicia a conciliação entre as demandas das tarefas domésticas reprodutivas e a inserção no mercado de trabalho remunerado (Mariano & Carloto, 2013, p. 408).

Essa discussão aparece também no estudo de Jorge e Brandão (2012), que discutem como as construções sociais de gênero contribuem para que as mulheres sejam inseridas no SUAS como “pessoas que dela necessitam”, produzindo desigualdades. Os autores conduziram uma investigação sobre o acesso de mulheres da comunidade quilombola Agreste à cobertura previdenciária rural. A desvalorização social do trabalho realizado pelas mulheres e a consequente dificuldade de acessar direitos previdenciários foram discussões centrais. Os autores nomeiam de “androcentrismo institucional” o fato da legislação previdenciária aparentemente universalizar o acesso aos trabalhadores e trabalhadoras rurais quando, na verdade, os requisitos para o acesso à cobertura previdenciária são cegos aos elementos de gênero, o que configuram uma desvantagem para as mulheres (Jorge & Brandão, 2012). Apesar de estarem investigando a realidade de mulheres predominantemente negras, gênero foi a lente privilegiada para analisar a dificuldade de acesso a direitos. Entende-se que, somado à análise sobre sexismo institucionalizado, o racismo institucional também poderia ter sido considerado.

O estudo de Mariano e Carloto (2013) objetivou analisar as possíveis variações relacionadas à condição de desigualdade entre mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, levando em consideração o quesito raça/cor das participantes. As autoras refletem que, mesmo avaliando positivamente os efeitos do benefício em suas vidas, isso não garante que as mulheres tenham independência e oportunidades equitativas no mercado de trabalho. As ocupações das tarefas reprodutivas também não são reduzidas.

A maior parte dos estudos analisados desenvolve mais a discussão sobre gênero do que de raça, embora o público das pesquisas refira-se àquele atendido na política de

assistência social, que por sua vez, a maioria é composta por mulheres negras. É inegável a importância de se adotar uma perspectiva de gênero para analisar as experiências, uma vez que contribui para desnaturalizar relações sociais. Por outro lado, ausentar-se da reflexão sobre raça, considerando políticas públicas com alcances sociais, configura-se também como um silenciamento naturalizado.

Zanello (2018) desenvolve estudos sobre os processos de subjetivação de mulheres e homens e destaca que o dispositivo materno é uma das vias pelas quais as mulheres se subjetivam. O dispositivo materno se refere a um processo histórico, cultural e biográfico que se traduz no cuidado, numa equivalência entre procriar e cuidar. Esse processo torna as mulheres as principais responsáveis pelo cuidado, ao passo que cria barreiras em várias dimensões de suas vidas. Essa discussão foi a mais evidenciada nos estudos analisados.

A partir de uma perspectiva interseccional, entende-se que as experiências das mulheres não devem ser tomadas como separadas. A proposta não é hierarquizar os marcadores sociais, como alertou Crenshaw (2002). Em vez disso, concorda-se com Avtar Brah (2006, p. 351), pois “estruturas de classe, racismo, gênero e sexualidade não podem ser tratadas como variáveis independentes porque a opressão de cada uma está inscrita dentro da outra – é constituída pela outra e é constitutiva dela”. O que se propõe não é fazer uma conta matemática de soma de opressões, como hooks (2019) também discute, mas sim reconhecer a trama de atravessamentos estruturais nas quais os corpos são forjados, assim como seus sentidos subjetivos. Para isso, essas tramas precisam ser evidenciadas.

Essa proposta é relevante não apenas para pautar a produção de conhecimento em si, mas também porque esse conhecimento ajuda a orientar a prática. O estudo de Costa (2017) assinalou que a perspectiva de gênero está mais presente entre os temas abordados em grupos do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) no CRAS enquanto a questão racial raramente é abordada e, quando o é, geralmente acontece por iniciativa das/os

usuárias/os. A autora destacou que uma das posturas comuns entre os profissionais é ignorar quando essa temática aparece. Por isso, investir em uma formação profissional que considere a questão racial e sua intersecção com outros marcadores sociais se torna fundamental.

Considerações finais

Os estudos científicos são uma ferramenta importante tanto para embasar as políticas públicas quanto para se conhecer os impactos gerados por elas. Esse conhecimento deve ser utilizado para fundamentar construções, tomadas de decisões e aprimoramentos. O presente estudo demonstra que, após 16 anos, desde a criação da PNAS, pouco se investiu em estudos que abordem a inserção de mulheres negras a partir de uma perspectiva interseccional ou racial nessa política pública. Os resultados apontam para uma discussão ainda incipiente sobre raça no campo da PNAS. Mesmo os poucos estudos que se propõem a investigar mulheres negras pouco se aprofundam na discussão sobre raça e racismo. Dessa forma, torna-se fundamental desenvolver mais estudos que avaliem atendimento e resultados da política na vida das mulheres negras, contribuindo assim, para seu contínuo aprimoramento.

A falsa ideia de democracia racial mascara processos de exclusão, marginalização e discriminação de pessoas negras na sociedade brasileira, dificultando a constituição da raça como categoria de análise. Como bem salientou Foucault (1997), o que se acorda não dizer sobre algo diz muito. Nesse contexto, a falta de produção de conhecimento sobre as mulheres negras na assistência social e/ou não abordar o racismo é contribuir para manter encoberto processos que cooperam para a (re)produção da desigualdade social, alvo da política. Retomemos a seguinte questão: se as engrenagens que operam para produção de desigualdades e vulnerabilidades sociais não são expostas, como combatê-las? Entende-se que essas condições dificultam, quando não inviabilizam, o êxito de políticas que se proponham a reduzir condições de vulnerabilidade social.

As políticas públicas são uma via potente para fazer o enfrentamento das condições adversas às quais as mulheres negras são submetidas cotidianamente. Todavia, precisam levar em conta a complexidade de determinantes que concorrem para gerar quadros de vulnerabilidade social. Concorde-se com Scalon (2011) que defende que o Estado e a sociedade como um todo têm um papel fundamental para o enfrentamento das desigualdades sociais, principalmente por meio de políticas sociais. A autora salienta que para um contexto de desigualdade multidimensional, como é o caso brasileiro, são necessárias ações que considerem tanto questões mais específicas, como é o caso de desigualdade racial e de gênero, como questões que são mais universais, como é caso do direito à seguridade social.

Quando comparada com as políticas de Saúde e Educação, a Assistência Social está muito atrás em termos de incorporação do debate racial nos documentos oficiais e de desenvolvimento de estudos científicos sobre a temática. Entende-se, como outra ação indispensável, dar visibilidade à questão da raça nos dados oficiais dos serviços, programas, projetos e benefícios que compõem a política. O estudo de Brambilla (2019) sobre os principais documentos oficiais norteadores da PNAS aponta que a luta pela igualdade racial não é um eixo central nessa política, tampouco a desigualdade racial é compreendida como um dos fatores que contribuem para a vulnerabilidade social. Destarte, até pouco tempo atrás, o prontuário utilizado no âmbito do SUAS não possuía o quesito raça/cor para identificação das/os usuárias/os.

As instituições estão inseridas na sociedade, fazem parte dela e, assim, expressam seus processos constitutivos. Não se pode apostar unicamente em uma instituição, ou em uma única política pública como a PNAS, para dar conta de problemas complexos como a desigualdade social. Entretanto, a PNAS tem uma responsabilidade importante, junto às demais instâncias sociais, nessa empreitada. A formação profissional tem papel relevante nesse processo. Uma vez que as políticas públicas são elaboradas, implementadas e

aprimoradas por profissionais, é importante que esses tenham uma formação comprometida tanto com a compreensão desses processos quanto com seu enfrentamento. Isso deve se dar nos vários níveis de formação (educação básica, graduação, pós-graduação e formação continuada) dos diversos profissionais do SUAS.

Concorda-se com o alerta de Almeida (2019) quando este aponta que não tomar a raça como elemento de análise das questões da sociedade representa falta de compromisso com a ciência e, conseqüentemente, com o enfrentamento das desigualdades sociais. O aprimoramento do combate ao racismo institucional, por exemplo, precisa acontecer para que a própria política pública não seja mais uma fonte de reedição de processos de exclusão, funcionando, assim, na contramão do que deveria ser sua proposta. Recorrendo novamente a Almeida (2019), o autor ressalta que as instituições precisam combater a desigualdade racial, para que esta não seja mais uma reprodutora de práticas racistas já naturalizadas em toda a sociedade.

A discussão tecida neste estudo não propõe uma restrição da política pública em relação ao público atendido. O que se defende é que as estruturas mais nevrálgicas da desigualdade social sejam evidenciadas, para que se possa construir uma política de assistência social que se afaste de uma proposta da gestão da pobreza para contribuir para transformações mais significativas na sociedade. O racismo, entendido como um dos estruturadores da nossa sociedade, quando não reconhecido e problematizado, fica no campo do invisível, o que contribui para que seus impactos sejam individualizados. Para isso, a perspectiva interseccional oferece contribuições valiosas. Destarte, Akotirene (2019, p. 46) lembra que interseccionalidade também “se refere ao que faremos politicamente com a matriz de opressão responsável por produzir diferenças”. É difícil separar como as vias de opressão operam, pois essas são experimentadas quase sempre simultaneamente. Mas evidenciá-las torna possível o combate às suas estruturas.

O racismo, como argumenta Butler (2019), contribui para um enquadramento interpretativo de algumas populações como vidas não passíveis de luto, perdíveis. Essas vidas compreendidas como sacrificáveis, uma vez que foram enquadradas assim, são as que mais sofrem a violência ilegítima do Estado, a fome e as pandemias. Essas populações, por não serem consideradas “valiosas, são obrigadas a suportar a carga da fome, do subemprego, da privação de direitos legais e da exposição diferenciada à violência e à morte” (Butler, 2019, p. 45), pobreza, doenças, dentre outros. A autora argumenta, com base nesse entendimento, que direito à proteção não está posto para todos. No caso do Brasil, a população negra (as mulheres negras principalmente) é constantemente enquadrada, ou lida, como vidas perdíveis. Em um contexto de pandemia, como a da Covid-19, fica evidente a frágil noção de proteção social para essas populações, são vistas como vidas sacrificáveis. Diante da precariedade da vida e da necropolítica escancarada (Mbembe, 2018), cabe flertar com o chamado para a responsabilização que Butler (2019) tece:

a conclusão não é que tudo que pode morrer ou está sujeito à destruição (i.e., todos os processos da vida) impõe uma obrigação de preservar a vida. Mas uma obrigação, com efeito, surge do fato de que somos, por assim dizer, seres sociais desde o começo, dependentes do que está fora de nós, dos outros, de instituições e de ambientes sustentados e sustentáveis, razão pela qual somos, nesse sentido, precários. Para sustentar a vida como sustentável é necessário proporcionar essas condições e batalhar por sua renovação e seu fortalecimento. [...] Nossas obrigações são precisamente para com as condições que tornam a vida possível, não para com a ‘vida em si mesma’ ou, melhor dizendo, nossas obrigações surgem da percepção de que não pode haver vida sustentada sem as condições de sustentação, e que essas condições são, ao mesmo tempo, nossa responsabilidade política e a matéria de nossas decisões éticas mais árduas (Butler, 2019, p. 42-43).

Para finalizar, sugere-se que estudos futuros investiguem, de forma mais ampliada, as publicações sobre mulheres negras no SUAS, incluindo outras línguas, livros publicados e outras bases de dados, como o repositório da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as). A proposta inicial deste estudo foi revisar as publicações sobre empoderamento de mulheres negras no SUAS, uma vez que a proposta de empoderamento perpassa os objetivos das ações do SUAS. Como não foram localizadas publicações sobre a temática, sugere-se que ela seja abordada em outros estudos.

Referências

- Akotirene, Carla. (2019). *Interseccionalidade*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Almeida, Silvio Luiz de. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen.
- Alves, Cláudia de Oliveira & Diniz, Gláucia Ribeiro Starling. (2015). Gênero, feminismos e sua inserção na psicologia clínica. Em Maria. Inês. G. Conceição, Maria Izabel Tafuri, Daniela S. Chaterlad (Orgs.). *Psicologia Clínica e Cultura Contemporânea*. (v. 2, pp. 596-616). Technopolitik.
- Bairros, Luiza. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458-463.
- Belgrave, Faye Z, & Allison, Kevin W. (2019). *African american psychology: From Africa to América*. SAGE.
- Botelho, Louise Lira Roedel, Cunha, Cristiano Castro de Almeida, & Macedo, Marcelo. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-36. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckw082>
- Brah, Avtar. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- Brambilla, Beatriz Borges. (2019). *Um nó escamoteado: a dimensão subjetiva da desigualdade social e seus desdobramentos na política de Assistência Social*. [Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da PUCSP.
- Brasil. (1993). *Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993* (Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências). Presidência da República. Casa Civil.
- Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf

- Brasil. (2005). *Norma Operacional Básica, NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2009). *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Ministério de Desenvolvimento Social (MDS).
- Brasil. (2012). *Resolução Conselho Nacional de Assistência Social, nº 33 de 12 de dezembro de 2012* (Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB SUAS). Conselho Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2016). *Resolução Conselho Nacional de Assistência Social, nº 7 de 18 de maio de 2016* (Aprova o II Plano Decenal de Assistência Social, 2016-2026). Conselho Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2018a). *Boletim Mulheres no SUAS* (Boletim da Vigilância Socioassistencial, 5). Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>
- Brasil. (2018b). *Censo SUAS 2017: análise dos componentes sistêmicos da política nacional de assistência social*. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação; Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Butler, Judith. (2019). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (6ª ed.). Civilização Brasileira.
- Cadastro Único. (2018). Ministério da Cidadania. <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/informes/informe-gestores>
- Campos, Luiz Augusto, França, Danilo, & Feres Junior, João. (2018), Relatório das Desigualdades de Raça, Gênero e Classe. *GEMAA*, 2, 1-18.
- Carneiro, Sueli. (2003a). Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, 17(49), 117-132.

- Carneiro, Sueli. (2003b). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Em Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania (Org.). *Racismos contemporâneos*. Takano Editora.
- Collins, Patrícia Hill. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.
- Conselho Federal de Psicologia. (2017). *Relações raciais: referências técnicas para atuação de psicólogas/os*. CFP.
- Cordeiro, Mariana Prioli., Svartman, Bernardo, & Souza, Laura Vilela. (Orgs.). (2018). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas*. Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo.
- Costa, Gracyelle. (2017). Assistência Social, no enlace entre a cor e gênero dos (as) que dela necessitam. *O Social em Questão*, 38, 227-246.
- Crenshaw, Kimberlé Williams. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Cruz, Lílian Rodrigues da, & Guareschi, Neuza. (2012). *O psicólogo e as políticas de assistência social*. Vozes.
- Cutter, Susan L, Boruff, Bryan J., & Shirley, W. Lynn. (2003). Social vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*, 34(1), 242-261.
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1540-6237.8402002>
- Cutter, Susan L. (2011). A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, 59-69.
<https://journals.openedition.org/rccs/165>
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

- Ferreira, Cláudia Aparecida Avelar, & Nunes, Simone Costa. (2020). Mulheres negras: um marcador da desigualdade racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 12(33), 508-534.
<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/674>
- Foucault, Michel. (1997). *Arqueologia do saber*. (L.F.B. Neves, Trad.). Forense Universitária. (Trabalho original publicado em 1969).
- Gomes, Simone da Silva Ribeiro. (2011). Notas preliminares de uma crítica feminista aos programas de transferência direta de renda: o caso do Bolsa Família no Brasil. *Revista Textos & Contextos*, 10(1), 69-81.
- Gonzalez, Lélia. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 223-244.
- González, Lélia. (1988). Por un feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis International*, 9, 133-141.
- Goto, Janaina Brugnera, Couto, Paulo Francisco Mastella, Bastos, João Luiz. (2013). Revisão sistemática dos estudos epidemiológicos sobre discriminação interpessoal e saúde mental. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(3), 445-459.
- Gouveia, Marizete & Zanello, Valeska. (2018). Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), 450-464. <https://doi.org/10.1590/1982-37030003262017>
- Gouveia, Marizete & Zanello, Valeska. (2019). Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. *Psicologia em Estudo*, 24, e42738. <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42738>
- hooks, bell. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, 193-210.

- hooks, bell. (2019). *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rosa dos Tempos.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2017). *Estimativa de população*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2011). *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça* (4ª ed.). Ipea.
- Jaccoud, Luciana. (2008). O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. Em M. Theodoro (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição* (pp. 135-170). Ipea.
- Jones, Lani V., & Warner, Lynn A. (2011). Evaluating culturally responsive group work with black women. *Research on Social Work Practice, 21*(6), 737-746. <https://doi.org/10.1177/1049731511411488>
- Jorge, Amanda Lacerda & Brandão, André Augusto Pereira. (2012). Androcentrismo institucional e o acesso a aposentadoria rural entre mulheres quilombolas da comunidade de Agreste-MG. *Revista Ártemis, 13*, 161-173.
- Koller, Silvia H., Couto, Maria Clara P. de Paula, & Hohendorff, Jean Von. (2014). *Manual de produção científica*. Penso.
- Lopes, Fernanda. (2005). Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cadernos de Saúde Pública, 21*(5), 1595-601.
- López-Sáez, Miguel Ángel; García-Dauder, Dau, & Montero, Ignacio. (2019). El sexismo como constructo en psicología: una revisión de teorías e instrumentos. *Quaderns de Psicologia, 21*(3), e1523. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1523>

- Marcondes, Mariana Mazzini, Pinheiro, Luana, Queiroz, Cristina, Querino, Ana Carolina, & Valverde, Danielle. (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. IPEA.
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf
- Mariano, Silvana Aparecida & Carloto, Cássia Maria. (2013). Aspectos diferenciais da inserção de mulheres negras no Programa Bolsa Família. *Revista Sociedade e Estado*, 28(2), 393-417.
- Mata, Valdisia Pereira da & Pelisoli, Catula Luz. (2016). Expressões do racismo como fator desencadeante de estresse agudo e pós-traumático. *Revista Brasileira de Psicologia*, 03(1), 126-140.
- Mbembe, Achille. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1 Edições.
- Menezes, Jordana Calil Lopes de, Nobre-Sandoval, Larissa de Almeida & Murta, Sheila Giardini. (2020). Local adaptations to implement the strengthening families program in northeastern Brazil. *International journal of mental health and addiction*, 18, 1-14.
- Oliveira, Érika Cecília Soares, Rodrigues, Luciana, Battistelli, Bruna Moraes, & Cruz, Lilian Rodrigues da. (2019). Raça e Política de Assistência Social: Produção de Conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(spe2), 141-152. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003225556>
- Oliveira, Érika Cecília Soares, Battistelli, Bruna Moraes, Rodrigues, Luciana, & Cruz, Lílian Rodrigues da. (2019). Raça e política de assistência social: produção de conhecimento em Psicologia Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39(n.spe 2), 141-152.
<https://doi.org/10.1590/1982-3703003225556>

- Paixão, Marcelo, & Gomes, Flávio. (2012). Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. Em Giovana Xavier, Juliana Barreto Farias, & Flávio Gomes (Orgs.). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação* (pp. 297-313). Selo Negro.
- Rodrigues, Vera. (2016). E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção-CE. *Tomo*, 8, 73-100. <https://doi.org/10.21669/tomo.v0i0.5422>
- Santos, Alessandro de Oliveira, & Schucman, Lia Vainer. (2015). Desigualdade, relações raciais e a formação de psicólogos(as). *Revista EPOS*, 6(2), 117-140.
- Scalon, Celi. (2011). Desigualdades, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. *Revista Contemporânea, Dossiê Diferenças e (Des)igualdades*, (1), 49-68.
- Soares, Lissandra Vieira, & Machado, Paula Sandrine. (2017). “Escrevivências” como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. *Revista Psicologia Política*, 17(39), 203-219.
- Soares, Lissandra Vieira. (2017). *Escrevivências sobre mulheres negras acompanhadas pela proteção social básica: uma perspectiva interseccional*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFRGS. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182451>
- Sousa, Neusa Santos. (1983). *Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Edições Graal.
- Souza, Marcela Tavares de, Silva, Michelly Dias da, & Carvalho, Rachel de. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein (São Paulo)*, 8, 102-106. http://www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102.pdf
- Waiselfisz, Julio Jacobo. (2015). *Mapa da violência 2016*. Homicídios de mulheres no Brasil. FLACSO.

Werneck, Jurema. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde Soc.*, 25(3), 535-549.

Zanello, Valeska. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.

¹MANUSCRITO 2

TÍTULO EM PORTUGUÊS

**Mecanismos de empoderamento de mulheres negras: um estudo sobre superar
barreiras**

TÍTULO EM INGLÊS

Black Women Empowering Mechanisms: a study on how to overcome barriers

¹ Agradecimentos às pesquisadoras Emanuele Cristina Santos do Nascimento, Karen Kathlenn Amorim Oliveira e Stéfane Macedo de Jesus que colaboraram na condução e transcrição de algumas das entrevistas.

Resumo

As mulheres negras brasileiras ocupam posições de desvantagem em várias dimensões da vida. Propostas de promoção de empoderamento, que visam maximizar as possibilidades de ação no ambiente de vida, podem contribuir para a mudança dessa realidade ao aumentar as chances de alcançar acesso mais igualitário a recursos que favorecem condições dignas de vida, garantias de direitos, bem-estar e saúde. Nesse sentido, o objetivo deste estudo foi investigar, a partir da visão das participantes, elementos que podem funcionar como mecanismos favorecedores de empoderamento para as mulheres negras. Participaram do estudo 23 mulheres de três estados brasileiros. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas com uma pergunta aberta e questionário sociodemográfico. A análise do material se deu por meio de Análise Temática, baseada em uma compreensão tridimensional de empoderamento. Os resultados apontam os mecanismos de empoderamento de mulheres negras localizados em três níveis de análise micro/pessoal, meso/comunitário e macro/social. Isso vai ao encontro de abordagens que compreendem o conceito a partir de uma perspectiva multidimensional e ressalta a importância de não se adotar apenas um foco individual. Os achados do estudo apontam ainda elementos que remetem a vivências interseccionadas por raça, gênero e classe. Ademais, é crucial a adoção de uma perspectiva multidimensional do empoderamento de mulheres negras, assim como os estudos na área podem ser enriquecidos se fizerem uso de uma perspectiva de interseccionalidade. Sugere-se que estudos futuros explorem em profundidade cada um dos níveis de empoderamento estudado e forneçam evidências de sua interrelação, assim como os efeitos de cada um desses mecanismos nas vidas (e na saúde) das mulheres negras.

Palavras-chave: mulheres negras, empoderamento, mecanismos

Abstract

Brazilian black women occupy disadvantaged positions in many dimensions of life. Proposals to foster empowerment, aiming to increase people's possibilities of taking action in their living environment, may contribute to change this reality by increasing the chances for more equalitarian access to resources favoring more dignifying living conditions, the guarantee of rights, health and welfare. Thus, the goal of this study was to investigate, beginning from the participants' point of view, elements that could work as black women empowerment mechanisms. 23 women from three Brazilian states took part in the study. Data was collected through interviews with an open question and a sociodemographic questionnaire. The material analysis was performed using Thematic Analysis based on a tridimensional understanding of empowerment. The results point to black women empowerment mechanisms in three levels of analysis: micro/personal, meso/community, and macro/social levels. This is in accordance with approaches which understand the aforementioned concept by means of a multidimensional perspective, also emphasizing the importance of not using an individual focus, solely. The study findings also indicate elements which refer to intersectional experiences of race, gender and class. Moreover, it shows how crucial it is to adopt a multidimensional perspective of black women empowerment and to enrich the studies in the field using an intersectional perspective. Future studies, therefore, should focus deeper on each one of the empowerment levels studied here and should provide evidence of their interrelations, as well as the effects of these mechanisms in the lives (and health) of Brazilian black women

Key words: black women, empowerment, mechanisms

Mecanismos de empoderamento de mulheres negras: um estudo sobre superar barreiras

Apesar de estudado desde a década de 80 e adotado, tanto como conceito quanto como proposta, em várias áreas do conhecimento, como psicologia, saúde pública, promoção de saúde, administração, economia, literatura, dentre outras (Almeida, Dimenstein & Severo, 2010; Baquero, 2012; Borges & Barletta, 2015; Cattaneo & Chapman, 2010; Carvalho, 2004; Czernesia, 2009; Rappaport, 1995; Rodrigues, 2019; Wallerstein, 2006; Zimmerman, 1990), o conceito de empoderamento ainda pode ser considerado intrincado. A falta de definição precisa tornou possível aplicações difusas, o que resultou em propostas avaliativas e interventivas muito diferentes (Cattaneo & Chapman, 2010; Cyril et al., 2016). Destarte, pode-se entender empoderamento como um conceito aberto que carece de explicitação em cada contexto específico de aplicação (Rappaport, 1995); e uma vez que não é um constructo universal, vários autores sinalizam a importância de se reconhecer que empoderamento pode assumir diferentes formas para diferentes pessoas (Huis et al., 2017; Zimmerman, 1990; Perkins, 1995; Pick et al., 2007; Wallerstein, 2006). Nesse sentido, o intento deste estudo é analisar e discutir os mecanismos de empoderamento para a realidade de mulheres negras brasileiras que são submetidas a condições muito adversas na trama da desigualdade social no país.

As relações raciais, de gênero e de classe (dentre outras) no Brasil estão estabelecidas de forma que essa teia interseccional de experiências, ao mesmo tempo em que fomenta resistência, muitas vezes é marcada por vivências de discriminações, violências e acesso dificultado a recursos e direitos (Cardoso, 2012). Esse cenário, construído por processos históricos e sociais (constantemente atualizados) articulados a marcadores interseccionais tais como raça, gênero, classe, orientação sexual, dentre outros (Bairros, 1995; hooks, 2015;

Collins, 2000; González, 1988), ao mesmo tempo em que é resultado desses processos, atua com efeito desempoderador para as mulheres negras ao afetá-las na subjetividade, relações, condições de viver, estudar, trabalhar, morar, ir e vir, dentre outras dimensões da vida. Esse contexto contribui para colocar e manter as mulheres negras em condições de desvantagem social ao colaborar para a manutenção de desigualdades que cooperam para a desigualdade em saúde (Williams & Priest, 2015).

Dessa forma, esse contexto cria condições que fomentam barreiras internas e externas e que contribuem para o não empoderamento. As barreiras externas consistem, por exemplo, em acesso dificultado ou nulo a recursos e direitos. As mulheres negras brasileiras, aqui compreendidas as pretas e pardas (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2017), ocupam condições desfavorecidas na sociedade: geralmente, estão mais localizadas em condições de pobreza e vulnerabilidade (Marcondes et al., 2013); ocupam piores posições no campo do trabalho e têm os piores salários (Waiselfisz, 2015); têm menor acesso a bens e à internet; têm os piores níveis de escolaridade - ficando à frente somente dos homens negros; e possuem menor expectativa de vida quando comparadas com as mulheres brancas (Marcondes et al., 2013). Já as barreiras internas se referem a processos subjetivos que impactam negativamente, por exemplo, o autoconceito, a autoestima e a autoeficácia.

Em face desse cenário, empoderamento tem sido adotado como princípio e proposta nas ações de algumas políticas públicas, como é o caso da Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004) e da Política Nacional de Promoção de Saúde (Brasil, 2018; Carvalho, 2004; Czernesia, 2009), ainda que em seus documentos normatizadores não o definam explicitamente. Dessa forma, este estudo torna-se relevante ao investigar os mecanismos que podem favorecer o empoderamento e impactar essa realidade, promovendo melhores condições de vida e saúde de mulheres negras brasileiras que são submetidas a condições muito adversas na trama da desigualdade social no país.

O complexo conceito de empoderamento

A literatura científica aponta que empoderamento inclui processos e resultados (Aguilar-Pinto et al., 2017; Cattaneo & Goodman, 2015; Cornwall, 2016; Eldredge et al., 2016; Wallerstein, 2006; Wallerstein & Bernstein, 1994). Ou seja, ao compreender empoderamento como a maximização das possibilidades de ação sobre a própria vida e a da comunidade, o aumento da autoeficácia é, em si, um resultado, mas também pode ser parte do processo de empoderamento. Isso significa que resultados parciais (partes desse processo) podem ser observados e mensurados ao longo do caminho. Consoante a essa ideia, Wallerstein (2006) aponta que os resultados do empoderamento não são estáticos e podem mudar ao longo do tempo conforme os contextos políticos ou econômicos mudam.

Empoderamento, constantemente, é adotado com focos diferentes, ora com um mais individual, ora um mais comunitário e ora a partir de uma perspectiva multidimensional. O foco na dimensão individual (psicológica) é o mais abraçado e avaliado na literatura científica (Cyril et al., 2016; Baquero, 2012), principalmente na literatura norte-americana. Essa dimensão está baseada no empoderamento psicológico proposto por Zimmerman (1995), que envolve componentes intrapsíquicos, interacionais e comportamentais que interatuam com o ambiente para aumentar ou inibir o domínio e controle sobre os fatores que afetam a vida (Zimmerman, 1990). Alguns dos elementos abarcados no empoderamento psicológico são: habilidade, conhecimento, consciência, motivação, lócus de controle, autoeficácia, controle de forças pessoais, autoestima, autoafirmação, autoconfiança, aumento da capacidade das pessoas se sentirem influentes nos processos que determinam suas vidas (Baquero, 2012; Wallerstein, 2006; Zimmerman, 1990). Apesar de as influências ecológicas e culturais serem consideradas nesse nível, o foco de análise e intervenção ainda ficam concentradas nos processos individuais. Ao longo do tempo, intervenções que se limitam a,

ou focalizam demasiadamente essa dimensão, têm sido alvo de críticas que argumentam que centrar apenas no indivíduo é insuficiente (Hamlin & Peters, 2018).

O empoderamento comunitário, outra linha muito desenvolvida, envolve um processo de ação social no qual indivíduos e grupos agem coletivamente para promover mudanças em seu ambiente social e político (Douglas et al., 2016; Wallerstein & Bernstein, 1994; Rappaport, 1995) visando a conquista plena de direitos e o acesso e controle sobre recursos materiais e simbólicos (Baquero, 2012; Rappaport, 1995; Wallerstein, 2006). Nascido em contextos como a psicologia comunitária, educação, desenvolvimento comunitário e serviço social, o empoderamento comunitário destaca a dimensão coletiva de transformação da realidade (Wallerstein, 2006). Essa perspectiva salienta a importância do empoderamento individual, mas por meio de um processo social (pensamento crítico, conscientização, construção de capacidade pessoal e social, transformações de relações sociais), com ênfase no diálogo e em processos educativos (Baquero, 2012). Partindo desse entendimento, considera-se que a dimensão psicológica está ligada à participação comunitária, que por sua vez está relacionada a estruturas sociais mais amplas (Aguilar-Pinto et al., 2017; Carvalho, 2004). A contribuição de Paulo Freire (2011), a partir da proposta de educação libertária e do processo de conscientização crítica para a transformação das condições de vida das pessoas, é frequentemente mencionada na literatura sobre empoderamento comunitário (Cornwall, 2016; Freire, 2011, 1968; Wallerstein & Bernstein, 1994).

Alguns autores propõem ainda o entendimento de empoderamento como um conceito multidimensional, o que envolve considerar as várias dimensões nas quais ele ocorre e produz resultados (Cyril et al., 2016). Huis et al. (2017), fundamentados na Teoria dos Sistemas Ecológicos, sugerem um modelo tridimensional do empoderamento feminino que envolve o nível pessoal, de relações próximas e coletivo. Trata-se, assim, de um processo multifacetado, que envolve a consciência, as crenças e os comportamentos individuais e coletivos,

incorporados na estrutura social de contextos culturais específicos. Esses autores destacam a perspectiva coletiva em detrimento da individual.

É importante salientar que empoderamento também pode ser considerado sistêmico. Ele se desenvolve por meio do intercâmbio entre indivíduo e o contexto social (Cattaneo & Chapman, 2010; Cyril et al., 2016; Huis et al., 2017), e envolve uma interação dinâmica entre mudanças psicológicas internas e superação de barreiras estruturais externas para acessar recursos (Wallerstein, 2006). Nesse processo interativo de mudança, instituições e comunidades se transformam à medida que as pessoas envolvidas na mudança também são transformadas (Wallerstein & Bernstein, 1994). Dessa forma, empoderamento pode ser entendido como um conceito orientado para ação que tem foco na remoção de barreiras formais e informais. Tais barreiras, muitas vezes camufladas, podem ser psicossociais, como percepção prejudicada do próprio valor, e/ou culturais e estruturais tais como dinâmica de poder desigual, racismo, alta estratificação social (Wallerstein, 2006). Elas são, ainda, multidimensionais, por envolver o nível individual, comunitário, institucional e cultural.

A noção de superação de barreiras (formais e informais) apontada por Wallerstein (2006) ajuda a romper com uma ideia de empoderamento focado no nível individual e/ou que, muitas vezes, tem o efeito de responsabilizar, quase que exclusivamente, as próprias pessoas por mudança em suas condições de vida. Isso é particularmente relevante quando se trata de grupos que historicamente lidam com estruturas sociais que os colocam em posições de desprestígio e limitado acesso a recursos materiais e simbólicos, como é o caso das mulheres negras na sociedade brasileira. Ao trazer para o foco as estruturas e dinâmicas sociais presentes nos ambientes de vida, e que (re)produzem barreiras para a mudança, pode-se colocar em xeque a visão neoliberal edificada sobre o empoderamento. A noção de rompimento ou superação de barreiras externas permite abranger a liberação dos indivíduos

em relação às práticas culturais e sociais que sejam opressoras, injustas e discriminatórias (Pinto, 2001), o que envolve, dessa forma, transformação de relações de poder existentes.

Muitos estudos descritos na literatura adotam definições de empoderamento que o entendem como um processo de dar poder a alguém ou grupo que antes não o tinha, ou que uma pessoa sem poder o adquire por conta própria (Berth, 2018; Cattaneo & Chapman, 2010; Montero, 2003). Para explorar esse aspecto, nos baseamos principalmente nas análises de Foucault (1995) sobre o poder. Para esse autor, poder designa relações que se enraízam no nexo social. O que define uma relação de poder é o modo de ação que age sobre a ação dos outros (as eventuais, futuras ou presentes). O poder “é um conjunto de ações sobre ações possíveis” (p. 243) que incita, desvia, induz, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, e “é sempre uma maneira de agir sobre os vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações” (Foucault, 1995, p. 243). Dessa forma, poder refere-se à ordem do governo sobre as possibilidades de ação dos outros. Um ponto nevrálgico da análise do autor é que para ele, a relação de poder só existe onde há a liberdade como possibilidade. Isso implica dizer que onde há relação de poder há resistência.

Dessa forma, pode-se entender que empoderamento refere-se muito mais à resistência de relações de poder assimétricas, sugerindo um maior equilíbrio nessa relação, do que uma invertida de posição na manutenção de relações já existentes. Pode-se também depreender que empoderamento refere-se à mudança de possibilidades de ação que estejam sendo dificultadas ou limitadas. Empoderamento seria, então, exercício de resistência que promove mudança por meio da transposição e redução de barreiras e leva a um maior controle sobre recursos de vida (materiais e simbólicos), garantia de direitos, bem-estar e melhores desfechos em saúde. Mas como dito antes, uma vez que as barreiras são forjadas e reeditadas no seio da estrutura social, o ônus da mudança precisa recair prioritariamente sobre os mecanismos fomentadores das barreiras. A falha em considerar as estruturas sociopolíticas e

culturais pode reforçar relações assimétricas de poder já existentes (Huis et al., 2017) e que estão entrelaçadas com processos subjetivos, comportamentais e relacionais. Diante do exposto, no presente estudo, empoderamento é entendido como conceito multidimensional e sistêmico que se refere à maximização das possibilidades de ação sobre a própria vida e a da comunidade, por meio da superação (ou minimização) de barreiras formais e informais, internas e externas.

Empoderamento e saúde

Muitas das definições de empoderamento apontadas acima sinalizam que seu objetivo é contribuir para que pessoas e comunidades promovam mudanças em suas realidades. Os estudos de Whitehead et al. (2014) a respeito do controle sobre o ambiente de vida oferecem pistas de como o empoderamento, operando em níveis, pode contribuir para promoção de melhores condições de vida e saúde. Este controle se refere às possibilidades de ação de um indivíduo, grupo ou população sobre as decisões que afetam suas vidas diariamente no ambiente físico e social, incluindo condições socioeconômicas e psicossociais em que as pessoas vivem. O controle sobre o ambiente de vida pode ser visto também como um componente do bem-estar psicológico, pessoal e coletivo que impacta desfechos em saúde. Por outro lado, a falta ou o limitado controle sobre o ambiente de vida leva a iniquidades em saúde (Laverack, 2006; Wallerstein & Bernstein, 1994; Whitehead et al., 2014). Essa falta é fomentada pela desigualdade social, que é produto do não empoderamento ao mesmo tempo que contribui para ele.

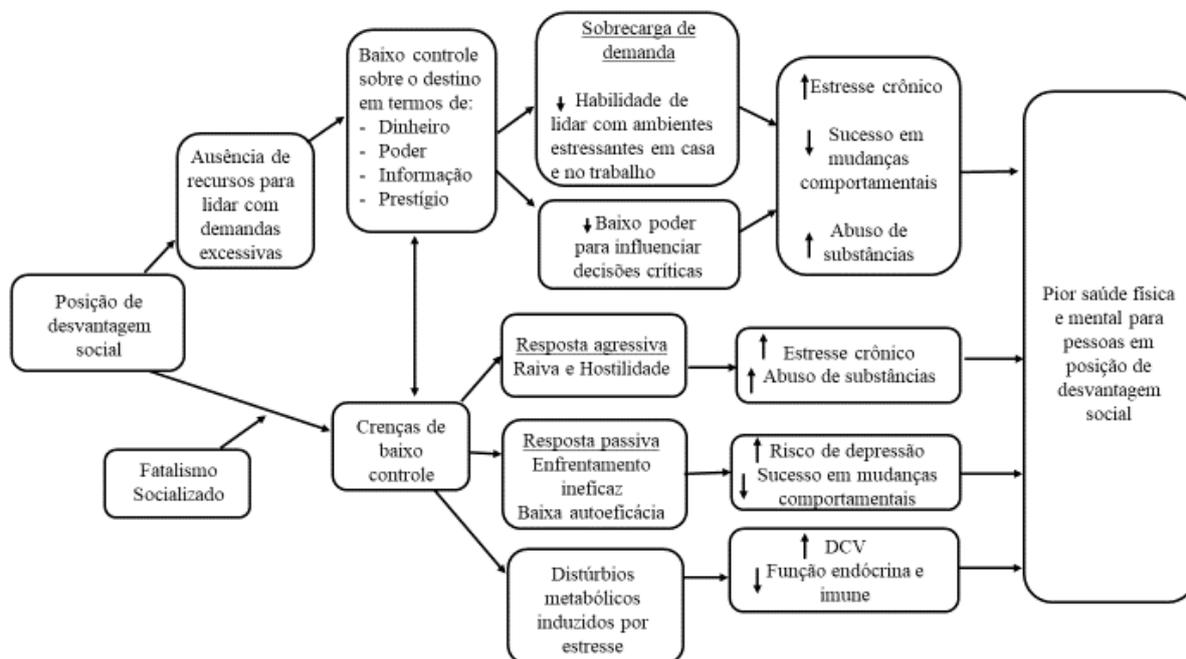
Para identificar os caminhos possíveis entre o controle sobre o ambiente de vida e geração de desigualdades em saúde, Whitehead et al. (2014) realizaram uma ampla revisão de literatura que permitiu categorizar esses caminhos em três níveis explicativos interrelacionados: micro/pessoal, meso/comunidade e macro/social. Para realizar essa categorização, as autoras partiram da perspectiva de determinantes sociais em saúde. Vale

ressaltar que esses percursos foram desenhados a partir da literatura científica existente e, apesar de oferecer pistas importantes, não esgotam todos os elementos, caminhos e conexões possíveis nos quais o empoderamento poderia operar, uma vez que senso de controle e controle real têm sido descritos na literatura como apenas alguns dos componentes do empoderamento.

No nível micro/pessoal (Figura 1), há evidências de que posição de desvantagem social está associada a crenças de baixo controle, que por sua vez estão associadas a uma variedade de resultados negativos na saúde. As explicações dos caminhos que levam à desigualdade em saúde apontam que a condição social das pessoas, na sociedade, influencia o acesso a recursos necessários para a saúde, bem-estar e controle sobre o destino, repercutindo nas decisões críticas que afetam as suas vidas. Isso pode levar a estresse crônico, que desencadeia maiores problemas de saúde física e mental. Nesse processo, estão envolvidas crenças de baixo controle do ambiente. Crianças que crescem em famílias com posições sociais mais desfavorecidas, por exemplo, podem ser socializadas de modo a favorecer crenças de baixo controle. Essas crenças podem perdurar e ser ampliadas na idade adulta, o que impacta as expectativas sobre o que alcançar na vida, uma vez que, geralmente, estão sujeitos a baixas expectativas de outras pessoas importantes (famílias, professores, possíveis empregadores, dentre outros) (Whitehead et al., 2014).

Figura 1

Percursos teóricos no nível micro/pessoal que levam do baixo controle às desigualdades sociais em saúde



Fonte: Whitehead et al., 2014.

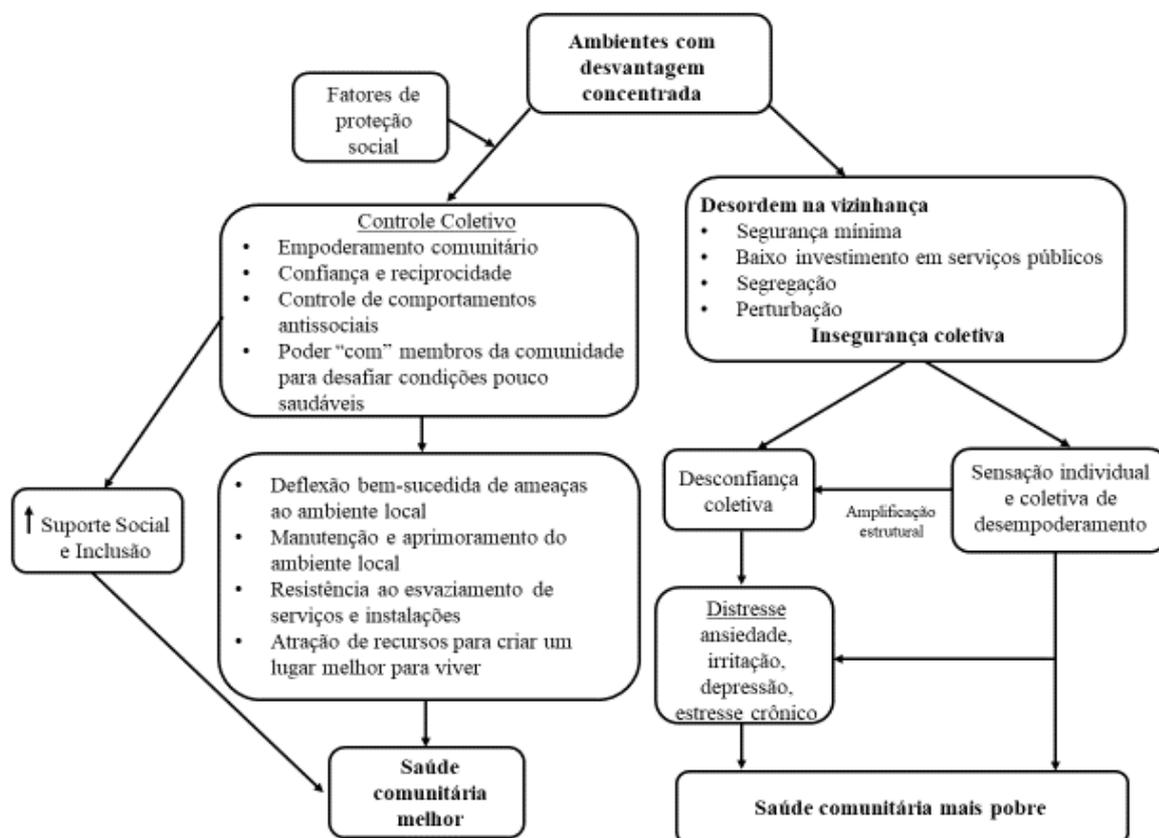
Crenças de baixo controle podem levar a respostas psicológicas contrastantes que podem resultar em pior saúde física e mental: (a) raiva e hostilidade - que podem levar ao estresse crônico e comportamentos prejudiciais à saúde, como fumar e beber; (b) baixa autoeficácia - que pode levar à depressão, uma vez que afeta a esperança no futuro; (c) exposição crônica a estressores devido a crenças de baixo controle - que podem afetar diretamente o controle sobre distúrbios metabólicos (menor função endócrina e imunológica, maior risco para doenças cardiovasculares). Crenças de baixo controle e baixo controle real estão relacionados entre si e um pode induzir ao outro. Crenças de baixo controle podem refletir o baixo controle real, ou seja, refletir a realidade cotidiana da vida. Da mesma forma, como apontam os autores,

crenças de baixo controle podem fazer com que as crianças não se saiam tão bem quanto poderiam na escola, procurando empregos com salários mais baixos ou não conseguindo empregos, o que pode colocá-las em uma posição de baixo controle real sobre os recursos (Whitehead et al., 2014, p. 29).

O nível meso/comunitário (Figura 2) adota noções de que o controle comunitário/coletivo vai além das circunstâncias individuais e engloba a força gerada pela união entre as pessoas para ter maior influência sobre as condições materiais e sociais nas vizinhanças imediatas no espaço de vida. Explicações sobre os caminhos que levam a desfechos em saúde abordam o local em que as pessoas vivem e as interações estabelecidas. Lugares menos favorecidos (em relação à estrutura socioambiental, acessos a serviços básicos, dentre outros), e a interação de pessoas e grupos nesse contexto, podem suscitar a sensação de insegurança coletiva e impotência, colocando as pessoas diante de estressores crônicos, que com o tempo prejudicam a saúde. Entretanto, as interações entre as pessoas e o lugar onde vivem também podem gerar empoderamento comunitário ao desafiarem, coletivamente, as condições materiais de vida e buscarem mudanças para essa realidade, o que pode levar ao controle coletivo sobre a saúde (Whitehead et al., 2014).

Figura 2

Caminhos meso/comunitários do baixo controle às desigualdades sociais em saúde

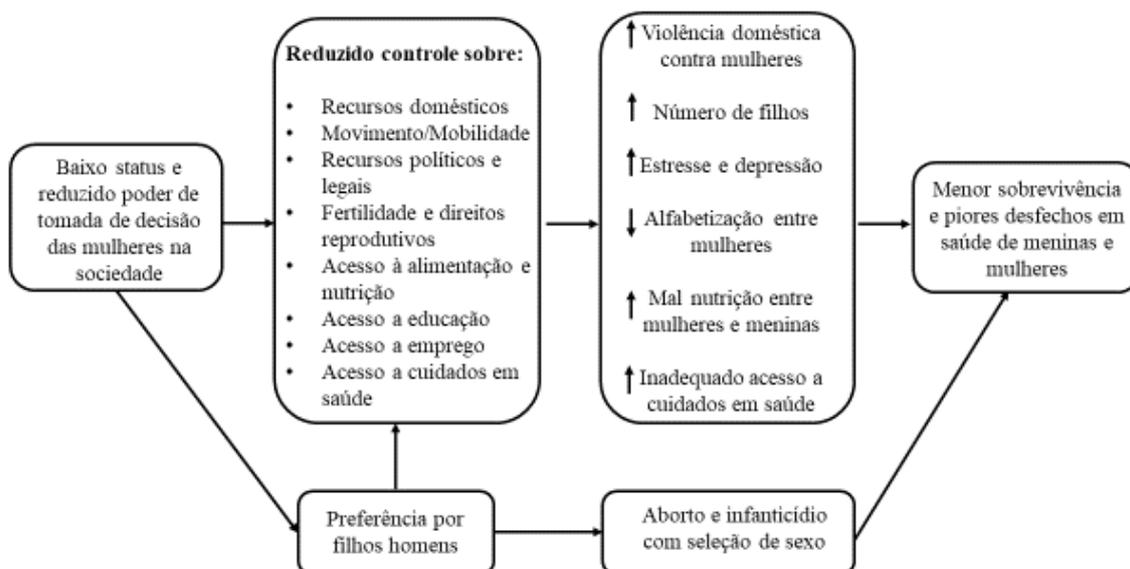


Fonte: Whitehead et al., 2014.

As teorias no nível macro/social (Figura 3) consideram que processos culturais, sociais ou políticos geram vários graus de exclusão e discriminação de alguns grupos na sociedade, o que resulta em baixo *status* e, conseqüentemente, em baixo controle sobre o acesso para satisfazer necessidades em saúde. Os mecanismos para esse processo partem do contexto social como um todo, interagindo com outros níveis. Racismo, sexismo, classismo, capacitismo, por exemplo, operam no nível das estruturas sociais e produzem experiências diferentes para grupos populacionais, influenciando o grau de controle que esses grupos sentem que têm, e realmente têm, sobre suas vidas.

Figura 3

Caminhos do baixo status das mulheres na sociedade para piores resultados de saúde



Fonte: Whitehead et al., 2014.

Para ilustrar esse caminho (Figura 3), Whitehead et al. (2014) apontam os percursos hipotéticos entre o baixo status das mulheres em sociedades com discriminação de gênero evidente e os resultados em saúde e bem-estar. Em ambientes sexistas, o baixo status feminino pode levar à redução do controle das mulheres sobre seu acesso a serviços de saúde, alimentação e nutrição, educação, oportunidades de emprego, fertilidade e direitos reprodutivos, além de levar a taxas mais altas de violência doméstica contra as mulheres e meninas. Todo esse processo leva a resultados piores em saúde se comparados com as mulheres em sociedades com menor grau de discriminação de gênero (Whitehead et al., 2014).

O controle sobre as decisões na vida diária é um determinante social fundamental em saúde para o qual o empoderamento de pessoas e grupos contribui positivamente (Laverack, 2006; Whitehead et al., 2014). Esse panorama apresentado acima permite compreender que

ações sobre o baixo controle no ambiente de vida devem ser parte de estratégias para combater desigualdades em saúde. Muitas propostas de promoção de empoderamento visam aumentar a possibilidade de as pessoas agirem no ambiente para alcançar acesso mais igualitário a recursos que favorecem condições dignas de vida, garantias de direitos, bem-estar e saúde. Nessa direção, estratégias de promoção de empoderamento, ao possibilitar maior controle sobre o ambiente de vida, podem contribuir para melhores condições de vida e redução de iniquidades em saúde.

Proposta do estudo

Considerando que as mulheres negras brasileiras são submetidas a condições muito adversas na trama da desigualdade social no país, que é uma das maiores do mundo (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD], 2013), e que vivenciam desigualdades significativas não somente nas condições de vida, mas também em saúde. Considerando também que empoderamento é um objetivo adotado em políticas públicas e sua promoção pode favorecer melhores condições de vida e saúde, torna-se relevante investigar potenciais mecanismos para grupos específicos. O presente estudo buscou investigar a percepção de mulheres sobre mecanismos que podem promover o empoderamento de mulheres negras. *Mecanismo* é um dos processos que faz algo ser o que é. Bunge (2004) o entende como uma sequência de eventos em determinado nível de um sistema que produz o resultado de alterar ou manter seu estado. O autor defende que identificar e entender os mecanismos, ao mesmo tempo em que ajuda a explicar como algo funciona, permite promover investimentos para modificar esses processos. Nesse sentido, o presente estudo aborda *mecanismo* como aquilo que pode promover ou favorecer o empoderamento, ou seja, como uma mudança intermediária que leva ao empoderamento.

Só é possível compreender um mecanismo atrelado ao sistema no qual ele opera, assinalou Bunge (2004). Por isso, é relevante compreender quais são os mecanismos que

podem funcionar nos sistemas nos quais mulheres negras estão inseridas, ou seja, analisá-los e compreendê-los localizados no contexto social, histórico, econômico, político e simbólico que compõe a realidade desse grupo. Em sistemas complexos, como os sociais, existem mecanismos concorrentes e em diversos níveis. Essa compreensão vai ao encontro do entendimento adotado do empoderamento operando em vários níveis, uma vez que melhoria da saúde, realocação de recursos e mudança política podem ser resultado do aumento no empoderamento nos três níveis de interação: o micro, meso e macrosistema (Cattaneo & Goodman, 2015; Eldredge et al., 2016; Marinho & Gonçalves, 2016).

O objetivo deste estudo foi investigar, a partir da visão de mulheres, em sua maioria, negras, quais mecanismos podem favorecer o empoderamento de mulheres negras. Nos baseamos nos estudos de Whitehead et al. (2016) a respeito do controle sobre o ambiente de vida para compreender o empoderamento em três dimensões que interagem e se retroalimentam: microssocial/pessoal, mesossocial/comunitário e macrosocial. Dessa forma, a questão que guiou esse estudo foi: Quais são os mecanismos promotores de empoderamento das mulheres negras nos níveis micro, meso e macrosocial?

Método

Delineamento

Este estudo qualitativo apoia-se na concepção reivindicatória/participatória (Creswell, 2010), que está baseada na noção de que a pesquisa precisa estar interligada à agenda política para contribuir com mudanças nas condições de vida de grupos historicamente marginalizados. Esse paradigma assume uma postura colaborativa que pressupõe o esforço de engajar as/os participantes nos processos de pesquisa ao mesmo tempo em que contribui para que suas vozes sejam ouvidas. Por isso entende-se que esse paradigma é adequado para investigar mecanismos que podem favorecer o empoderamento de mulheres negras.

Participantes

Foram realizados 24 convites e houve apenas uma recusa. Assim, participaram do estudo 23 mulheres de três diferentes unidades da federação (Goiás, Distrito Federal e Pernambuco) e de diferentes contextos: oito especialistas/estudiosas em/sobre relações raciais, seis profissionais de Centros Referência e Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), sete usuárias de CRAS, e duas gestoras da Proteção Social Básica no nível nacional da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (cf. Tabela 1). Para garantir o acesso a pontos de vista relevantes e diversos sobre os mecanismos de empoderamento de mulheres negras, a seleção das participantes seguiu critérios de amostra intencional (Creswell, 2014). Atentando-se para o cuidado de que as mulheres negras pudessem falar por si mesmas sobre aspectos que influenciam suas vidas, optou-se por priorizar a participação de mulheres negras. Essa escolha vai na mesma direção da recomendação de Haraway (1995), quando essa autora aponta que se deve buscar a perspectiva de pontos de vista que representam conhecimento potente para a construção de mundos que sejam menos organizados por eixos de dominação. Acredita-se, portanto, que seja o caso das mulheres negras. Algumas mulheres autoidentificadas como brancas também participaram do estudo por oferecerem pontos de vista relevantes ao atuarem no atendimento direto a mulheres negras em situação de vulnerabilidade social ou no nível da gestão nacional da PNAS.

Três participantes eram conhecidas da pesquisadora principal, outras três foram indicadas pela Secretaria de Assistência Social do Distrito Federal e as demais foram acessadas por meio da técnica “bola de neve” (Yin, 2016), ou seja, algumas participantes indicaram outras que se encaixavam nos critérios de participação. Estes compreenderam ter idade acima de 18 anos e se encaixar em algum dos grupos de participação – especialistas,

profissionais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), usuárias do SUAS ou Gestoras/es nacionais.

Tabela 1

Caracterização das participantes de pesquisa

Participante	Idade	Cor	UF	
Participante 1	45	Preta	DF	Psicóloga/Especialista
Participante 2	35	Preta	DF	Psicóloga/Especialista
Participante 3	39	Negra	DF	Assistente Social/Especialista
Participante 4	40	Preta	DF	Assistente Social/Especialista
Participante 5	58	Preta	DF	Assistente Social/ Gerente de CRAS
Participante 6	52	Parda	DF	Assistente Social/Gestão da PNAS
Participante 7	35	Branca	DF	Internacionalista/ Gestão da PNAS
Participante 8	37	Parda	DF	Usuária de CRAS
Participante 9	47	Preta	GO	Historiadora/Especialista
Participante 10	37	Parda	DF	Psicóloga/Gerente de CRAS
Participante 11	37	Negra	DF	Historiadora/Especialista
Participante 12	49	Preta	GO	Pedagoga/Especialista
Participante 13	39	Branca	DF	Psicóloga/Equipe Técnica de CRAS
Participante 14	35	Branca	DF	Psicóloga/Equipe Técnica de CRAS
Participante 15	34	Negra	DF	Usuária de CRAS
Participante 16	33	Negra	DF	Usuária de CRAS
Participante 17	32	Negra	DF	Usuária de CRAS
Participante 18	54	Negra	PB	Pedagoga/Equipe Técnica de CREAS
Participante 19	35	Preta	PB	Usuária de CRAS
Participante 20	35	Morena	PB	Usuária de CRAS
Participante 21	57	Parda	PB	Usuária de CRAS
Participante 22	48	Negra	GO	Psicóloga/Especialista
Participante 23	39	Negra	PB	Assistente Social/Equipe Técnica de CRAS

Nota. O quesito Cor está descrito como as participantes se autoidentificaram.

Fonte: Produzido pela autora, 2020.

Instrumentos

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais (Bauer & Gaskell, 2015) com a seguinte pergunta aberta e disparadora: o que você acha que pode favorecer o empoderamento de mulheres negras? Essa modalidade foi escolhida porque o diálogo da entrevista possibilita maior flexibilidade na sua condução, podendo sanar dúvidas, checar respostas e aprofundar pontos que forem pertinentes (Shaughnessy et al., 2012). Durante a coleta de dados, foi utilizado o termo fortalecimento como sinônimo de empoderamento para facilitar a compreensão da pergunta. Um Questionário Sociodemográfico com 5 perguntas

sobre idade, cor, sexo, formação, trabalho/profissão também foi utilizado para caracterizar as participantes.

Procedimentos de coleta de dados

O convite às participantes foi feito via e-mail ou telefone. O acesso às usuárias do CRAS ocorreu de duas formas: a) as mulheres foram convidadas durante um evento promovido em um CRAS do Distrito Federal, sendo instruído que as interessadas em participar deixassem seu contato; b) profissionais do CRAS indicaram e disponibilizaram o contato de usuárias que pudessem se interessar em participar. Nesse segundo caso, tomou-se o cuidado de enfatizar que a participação era voluntária, que não fazia parte das atividades oferecidas pela unidade e que a não participação não implicaria em quaisquer vantagens ou prejuízos junto ao CRAS de vinculação. O planejamento inicial era fazer a investigação apenas na região do Distrito Federal e Goiás. Entretanto, durante a coleta de dados optou-se por incluir participantes da região nordeste (PE), que apresenta uma realidade socioterritorial diferente. O Distrito Federal está localizado entre os melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil, ao passo que a região Nordeste apresenta alguns dos piores resultados em IDH no país (PNUD, 2013). Essa decisão objetivou inserir perspectivas de regiões diferentes, somando, com os pontos de vista, diversos das participantes (usuárias de CRAS e CREAS, especialistas, profissionais da Política de Assistência Social e Gestoras). Dessa forma, como estratégia de validação dos dados foi empregada a triangulação de dados de fonte e espaço (Flick, 2009).

As entrevistas foram realizadas pela autora e pesquisadoras auxiliares (alunas de graduação e uma doutoranda com treinamento e/ou experiência em entrevistas e pesquisa qualitativa) colaboraram na condução de parte das entrevistas, que foram realizadas em locais de preferência das participantes (Instituto de Psicologia da UnB, residências, local de trabalho, CRAS ou espaços públicos, tais como cafés). No momento da entrevista, todas as

participantes foram informadas sobre o estudo e expressaram sua concordância, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Apenas uma participante não autorizou a gravação da entrevista e, nesse caso, o registro das respostas foi feito por meio de anotações da pesquisadora principal e da pesquisadora auxiliar. A entrevista com as gestoras foi realizada em dupla devido à disponibilidade de agenda das participantes. A quantidade de entrevistas foi delimitada com base no princípio de saturação (Creswell, 2010; Flick, 2009), ou seja, as entrevistas cessaram quando as respostas começaram a se repetir, não acrescentando conteúdos novos. A coleta iniciou no mês de julho de 2018 e finalizou em setembro de 2019.

Procedimentos de análise dos dados

Após a transcrição, que totalizou 19.420 palavras e que resultou nos textos das entrevistas, eles foram submetidos à Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), utilizando processo dedutivo. O material foi codificado com base nos níveis micro, meso e macro de controle sobre o ambiente de vida proposto por Whitehead et al. (2016) e Whitehead et al. (2014). Para cada nível foram identificados subtemas com base nas teorias sobre empoderamento. Os dados foram organizados e parcialmente analisados com o auxílio do software NVivo, versão 12 Pro. As dúvidas que surgiram durante a análise foram discutidas e resolvidas com uma segunda pesquisadora. Como estratégia de validação dos resultados foi realizada a verificação pelos membros (Birt et al., 2016; Creswell, 2010). No processo de verificação, uma síntese da análise dos resultados (Tabela 2) foi apresentada para doze participantes da pesquisa pelo *WhatsApp* (11) e por e-mail (1). Foi solicitado às entrevistadas que indicassem a presença ou ausência de representatividade nos resultados sobre o que elas considerassem como favorecedores de empoderamento de mulheres negras, apontando: opção (a) os resultados contemplam o que quis dizer na entrevista, com possibilidade de fazer comentário; ou opção (b) os resultados não contemplam o que quis dizer na entrevista, com

possibilidade de fazer comentário. Apenas uma participante não retornou. Todas as outras onze indicaram a opção (a) e uma participante fez comentários, apresentados na seção de resultados.

Reflexividade

Acredita-se que o fato da pesquisadora ser mulher negra e ter vivenciado muito dos processos abordados neste estudo tenha influenciado desde a escolha do tema até as estratégias adotadas para abordá-lo. No campo de pesquisa, esse fator parece ter facilitado a aproximação em relação às entrevistadas. A pesquisadora ter atuado/atuar na assistência social também parece ter facilitado sua inserção no campo e influenciado positivamente a disposição das entrevistadas em contribuir com a pesquisa.

Cuidados éticos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília – CAAE 01208518.4.0000.5540, Parecer N° 3.070.871, e segue as orientações das Resoluções nº 466/2012 (Brasil, 2012) e nº 510/2016 (Brasil, 2016), do Conselho Nacional da Saúde. Atendimento psicológico foi disponibilizado para as participantes a fim de minimizar possíveis desconfortos decorrentes da participação no estudo. A pesquisadora principal não identificou casos e, até o momento, nenhuma das participantes comunicou necessidade de tal acompanhamento. Foi utilizada identificação numérica das participantes para assegurar o sigilo de identidade.

Resultados

Os resultados sobre a percepção de mulheres acerca do empoderamento de mulheres negras identificaram mecanismos que operam nos três níveis (micro, meso e macrossocial) (Tabela 2). A maior quantidade e variedade de mecanismos nos três níveis foram informadas pelas participantes especialistas sobre relações raciais. Para as usuárias de CRAS e CREAS, os mecanismos se concentram mais no nível meso, com destaque para oportunidade de

trabalho para obter renda. Para as profissionais da assistência social, os mecanismos de empoderamento se concentram nos níveis micro e meso.

Tabela 2

Resultados dos mecanismos de empoderamento nos níveis micro, meso e macro

Dimensão/Mecanismo	Especialistas (freq.)	Profissionais (freq.)	Gestoras (freq.)	Usuárias (freq.)	Total (freq.)
<i>Nível Micro</i>					
Reconhecimento de si como mulher negra	6	6	-	-	12
Consciência crítica da realidade sócio histórica na qual o racismo se expressa	5	5	-	-	10
Fortalecimento da autoestima	3	1	-	4	8
Reconhecimento de si como sujeito de direitos	3	-	-	1	4
Reconhecimento de si como sujeito ativo/agência	1	3	-	-	4
Fortalecimento da autoeficácia	1	-	-	3	4
Fortalecimento da identidade política	1	-	-	-	1
Referências positivas	1	-	-	-	1
<i>Nível Meso</i>					
Oportunidade de trabalho para obter renda	4	2	-	8	14
Acesso e permanência na educação formal	3	1	-	4	8
União com outras mulheres negras	5	1	-	2	8
Rede de apoio	1	1	-	4	6
Participação na vida pública	1	-	3	1	5
Pertencimento comunitário	5	-	-	-	5
Relações mais igualitárias com companheiros amorosos	1	1	-	1	3
Melhoria no acesso à saúde	2	-	-	-	2
Saída do empobrecimento	-	1	-	-	1
<i>Nível Macro</i>					
Políticas Públicas	10	-	1	1	12
Combate ao racismo	1	-	-	4	5
Representatividade positiva de mulheres negras na mídia, na política e em demais espaços	3	1	-	-	4
Resgate da história da população negra com uma visão mais positiva, justa e crítica	2	-	-	-	2
Reconhecimento da educação não formal	1	-	-	-	1
Foco nas mulheres pobres	1	-	-	-	1
Mudança da cultura atual para uma cultura de maior equidade	1	-	-	-	1
Combate ao sexismo	1	-	-	-	1
Interesse e ação de políticos para proteger as mulheres negras	-	-	-	1	1
Discussão do racismo institucional no mercado de trabalho	1	-	-	-	1

Nota. freq.: frequência com que o item comparece nas falas das entrevistadas.

Empoderamento no nível micro

Os mecanismos no nível microssocial mais referidos pelas participantes foram reconhecimento de si como mulher negra; consciência crítica da realidade socio histórica na qual o racismo se expressa; e fortalecimento da autoestima. Em seguida, em ordem decrescente de frequência, foram apontados os mecanismos reconhecimento de si como sujeito de direitos; reconhecimento de si como sujeito ativo/agência; fortalecimento da autoeficácia; fortalecimento da identidade política; e referências positivas. Passa-se à descrição de cada um.

O reconhecimento de si como mulher envolve conhecer sua história sem estereótipos geralmente implicados e se ver enquanto parte da população negra. Isso permite o reconhecimento positivo do seu lugar, sua história, sua ancestralidade para que seja possível se empoderar e reivindicar melhorias nas condições de vida e enfrentar os processos de discriminação, desemprego e dificuldades da vida cotidiana. *A consciência crítica da realidade sócio histórica na qual o racismo se expressa* se refere a ter pensamento crítico e reconhecer as expressões do racismo nas violências, discriminações, maus tratos, abusos sofridos ao longo da vida, postos de trabalho precarizados, falta de acesso a serviços públicos, dentre outras formas. É preciso se reconhecer como parte de um grupo excluído da sociedade ao qual as oportunidades são embarreiradas, reconhecendo, assim, o racismo como um processo estrutural. E, a partir dessa compreensão, reconhecer a necessidade de empoderamento. Se ver de uma forma positiva, se aceitarem como são, acreditar que são capazes se referem à *autoestima*, um dos mecanismos que mais apareceu. Ter amor próprio, acreditar no seu valor e se respeitar contribuem para o empoderamento. *O reconhecimento de si como sujeito de direitos* favorece o empoderamento quando a mulher negra sabe quais são os seus direitos tanto para reivindicá-los quanto para reconhecer quando estão sendo violados. É necessário se reconhecer como cidadã e exercer a cidadania. *O reconhecimento*

de si como sujeito ativo/agência se refere a se reconhecerem como parte importante da estrutura sociedade, a partir de uma perspectiva histórica, e que pode transformá-la. É fundamental ver possibilidades, se ver como uma pessoa que pode fazer o que deseja, assim como perceber seu lugar de poder e reconhecer que precisa de mais autonomia. O *fortalecimento da autoeficácia* possibilita acreditar em si mesma e na sua capacidade, se ver como capaz de promover mudanças. O *fortalecimento da identidade política* por meio da representatividade das mulheres negras nos três poderes do Estado, para que suas vozes sejam ouvidas, e ter *referências positivas* de mulheres negras, de ícones que foram invisibilizadas ao longo do tempo também apareceram. Abaixo seguem trechos das entrevistas que exemplificam os mecanismos mais frequentes.

[...] Então eu acho que é isso e principalmente se identificar porque muitas nem se identificam né, elas não se reconhecem porque é taxada de coisa ruim. Então elas não querem ser taxadas de coisas ruins, então ela fala “Não, não sou!” né... Então para você ter ideia para depois, eu faço cadastro de um tanto também né no que origina o Bolsa Família. E aí lá também tem essa pergunta. E aí as vezes eu faço essa pergunta. A mulher do Maranhão que é negra, ela não se considera. Aí ela perguntou para mim, por exemplo, um exemplo só né, “E você acha que eu sou de que cor?”. Eu falo: “Eu acho que você é negra, né! Eu não tenho essa autonomia para falar, mas já que você perguntou. Já que foi uma pergunta sua. Eu acho que você é negra!”. Aí ela, não ela perguntou que cor que eu era né, aí eu falei que eu era negra, aí ela falou assim “Não, mulher, você tá doida! Você não é negra não!”, não fala uma coisa dessa. Foi isso... aí ela perguntou, “Mas você, de que cor que você é?”, aí eu falei “Não, eu sou negra!”, aí ela “Não fala isso!”. Então é mais ou menos isso, a falta de reconhecimento mesmo que é inicial, é o início tá faltando... E depois para ver outras coisas né (Participante 7 – Mecanismo: Reconhecimento de si como mulher negra).

[...] Assim, é... eu acho que primeiro elas reconhecerem o valor dentro delas mesmas, né. Porque se a gente for pensar a trajetória de cada uma de nós, mulheres negras ou de grupos que a gente percebe, a gente passa um histórico muito grande de negação, né (Participante 2 – Mecanismo: Autoestima).

[...] Então, trazer essas informações que lá na pergunta: o que vai favorecer esse empoderar-se? Então, ter a propriedade, fazer esses links, né? Por que o nosso salário é mais baixo? Por que nos nossos lares prevalece a questão matriarcal? As chefias de famílias são por mulheres. Por que nós somos abandonadas por nossos homens? Então, por que o serviço médico, as unidades de saúde? Então a partir daí é fazer com que essas informações sejam costuradas e que elas possam, nós possamos, fazer essa análise mais contextualizada. Então favorece nesse sentido, da gente se perceber que nada é..., que existe um propósito, que existe uma intenção e que não é de agora e que tem um tempo, desde que o mundo é mundo, mas aí a gente toma essa responsabilidade da gente né? Uma vez que eu sou a afetada, que responsabilidade eu tenho nisso? De que forma eu contribuo para isso? De que forma eu posso fazer para minimizar tais situações? Então eu acho que é isso. É uma revolução a partir da informação. A revolução começa de dentro para fora (Participante 19 – Mecanismo: Consciência crítica da realidade socio histórica na qual o racismo se expressa).

Empoderamento no nível meso

Os mecanismos no nível mesossocial mais referidos pelas participantes foram oportunidade de trabalho para obter renda, acesso e permanência da educação formal e união com outras mulheres negras. Em seguida, em ordem decrescente de frequência, foram apontados os mecanismos rede de apoio; participação na vida pública; pertencimento comunitário; relações mais igualitárias com os companheiros amorosos; melhoria no acesso à saúde; e saída do empobrecimento.

Oportunidades de trabalho para obter renda aparece como um mecanismo que pode favorecer o empoderamento, uma vez que o racismo e o sexismo muitas vezes criam obstáculos para as mulheres negras acessarem empregos e postos de trabalho. O emprego permite ter renda própria e conseqüentemente melhorar as condições de vida, as faz se sentirem mais protegidas e a ter independência financeira, principalmente nas relações amorosas. Ter creches para deixar os filhos é fundamental para que as mulheres tenham condições de acessar e permanecer no emprego. *O acesso e permanência na educação formal* também aparece como um mecanismo principalmente por permitir maior acesso a trabalho e renda e melhores condições de vida, abrindo mais possibilidades para as mulheres negras. Segundo as entrevistadas, as mulheres negras precisam acessar o processo educacional e ter condições de permanecer nele. Cursos de capacitação/profissionalizantes gratuitos que permitam geração de renda também foram mencionados, assim como capacitação sobre questões raciais para trabalhadores das políticas públicas. *A união com outras mulheres negras* permite que se possa interagir com outras pessoas que passam pelas mesmas experiências, situações, dificuldades, alegrias e possibilidades. Isso favorece que as mulheres percebam que não estão sozinhas ao compartilhar dores, lutas, sofrimentos e alegrias e se reconhecer na experiência umas das outras. Nesse processo, a ideia de coletividade pode ser desenvolvida e a mulher negra se fortalece para ajudar as outras. Essa vivência, enquanto grupo, precisa ser possibilitada e estimulada também no âmbito das políticas públicas.

Ter *Rede de apoio* foi apontado como importante para o empoderamento de mulheres negras, que envolve vínculos familiares e comunitários fortalecidos. Família, amigos, instituições, profissionais, dentre outros, podem compor essa rede, que possibilita ter apoio e incentivo a cuidar de si, da saúde, e buscar meios de melhorar as condições de vida. Já a *participação na vida pública* envolve protagonismo e participação social por meio de reivindicações de novas formas (mais valorizadas) das mulheres serem entendidas e tratadas

na sociedade. Envolve também a participação social enquanto usuárias de políticas públicas, desde a formulação de política até o controle social. O *pertencimento comunitário* é um mecanismo de empoderamento ao permitir que as mulheres negras se sintam acolhidas em oposição ao ambiente de rejeição no qual geralmente são socializadas. Pertencimento está relacionado a se sentir aceita como ela é, em um sentido positivo e valorizado. *Relações mais igualitárias com os companheiros amorosos* favorece o empoderamento das mulheres negras e significa elas não serem submissas e dependentes do companheiro, para que possam tomar decisões que afetam sua vida sem barreiras provenientes dessa relação. Durante o processo de checagem pelos membros uma das participantes sugeriu que esse mecanismo fosse ampliado para abranger também as relações com companheiras amorosas: *Relação mais igualitária com companheiros(as) amorosos(as)*. *Melhoria no acesso à saúde* possibilita melhorar as condições de saúde das mulheres negras. *A saída do empobrecimento* reduz as chances de as mulheres negras estarem em situação de vulnerabilidade, ou seja, quando as necessidades básicas estão satisfeitas, isso permite que elas possam ser mais autônomas e possam investir em outras dimensões da vida. Abaixo seguem trechos das entrevistas que exemplificam os mecanismos mais frequentes.

[...] Então, o que eu estou chamando de melhorar as condições da nossa vida passa pelo acesso por educação e permanência, passa pelo acesso a postos de trabalho, e os postos de trabalho no Brasil hoje... Agora mesmo que a gente está enfrentando um índice de emprego elevados, a gente observa que as mulheres negras são o maior contingente de pessoas desempregadas no Brasil. E até nas nuances do tema do emprego e do desemprego, são mulheres desempregadas sem perspectiva de acessar porque a contratação também traz uma seletividade de gênero e de raça. Então, quer dizer, maior acesso à educação, maior acesso a trabalho com renda digna, [...] e nós vamos para todo o tema da desvantagem econômica (Participante 9 – Mecanismo: Educação).

[...] É porque tem o desemprego, né. Porque antes eu trabalhava fichado, hoje eu trabalho com diária. É o que tá dando para viver hoje. Mas assim, a complicação é essa: o desemprego [...] Rapaz até eu me pergunto isso. Com esse valor a gente está levando, correndo atrás de emprego, né. Então, por eu ser negra passo muito por preconceito. Às vezes eu vou chegando na entrevista e as pessoas olha assim e falam assim: uma negra? (risos) Nem dá a oportunidade, já olha para pessoa e não dá oportunidade (Participante 18 - Mecanismo: Oportunidade de trabalho para obter renda).

[...] E aí é... eu acho que uma outra coisa, uma outra questão é aproximar-se de outras mulheres com necessidades similares. Eu acho que quando você compartilha dores, quando você compartilha lutas, quando você compartilha sofrimentos, você se vê na necessidade de querer ajudar aquela mulher, aquela parceira, aquela companheira né, aquela amiga ali, aquela colega. E é... se sente, se fortalece. Porque eu acho que no momento em que você é... no momento em que você se sente é... sente a empatia com a dor da outra, com a luta da outra, o momento que você fala assim “Eu preciso ajudá-la e eu preciso me fortalecer”. E algumas vezes, quando você escuta também a história da luta e da dor da outra, você fala “Gente, a minha dor e a minha luta não é tão lascada assim não. Assim, eu não estou tão ruim!”. Ou eu compartilho da mesma dor e do mesmo sofrimento e eu falo assim “Não, vamos lá juntas que a gente pode!”. Eu acho que esse é um outro ponto assim né. De, de poder... de meios para empoderar-se né. É... eu acho que é por aí (Participante 3 – Mecanismo: União com outras mulheres negras).

Empoderamento no nível macro

Os mecanismos no nível macrossocial mais referidos pelas participantes foram políticas públicas; combate ao racismo; e representatividade positiva das mulheres negras na mídia, na política e em demais espaços. Em seguida, em ordem decrescente de frequência,

foram apontados os mecanismos: resgate da história da população negra com uma visão mais positiva, justa e crítica; reconhecimento da educação não formal; foco nas mulheres pobres; mudança da cultura atual para uma cultura de maior equidade; combate ao sexismo; interesse e ação de políticos para proteger as mulheres negras; integração entre as políticas públicas; e discussão do racismo institucional no mercado de trabalho. Segue abaixo a descrição de cada um.

O empoderamento de mulheres negras passa pela existência de *políticas públicas* em várias áreas, tais como: políticas de acesso à direitos básicos como moradia, alimentação e mobilidade; políticas efetivas de combate à violência contra as mulheres; políticas de proteção e apoio contra violência e opressão dos maridos/companheiros; políticas públicas que considerem as especificidades de gênero; políticas públicas de reparação da exploração histórica da população negra; políticas que favoreçam o acesso das mulheres negras à educação; políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de vida das mulheres negras; políticas públicas que reduzam a desigualdade social; políticas públicas que tenham a mulher como referência; e políticas públicas efetivas de combate ao racismo. Segundo as entrevistadas, o empoderamento das mulheres negras também pode ser favorecido pela *representatividade* positiva nas mídias como na televisão, nas propagandas, nas revistas, nos veículos de comunicação. É importante ainda que haja representatividade positiva em espaços públicos, em que as mulheres negras não sejam representadas como objeto, mas sim como donas de seu próprio querer. A política é outra área que precisa ser contemplada.

O *resgate da história da população negra com uma visão mais positiva, justa e crítica* é um mecanismo que pode favorecer o empoderamento de mulheres negras. Esse resgate precisa fazer oposição à imagem triste e depreciativa que geralmente acompanha a história das raízes negras. Nesse nível também apareceu como promotor de empoderamento o *reconhecimento da educação não formal* na sociedade, ou seja, de saberes da população que

vão desde cuidados com a saúde até formas de viver e nutrir e que são passados de geração em geração. No processo de checagem pelos membros, uma das participantes sugeriu que esse mecanismo fosse complementado da seguinte forma: Reconhecimento da relevância da educação informal e transmissão oral afrocentrada, especialmente aquela a partir do convívio cotidiano entre mulheres. O empoderamento pode ser favorecido com a *mudança da cultura atual para uma cultura de maior equidade* assim como com o *interesse e ação de políticos para proteger as mulheres negras* e o *combate ao racismo* com leis mais severas de combate e redução do preconceito contra esse grupo. As ações de empoderamento deve ter *foco nas mulheres pobres*, pois são essas mulheres que são mais afetadas. *Combate ao sexismo* que, junto com o racismo, limita as possibilidades de condições dignas de trabalho e ocupação de alguns espaços na sociedade. Por fim, o empoderamento de mulheres negras pode ser favorecido pela *discussão do racismo institucional no mercado de trabalho* se a sociedade de uma forma geral discutir e reconhecer o racismo institucional, principalmente sobre suas consequências no mercado de trabalho, que coloca as mulheres negras em postos de trabalho de baixo prestígio social. Abaixo seguem trechos das entrevistas que exemplificam os mecanismos mais frequentes.

[...] Eu acho que tem um aspecto que passa por políticas públicas, sociais de acesso a direitos básicos: moradia digna, alimentação, direito de ir e vir então mobilidade também é algo que perpassa muito (E.1, 2018 – Mecanismo: Políticas públicas).

[...] E aí a gente fala de políticas específicas para a educação, a gente já tem as cotas raciais; que foi um grande avanço para o acesso das mulheres no ensino superior, das mulheres negras, da juventude negra no ensino superior. [...] Mas também que a gente possa ter políticas públicas que sejam voltadas para a melhoria das condições de vida dessa população, né (Participante 11 - Mecanismo: Políticas públicas).

[...] Agora estudando eu sei que representatividade, tanto em espaços públicos quanto na mídia, quanto em diversos lugares que a gente tá circulando, que demonstra ser o lugar da mulher não como objeto, mas como dona do seu próprio querer, eu acho que ajuda. Acho que são alguns elementos que podem auxiliar nesse processo (Participante 4 – Mecanismo: Representatividade).

[...] Parar né com esse negócio de racismo que tem. [...] Deixa eu ver... Parar com o preconceito né? Que tem muito (Participante 20 – Mecanismo: Combate ao racismo).

Discussão

Os resultados do estudo apontam elementos que remetem a vivências interseccionadas por raça, gênero e classe. Isso indica que o processo de empoderamento de mulheres negras deve envolver elementos que alcancem as intersecções das experiências. O cruzamento de múltiplas identidades e posições sociais atribuídas (raça, gênero, identidade sexual, classe), junto à dinâmica de poder associada, uma vez que essas intersecções geram privilégios e desvantagens, são centrais para a interseccionalidade (Crenshaw, 2002; Rosenthal, 2016). A interseccionalidade é uma lente útil e necessária para abordar o (des)empoderamento de mulheres negras (Costa, 2013), pois permite olhar para questões de nível estrutural, assim como para desenhar estratégias de promoção de empoderamento.

O grupo de especialistas mencionou uma diversidade maior de mecanismos, distribuídos nos três níveis. Isso parece ser devido ao fato de esse grupo ter tido acesso à educação e informação que o permitiu conhecer os processos e dinâmicas das relações raciais no Brasil e a realidade das mulheres negras. Todas as especialistas são mulheres negras e isso também pode ter influenciado as respostas. As usuárias se referiram mais a mecanismos no nível meso. Isso pode ser devido ao fato de serem mecanismos que têm impactos mais diretamente observáveis na vida cotidiana.

Os mecanismos de empoderamento de mulheres negras apontados nos resultados do estudo estão localizados nos três níveis de análise micro/pessoal, meso/comunitário e macro/social. Isso vai ao encontro de abordagens que compreendem o conceito a partir de uma perspectiva multidimensional (Cyril et al., 2016; Huis et al., 2017) e ressalta a importância de não se adotar apenas um foco individual. A literatura internacional apresenta algumas experiências de intervenções para o empoderamento de mulheres negras com as seguintes propostas: programas de atenção primária em saúde para famílias afrocolombianas (Barreto-Zorza & Velásquez-Gutiérrez, 2016); grupos psicoeducativos culturalmente informados para melhorar o bem-estar psicológico por meio de melhora na autoestima, aumento da esperança e na eficácia em obter recursos (Taha et al., 2015); intervenção grupal para redução de sintomas de depressão e estresse percebidos e aumento da competência psicossocial entre mulheres negras (Jones & Warner, 2011); intervenções para apoiar as mulheres negras no cultivo do exercício de liderança (Short & Williams, 2013); grupos para favorecer que as mulheres se sintam confortáveis e confiantes consigo mesmo, e, conseqüentemente, possam tomar decisões mais saudáveis a fim de minimizar o potencial para vulnerabilidade, para riscos na saúde física mental (base na conectividade, apoio e fortalecimento das relações) (Short & Williams, 2013). Essas intervenções adotam maior foco na dimensão individual. Huis et al., (2017) salientam que a direcionalidade da mudança que o empoderamento propõe não pode ser fixa. Esse é um ponto relevante a ser considerado, pois significa que o processo não necessariamente precisa partir do indivíduo (micro) em direção a mudanças externas (meso e macro), como é assumindo por muitos estudos que focam o empoderamento individual. Mudanças ambientais, como as propostas por políticas afirmativas, promovem mudanças externas que também podem impactar o nível individual (intrapsíquico e comportamental).

Vale ressaltar que existem processos históricos e sociais que estão profundamente enraizados na dinâmica social, como o racismo, o sexismo e o classismo, que fortalecem as barreiras externas e tornam insuficiente o alcance da remoção de barreiras internas (fortalecimento da autoestima e autoeficácia, por exemplo) para transformar essa estrutura, pois as relações de poder que a sustentam, resistem em ser alteradas. Dessa forma, ainda que intervenções foquem um ou dois níveis, não se pode perder o todo de vista, pois corre-se o risco de continuar responsabilizando unicamente as mulheres negras por mudanças estruturais. MirafTAB (2004) chama a atenção para o fato de que se o empoderamento é tratado como independente das estruturas de opressão, ocorre uma individualização despolitizada da noção de empoderamento e as ações ficam voltadas para estimular senso de valor e estima de indivíduos ou reduzindo-a a ganho econômico individual e acesso a recursos, deixando incontestado o *status quo*.

A percepção das participantes sobre empoderamento incluiu, além de mudanças individuais e interacionais, aspectos de mudanças concretas na sociedade para as quais elas podem contribuir, mas que dependem de esforços coletivos também em nível societal como criação e fortalecimento de políticas públicas e mudança da cultura atual para uma cultura de maior equidade. Ao longo das últimas décadas, propostas de empoderamento com focos individuais foram sendo associadas a ideias de realização, sucesso e autonomia pessoal, consoantes com a lógica capitalista neoliberal (Hamlin & Peters, 2018). Práticas derivadas dessa associação, por adotarem um viés individualista e meritocrático, pouco contribuem para empoderar mulheres. Sentir-se fortalecido, empoderado, sem o ser, ou seja, sem conseguir de fato transpor barreiras externas, contribui para legitimidade de dimensões liberais, aponta MirafTAB (2004). Segundo o autor, o empoderamento com foco individual, apesar de poder de fato melhorar a situação econômica individual e a possibilidade de tomada de decisão nos níveis pessoal e interpessoal, não impacta a base sistêmica da pobreza e opressão, e perpetua

hierarquias sociais de raça, gênero e classe. Na contramão dessa lógica, Hamlin e Peters (2018) assinalam que o empoderamento de mulheres negras depende de ações políticas que levem em consideração as associações íntimas entre racismo, classismo e sexismo – o que aponta, mais uma vez, para a dimensão estrutural do problema e suas soluções coletivas.

Dessa forma, como sinalizam os resultados deste estudo, a dimensão política do empoderamento de mulheres negras perpassa desde o fortalecimento de uma identidade política, passando pela participação na vida pública, existência e acesso a políticas públicas, interesse e ação de políticos para proteger mulheres negras, dentre outros. Em um estudo sobre lideranças femininas nas periferias de Salvador, Perry (2016) identificou que mulheres negras pobres e com escolaridade limitada fazem o trabalho político cotidiano em suas comunidades e bairros. Entretanto, ainda assim são consideradas líderes improváveis de movimentos sociais e de massa. Essa potencialidade das mulheres negras precisa ser reconhecida e facilitada em intervenções que intentem promover empoderamento desse grupo.

Os mecanismos apontados pelas participantes estão em consonância com estudos de autoras do feminismo negro, para o qual empoderamento de mulheres negras é uma das temáticas centrais. Esse movimento, integrado por intelectuais de várias áreas do conhecimento (sociologia, filosofia, história, antropologia, direito, psicologia, dentre outras), há várias décadas denuncia, debate, investiga e propõe intervenções para a melhoria das condições de vida das mulheres negras em várias partes do mundo. O empoderamento é discutido nos estudos e obras de importantes nomes do feminino negro como sendo um processo que é possível a partir da existência de vários elementos que se correlacionam e interagem, criando contextos que o influenciam e são influenciados por ele. Relacionando com os resultados obtidos neste estudo, no nível pessoal, os seguintes mecanismos já haviam sido apontados pelas autoras: reconhecimento de si mesma como uma mulher negra,

rejeitando representações negativas ou idealizações e expectativas alheias (Collins, 2019; Kilomba, 2019; Carneiro, 2009); fortalecimento da autoestima a partir de autodefinição, autovalorização e do respeito próprio (Collins, 2019); consciência crítica sobre a realidade e expressões de racismo (Berth, 2018; Collins, 2019; Kilomba, 2019); falar por si, criando uma narrativa própria e reconhecendo-se como sujeito ativo (Carneiro, 2009; Berth, 2018; Collins, 2019); identificar-se como cidadã e sujeito de direitos, podendo se ver representada nas propostas da sociedade (hooks, 2017; Berth, 2018); fortalecimento da identidade política, propiciando uma emancipação política e social (Berth, 2018).

Essas pensadoras também mencionam aspectos que se referem ao nível comunitário, tais como: acesso à educação libertária e de qualidade (hooks, 2017; Berth, 2018); acesso à saúde integral por meio de uma assistência médica, que enfatize a prevenção e o autocuidado, subsidiada pelo Estado; oportunidade de ter emprego como meio de emancipação e independência financeira (Davis, 2017); existência de uma organização autônoma de mulheres negras que coletivamente elaborem estratégias de desenvolvimento econômico e político, fortalecendo suas participações na vida pública (Davis, 2017; Collins, 2019); consolidação de uma rede de apoio para auxiliar no enfrentamento às opressões (hooks, 2020); união com outras mulheres negras (hooks, 2015; Davis, 2017; Collins, 2019), criando um espaço seguro para o fortalecimento identitário e do sentimento de pertencimento (Kilomba, 2019); possibilidade de caminhos que viabilizam a saída do empobrecimento, que é uma condição que se refere a gênero e a raça, ou seja, à feminização da pobreza (Davis, 2017; Berth, 2018). Também são tratados os mecanismos empoderadores que fazem parte da dimensão macrossocial, como: políticas públicas que buscam caminhos de reconstrução das bases sociopolíticas para além das vertentes estruturais de opressão (Berth, 2018) com perspectivas de gestão que têm interesse e foco em proteger e assistir mulheres negras e mulheres pobres, tratando mutuamente questões de opressões de gênero, raça e classe

(Collins, 2019); representatividade nas mídias que possuam uma narrativa de reparação, fortalecimento e transformação econômica, social, histórica, cultural, psicológica e identitária para mulheres negras (Carneiro, 2009; Davis, 2018); reparação histórica ao realizar um resgate da história da população negra, valorizando os saberes, cosmologias, epistemologias e produções de conhecimento dos negros (Berth, 2018); mudança de cultura que traz um rompimento ativo tanto coletivamente como também individualmente com as estruturas de poder que criam relações assimétricas (Berth, 2018; Davis, 2018); combate ao racismo e ao sexismo a partir de reformulações sobre as violências da intersecção gênero, raça e classe (Davis, 2018); e finalmente, a partir da ideia de justiça social, a integração de políticas públicas que visa preservar o direito de mulheres negras de viver uma vida digna em condições de igualdade e de bem-estar (Davis, 2017).

Os mecanismos do nível micro/pessoal apontados pelas participantes também já foram abordados por diversos autores e autoras ao discutirem os efeitos psicossociais do racismo e do sexismo que afetam a dinâmica psicológica e as relações (afetivas, familiares, profissionais e sociais) (Kilomba, 2019; Collins, 2019; Sousa, 1983). Ao aprender que seu grupo de gênero e raça são desvalorizados dentro da cultura dominante, essa percepção molda a visão que mulheres negras tem sobre si mesmas e sua interação com os outros (Collins, 2000). Racismo e sexismo estruturais sustentam (e são sustentados por) expressões no nível interpessoal, que se expressam por meio de estigmas, estereótipos, preconceitos e discriminações. Algumas das respostas psicológicas possíveis são a “ameaça de estereótipo” e o racismo internalizado (Williams & Priest, 2015). O racismo internalizado refere-se à aceitação de concepções presentes na sociedade sobre inferioridade e que pode conduzir à baixa autoestima e mal-estar psicológico, afetar a autoeficácia e percepção de si, dentre outros (Kwate & Meyer, 2011). A ameaça de estereótipo refere-se à ativação de estereótipos negativos entre grupos estigmatizados que gera ansiedade, estresse, expectativa e reações que

podem afetar negativamente o autoconceito, a saúde mental e o desempenho educacional (Williams & Priest, 2015). Para Frantz Fanon (2008, p. 65), o racismo produz uma “valia psicológica”, ou seja, um sentimento de diminuição que vai sendo construído ao longo da vida em pessoas negras. O contexto racista, segundo o autor, cria o sentimento de inferiorização, uma vez que ela já está objetivada, que molda o autoconceito e afeta negativamente a autoestima e autoeficácia. O processo de conscientização sobre as dinâmicas relacionais nas quais está inscrito contribuiria para o agir em busca de mudanças estruturais. Sousa (1983, p. 12) também explorou o efeito do racismo como um repúdio à cor negra e ao corpo. Nas palavras da autora, a submissão ao código do comportamento tido como branco, concretiza a figura racista criada pela mistificadora democracia racial brasileira, a do “negro de alma branca”. Esses processos estão envolvidos no não reconhecimento de si como pessoa negra, dada a dificuldade de se reconhecer naquilo que é odiado.

No nível meso, grande parte do grupo de usuárias apontou oportunidade de emprego para obter renda como um dos mecanismos de empoderamento. Há estudos consistentes na literatura sobre microfinanças e empoderamento de mulheres (Whitehead et al., 2014). Estudos sobre intervenções que visam impactar a renda das mulheres para promover empoderamento, como estratégias de microfinanciamento, apontam efeitos como aumento da confiança em si mesma, capacidade de expressar suas ideias, participação na tomada de decisão, independência, autonomia, melhoria na autoestima e confiança no futuro (Aguilar-Pinto et al., 2017). Embora a renda tenha sido apontada como um elemento importante para o processo de empoderamento, os resultados do estudo sugerem que ela deve estar atrelada aos outros mecanismos. Grande parte da literatura recente, relacionada ao empoderamento feminino no campo da economia, por exemplo, se concentra ainda no âmbito do lar, o que é, segundo Kappelman (2016), muito restrito para tirar conclusões sobre os efeitos

determinantes do empoderamento, uma vez que as relações de gênero são multifacetadas. Pode-se estender esse entendimento para as relações raciais e de classe.

Os resultados também dialogam com os estudos de Whitehead et al. (2014) sobre o controle do ambiente de vida, tanto por apontarem mecanismos nos três níveis explicativos possíveis para o empoderamento, quanto aos elementos evidenciados em cada dimensão. Os mecanismos no nível individual, como autoestima e autoeficácia, podem influenciar as crenças sobre o controle do ambiente de vida. Da mesma forma, os mecanismos identificados no nível meso se referem a interações estabelecidas com indivíduos e com o contexto de vida, como união com outras mulheres negras, rede de apoio e participação na vida pública. Os resultados no nível macro apontam para processos culturais e políticos, tais como o combate ao racismo e sexismo, representatividade e criação e aprimoramento de políticas públicas que também é ponto de partida de um caminho explicativo que influencia o controle sobre o ambiente de vida. Por isso, acreditamos que os resultados deste estudo podem fornecer direções importantes para a promoção de saúde de mulheres negras. Considerar as especificidades dos mecanismos de empoderamento para mulheres negras é importante, uma vez que estudos apontam relações entre racismo sofrido (e percebido) por pessoas negras e desfechos em saúde. Diversas pesquisas têm demonstrado que a discriminação racial gera desfechos negativos na saúde física e mental (Werneck, 2016; Mata & Pelisoli, 2016; Goto, Couto & Bastos, 2013; Jones & Warner, 2011; Lewis et al., 2015; Williams & Priest, 2015). A revisão de literatura conduzida por Krieger (2014) sobre os impactos da discriminação na saúde apontou forte relação com desfechos piores em saúde mental (depressão ou sofrimento psíquico, por exemplo). Hipertensão, tabagismo e cuidados inadequados em saúde também foram apontados, apesar da relação não ser tão forte.

Microagressões raciais de gênero geram impactos na saúde física e mental.

Microagressões raciais de gênero são expressões verbais, comportamentais e ambientais sutis

de frequência cotidianas de opressão com base na interseção de sua raça e gênero (Lewis et al., 2017). Em um estudo com mulheres negras norte-americanas, Lewis et al. (2017) identificaram que experimentar uma maior frequência de microagressões raciais de gênero está significativamente relacionado a uma pior saúde física e mental. Outros estudos encontraram evidências de que uma maior frequência de microagressões raciais de gênero está significativamente associada a níveis mais baixos de autoestima e maiores sintomas de estresse traumático, mediado pela opressão racial de gênero internalizada (Moody & Lewis, 2019; Watson et al., 2016). O estudo de Lewis e Neville (2015) apontou evidências de que as microagressões raciais de gênero estão relacionadas ao sofrimento psicológico. Podem incluir ainda, o estresse de desprezos, insultos e invalidações com base em estereótipos, suposições e marginalização. Collins (2019) apontou, de forma cirúrgica, como estereótipos sobre mulheres negras impactam, de forma muito negativa, dimensões de sua vida. Microagressões raciais de gênero estão pautados em estereótipos historicamente construídos sobre as mulheres negras: trabalhadoras e obedientes (“mamy”); dependentes (rainhas da assistência social); dominantes (matriarcas); e sexualmente promíscuas (“Jezebels”). Atualmente, estereótipos como “mulheres negras fortes” contribuem como barreiras para receber cuidado adequado em saúde. O estereótipo de “raivosa” também é utilizado para silenciar e deslegitimar reivindicações de mulheres negras (Lewis & Neville, 2015). O silenciamento e marginalização nos locais de trabalho, escola ou outros ambientes profissionais são outras microagressões raciais de gênero vivenciadas por mulheres negras. Ter a autoridade ou intelecto questionado e invisibilizadas e ignoradas em ambientes profissionais são experiências comuns nas vidas de mulheres negras.

Considerações Finais

O presente estudo teve por objetivo investigar a percepção de mulheres, principalmente mulheres negras, sobre empoderamento e foi possível levantar mecanismos

que podem funcionar como pistas a serem seguidas em estudos futuros, desenvolvimento de intervenções e elaborações de políticas públicas que tenham como alvo as mulheres negras brasileiras. Como uma limitação do estudo, pode-se considerar possível efeito de desejabilidade social, uma vez que a pergunta utilizada para a entrevista solicitava diretamente que as participantes apontassem o que poderia favorecer o empoderamento de mulheres negras. Além disso, o fato de algumas das participantes serem conhecidas da pesquisadora principal pode ter influenciado o efeito de desejabilidade social.

Como agenda de pesquisa, sugere-se que estudos futuros explorem em profundidade cada um dos níveis de empoderamento estudados e forneçam evidências adicionais de sua interrelação, assim como os efeitos de cada um desses mecanismos nas vidas (e na saúde) das mulheres negras. Sugere-se, ainda, que futuros estudos investiguem possíveis diferenças entre a percepção de mulheres brancas e mulheres negras sobre o empoderamento desse último grupo.

Os resultados deste estudo permitem tecer algumas recomendações que podem guiar estudos futuros. É crucial a adoção de uma perspectiva multidimensional do empoderamento de mulheres negras. O empoderamento psicológico representa apenas uma dimensão desse conceito. Ao abordar apenas esse nível, como sinalizam Cyril et al. (2016), corre-se o risco de negligenciar fatores sociais e políticos que influenciam a equidade em saúde. Os estudos na área podem ser enriquecidos se fizerem uso de uma perspectiva de interseccionalidade, uma vez que as experiências são atravessadas por eixos estruturantes como raça, gênero, classe e sexualidade. A interseccionalidade é ainda, segundo Rosenthal (2016), uma oportunidade para a psicologia olhar para questões de nível estrutural e colocar a justiça social e a equidade nas agendas centrais de seus esforços. Abertura para a contribuição de outras áreas do saber faz-se necessária, uma vez que empoderamento é um fenômeno complexo que perpassa as várias dimensões da vida. Concordamos com Lewis et al. (2017)

quando esses pesquisadores sugerem que nós, enquanto psicólogas(os), devemos continuar empurrando os limites da nossa disciplina, tão acostumada a usar a lente individual, para conseguir incluir a compreensão de contextos estruturais sociais que afetam fenômenos pessoais e interacionais. Para se estudar empoderamento de mulheres negras, esse é um ponto fundamental. Há várias décadas Zimmerman (1990) já apontava a necessidade de se adotar abordagens interdisciplinares e estratégias de pesquisas criativas para se compreender totalmente o constructo, uma vez que ele envolve interação entre indivíduos e ambientes e essas interações são cultural e contextualmente definidas. Entende-se que isso também vale para propostas interventivas. Ademais, intervenções que objetivem promover o empoderamento de mulheres negras precisam considerar os níveis nos quais os mecanismos operam. Ainda que uma intervenção foque em um ou outro elemento, é importante não perder de vista sua relação com os outros mecanismos nas três dimensões. Por fim, é necessário que haja maior investimento em avaliação do empoderamento de mulheres negras, tanto como processo quanto resultado. Reconhecido pela Organização Mundial de Saúde, empoderamento ocupa um lugar central na promoção de saúde. Entretanto, o estudo de Cyril et al. (2016) evidenciou que existem poucos estudos que mediram o empoderamento como elemento de processo ou impacto dos programas de promoção de saúde. Como salientou Pick et al. (2007), a quantificação e avaliação de empoderamento, por ser um conceito tão abstrato, é um tema discutível e complexo. Contudo, é importante que aceitemos o desafio.

Referências

- Aguilar-Pinto, E. Carmen, Tuñón-Pablos, Esperanza, Zapata-Martelo, Emma, Evangelista-García, A. Aremy. (2017). Mujeres, empoderamiento y microcrédit. El programa de microempresas sociales de banmujer en chiapas. *Agricultura, Sociedad y Desarrollo*, 14(3), 479-501.
- Almeida, Kamila Siqueira de, Dimenstein, Magda, & Severo, Ana Kalliny. (2010). Empoderamento e atenção psicossocial: notas sobre uma associação de saúde mental. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, 14(34), 577-592.
<https://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832010005000009>
- Andrighetto, Aline & Barbosa, Siméia da Silva. (2020). A importância da afirmação de direitos para o empoderamento da mulher negra. *Revista Culturas Jurídicas*, 7(16), 288-319.
- Bairros, Luiza. (1995). Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*, 3(2), 458-463.
- Baquero, Rute Vivian Angelo. (2012). Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. *Revista debates*, 6(1), 173-187.
<https://doi.org/10.22456/1982-5269.26722>
- Barreto-Zorza, Yenny M. & Velasquez-Gutierrez, Vilma F. (2016). Centro de Desarrollo Humano Comunitario: programa para familias afrocolombianas desde la investigación acción participativa. *Revista de Salud Pública*, 18(5), 768-781.
<http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v18n5.43160>
- Barreto, Raquel de Oliveira & Paula, Ana Paula Paes de. (2014). “Rio da Vida Coletivo”: empoderamento, emancipação e práxis. *Revista de Administração Pública*, 48(1), 111-130. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122014000100005>

- Bauer, Martin W. & Gaskell, George. (Orgs.) (2015). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (P. A. Guareschi, Trad.). Vozes (Trabalho original publicado em 2000).
- Bengtsson, Mariette. (2016). How to plan and perform a qualitative study using content analysis. *Nursing Plus Open*, 2, 8-14. <https://doi.org/10.1016/j.npls.2016.01.001>
- Berth, Joice. (2018). *O que é empoderamento?* Letramento.
- Birt, Linda; Scott, Suzanne; Cavers, Debbie; Campbell, Christine & Walter, Fiona. (2016). Member Checking: A tool to enhance trustworthiness or merely a nod to validation? *Qualitative Health Research*, 26(13), 1802-1811. <https://doi.org/10.1177/1049732316654870>
- Borges, Lilian Maria & Barletta, Janaína Bianca. (2015). Teorias e modelos explicativos em prevenção e promoção da saúde orientados para o indivíduo e para a comunidade. Em Sheila Giardini Murta, Cristineide Leandro França, Karine Brito dos Santos & Larissa Polejack (Orgs.) *Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 113-149). Sinopsys.
- Brasil. (2018). *Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS: Anexo I da Portaria de Consolidação nº 2 de 28 de setembro de 2017* (Consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do SUS). Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude.pdf
- Brasil. Ministério da Saúde. (2016). Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 510/2016* sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais.
- Brasil. Ministério da Saúde. (2012). Conselho Nacional de Saúde. *Resolução nº 466/2012* sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

- Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS_2004.pdf
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
<http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Bunge, Mario. (2004). How Does it Work? The Search for Explanatory Mechanisms. *Philosophy of the Social Sciences*, 34(2), 182-210.
<https://doi.org/10.1177/0048393103262550>
- Carbonieri, Divanize & Laverde, Sheila Dias da Silva. (2018). Entre laços, cachos e tranças: o empoderamento das meninas negras através da literatura. *Polifonia*, 25(39.1), 54-75.
- Cardoso, Claudia Pons. (2012). *Outras Falas: Feminismos na Perspectiva de Mulheres Negras Brasileiras*. [Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFBA.
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7297/1/Outrasfalas.pdf>
- Carneiro, Gustavo Marchetti & Gomes, Ivan Marcelo. (2018). A corporeidade “das pretas”: identidade e consumo nas estratégias políticas de empoderamento em um coletivo de mulheres negras na cidade de Vitória. *Movimento*, 24(4), 1063-1076.
<https://doi.org/10.22456/1982-8918.75059>
- Carneiro, Sueli. (21 de dezembro de 2009). *Mulher negra e o poder: um ensaio sobre a ausência*. Portal Gelédes. <http://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/mulheres-negras-e-poder-um-ensaiosobre-a-ausencia.html>

- Carvalho, Sérgio Resende. (2004). Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de promoção à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(4), 1088-95.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000400024>
- Cattaneo, Lauren Bennett & Chapman, Aliya R. (2010). The process of empowerment: A model for use in research and practice. *American Psychological Association*, 65(7), 646–659.
- Cattaneo, Lauren Bennett & Goodman, Lisa A. (2015). What is empowerment anyway? A model for domestic violence practice, research, and evaluation. *Psychology of Violence*. 5(1), 84-94.
- Collins, Patrícia Hill. (2019). *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Collins, Patricia Hill. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.
- Cornwall, Andrea. (2016). Women's empowerment: What works? *Journal of International Development*, 28, 342-359. <https://doi.org/10.1002/jid.3210>
- Costa, Joaze Bernardino. (2013). Controle de vida, interseccionalidade e política de empoderamento: as organizações políticas das trabalhadoras domésticas no Brasil. *Revista Estudos Históricos*, 26(52), 471-489.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862013000200011>
- Crenshaw, Kimberlé. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Creswell, John W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Artmed.

- Creswell, John W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (3ª ed.). Penso.
- Cyril, Sheila, Smith, Ben J., & Renzaho, Andre M. N. (2016). Systematic review of empowerment measures in health promotion. *Health Promotion International*, 31, 809-826. <https://doi.org/10.1093/heapro/dav059>
- Czernesia, Dina & Freitas, Carlos Machado de. (2009). *Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências*. Editora Fiocruz.
- Davis, Angela. (2018). *A liberdade é uma luta constante*. Boitempo.
- Davis Angela. (2017). *Mulheres, cultura e política*. Boitempo.
- Davis, Angela. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.
- Douglas, Jason A., Grills, Cheryl T., Villanueva, Sandra, & Subica, Andrew M. (2016). Empowerment praxis: Community organizing to redress systemic health disparities. *Journal Community Psychology*, 58, 488-498. <https://doi.org/10.1002/ajcp.12101>
- Eldredge, L. Kay Bartholomew, Markham, Christine M., Ruitter, Robert A. C., Fernández, Maria E., Kok, Gerjo & Parcel, Guy S. (2016). *Planning health promotion programs: An intervention mapping approach* (4rd. Edition.). Jossey-Bass.
- Flick, Uwe. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). (J. E. Costa, Trad.). Artmed. (Trabalho original publicado em 1995).
- Foucault, Michel. (1995). O sujeito e o poder. Em Hubert L. Dreyfus & Paul, Rabinow (Orgs.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp. 231-249). Forense Universitária.
- Frantz, Fanon. (2008). *Pele negra máscaras brancas*. EDUFBA.
- Freire, Paulo. (2011). *Pedagogia do oprimido* (50ª ed.). Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1970).

Gonzalez, Lélia. (1988). Por un feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, 9, 133-141.

Goto, Janaina Brugnera, Couto, Paulo Francisco Mastella, & Bastos, João Luiz. (2013). Revisão sistemática dos estudos epidemiológicos sobre discriminação interpessoal e saúde mental. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(3), 445-459.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2013000300004>

Hamlin, Cynthia & Peters, Gabriel. (2018). Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres. *Lua Nova*, 103, 167-202.

Haraway, Donna. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, 7-41.

hooks, bell. (2020). *E eu não sou uma mulher? Mulheres negras e feminismo*. Rosa dos Tempos.

hooks, bell. (2019). *Teoria Feminista: da margem ao centro*. Perspectiva.

hooks, bell. (2017). *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. Martins Fontes.

hooks, bell. (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 16, 193-210.

Huis, Marloes A., Hansen, Nina, Otten, Sabine & Lensink, Robert. (2017). A three-dimensional model of womens'n empowerment: Implications in the field of microfinance and future directions. *Frontiers in Psychology*, 8, 1-14.
<https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01678>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2017). *Estimativa de população*.
<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=o-que-e>

- Jones, Lani V. & Warner, Lynn A. (2011). Evaluating culturally responsive group work with black women. *Research on Social Work Practice, 21*(6), 737-746.
<https://doi.org/10.1177/1049731511411488>
- Kappelman, Erik. (2016). Empowerment and subjective and emotional well-being in South Africa. *Graduate Student Theses, Dissertations, & Professional Papers*.
- Kilomba, Grada. (2019). *Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano*. Cobogó.
- Krieger, Nancy. (2014). Discrimination and health inequities. *International Journal of Health Services, 44*(4), 643–710.
- Kwate, Naa Oyo A., & Meyer, Ilan H. (2011). On sticks and stones and broken bones: Stereotypes and African American health. *Du Bois Review: Social Science Research on Race, 8*(1), 191-198. <https://doi.org/10.1017/S1742058X11000014>
- Laverack, Glenn. (2006). Improving health outcomes through community empowerment: a review of the literature. *Journal of Health, Population, and Nutrition, 24*, 113-120.
- Lewis, Jioni A. & Neville, Helen A. (2015). Construction and initial validation of the Gendered Racial Microaggressions Scale for black women. *Journal of Counseling Psychology, 62*(2), 289-302.
- Lewis, Jioni A., Williams, Marlene G., Peppers, Erica J., & Gadson, Cecile A. (2017). Applying intersectionality to explore the relations between gendered racism and health among black women. *Journal of Counseling Psychology, 64*(5), 475-486.
- Lewis, Tené T., Cogburn, Courtney D. & Williams, David R. (2015). Self-reported experiences of discrimination and health: scientific advances, ongoing controversies, and emerging issues. *Annual Review of Clinical Psychology, 11*, 407-440.
<https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-032814-112728>
- Marcondes, Mariana Mazzini, Pinheiro, Luana, Queiroz, Cristina, Querino, Ana Carolina, & Valverde, Danielle (Orgs.). (2013). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de*

vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA.

https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf

Marinho, Paloma Abelin Saldanha, & Gonçalves, Hebe Signorini. (2016). Práticas de empoderamento feminino na América Latina. *Revista de Estudios Sociales*, 56, 80-90.

<http://dx.doi.org/10.7440/res56.2016.06>

Marques, Ângela Cristina Salgueiro & Freitas, Viviane Gonçalves. (2017). Gênero, autonomia e subjetivação política de mulheres negras no Brasil. *Líbero*, 40, 16-28.

Mata, Valdisia Pereira da, & Pelisoli, Catula Luz. (2016). Expressões do racismo como fator desencadeante de estresse agudo e pós-traumático. *Revista Brasileira de Psicologia*, 03(1), 126-140.

Meneghel, Stela Nazareth, Farina, Olga & Ramão, Silvia Regina. (2005). Histórias de resistência de mulheres negras. *Estudos Feministas*, 13(3), 567-586.

Miraftab, Faranak. (2004). Making neo-liberal governance: The disempowering work of empowerment. *International Planning Studies*, 9(4), 239-259.

<https://doi.org/10.1080/13563470500050130>

Monteiro, Alexandre dos Santos. (2014). *Mulheres negras em jacutinga: sobre interseccionalidade e empoderamento*. [Dissertação de Mestrado, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET, Rio de Janeiro]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do CEFET, RJ. http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/15_Alexandre%20dos%20Santos%20Monteiro.pdf

Montero, Maritza. (2003). *Teoría y práctica de la psicología comunitária: la tensión entre comunidad y sociedad*. Paidós.

- Moody, Anahvia Taiyib & Lewis, Jioni A. (2019). Gendered racial microaggressions and traumatic stress symptoms among black women. *Psychology of Women Quarterly*, 43(2), 201-214.
- Neighbors, Harold W., Braithwaite, Ronald L. & Thompson, Estina. (1995). Health promotion and African-Americans: From personal empowerment to community action. *American Journal of Health Promotion*, 9(4), 281-287.
- Oliveira, Kiusam Regina de. (2008). *Candomblé de Ketu e educação: estratégias para o empoderamento da mulher negra*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-16062008-161253/publico/Kiusam_Regina_de_Oliveira_tese.pdf
- Patel, Vikram, Burns, Jonathan K., Dhingra, Monisha, Tarver, Leslie, Kohrt, Brandon A., Lund, Crick. (2018). Income inequality and depression: A systematic review and meta-analysis of the association and a scoping review of mechanisms. *World Psychiatry*, 17(1), 76-89.
- Perkins, Douglas D. (1995). Speaking truth to power: Empowerment ideology as social intervention and policy. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 765-794.
- Perry, Keisha-Khan Y. (2016). Geographies of power: Black women mobilizing intersectionality in Brazil. *Meridians: Feminism, Race, Transnationalism* 14(1), 94-120.
- Pick, Susan, Sirkin, Jenna, Ortega, Isaac, Osorio, Pavel, Martínez, Rocio, Xocolotzin, Ulises, & Givaudan, Matha. (2007). Escala para medir agencia personal y empoderamiento (ESAGE). *Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 295-304.

- Pinto, C. (2001). Empowerment, uma Prática de Serviço Social. Em Barata, O (Coord.), *Política Social*. ISCSP.
- Prestes, Clélia R. S. & Paiva, Vera S. F. (2016). Abordagem psicossocial e saúde de mulheres negras: vulnerabilidades, direitos e resiliência. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 673-688.
- Prestes, Clélia Rosane dos Santos. (2018) *Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver*. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-184832/publico/prestes_corrigida.pdf
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), & Fundação João Pinheiro (FJP). (2013). *Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro*. PNUD, IPEA, FJP.
- Rappaport, Julian. (1995). Empowerment meets narrative: Listening to stories and creating settings. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 795-807.
- Rodrigues, Tânia Regina Barreira. (2019). O cabelo da mulher negra como signo ideológico - reflexos racistas versus refrações empoderadas. *Revista Identidade*, 24(2), 159-177.
- Rosenthal, Lisa. (2016). Incorporating intersectionality into psychology: An opportunity to promote social justice and equity. *American Psychologist*, 71(60), 474-485.
- Santos, Ana Paula Medeiros Teixeira dos. (2017). *Tranças, turbantes e empoderamento de mulheres negras: artefatos de moda como tecnologias de gênero e raça no evento afro chic (Curitiba-PR)*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UTFPR.
http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2712/1/CT_PPGTE_M_Santos%2c%20Ana%20Paula%20Medeiros%20Teixeira%20dos_2017.pdf

- Shaughnessy, John J., Zechmeister, Eugene B., & Zechmeister, Jeanne S. (2012). *Metodologia de pesquisa em Psicologia* (9ª ed.). AMGH.
- Short, Ellen L. & Williams, Wendi S. (2013). From the inside out: Group work with women of color. *The Journal for Specialists in Group Work*, 39(1), 71-79.
<https://doi.org/10.1080/01933922.2013.859191>
- Sousa, Neusa Santos. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Edições Graal.
- Taha, Farah, Zhang, Huaiyu, Snead, Kara, Jones, Ashley D., Blackmon, Brittane, Bryant, Rachel J., Siegelman, Asher E., & Kaslow, Nadine J. (2015). Effects of a culturally informed intervention on abused, suicidal African American women. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology*, 21(4), 560-570.
<http://dx.doi.org/10.1037/cdp0000018>
- Waiselfisz, Julio Jacobo. (2015). *Mapa da violência 2015*. Homicídios de mulheres no Brasil. FLACSO.
- Wallerstein, Nina & Bernstein, Edward. (1994). Introduction to community empowerment, participatory education, and health. *Health Education Quarterly*, 21(2), 141-148.
- Wallerstein, Nina. (2006). What is the evidence on effectiveness of empowerment to improve health? Copenhagen, WHO Regional Office for Europe (Health Evidence Network report). https://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0010/74656/E88086.pdf
- Watson, Laurel B., DeBlaere, Cirleen, Langrehr, Kimberly J., Zelaya, David G., & Flores, Mirella J. (2016). The influence of multiple oppressions on women of color's experiences with insidious trauma. *Journal of Counseling Psychology*, 63, 656-667.
- Werneck, Jurema. (2016). Racismo institucional e saúde da população negra. *Saúde e Sociedade*, 25(3), 535-549. <https://doi.org/10.1590/s0104-129020162610>

- Whitehead, Margaret, Orton, Lois, Pennington, Andy, Nayak, Shilpa, Ring, Adele, Peticrew, Mark, Sowden, Amanda, & White, Martin. (2014). Is control in the living environment important for health and wellbeing, and what are the implications for public health interventions? *Public Health Research Consortium*, Final Report. https://www.phrc.online/assets/uploads/files/PHRC_004_Final_Report.pdf
- Whitehead, Margaret, Pennington, Andy, Orton, Lois, Nayak, Shilpa, Peticrew, Mark, Sowden, Amanda, & White, Martin. (2016). How could differences in 'control over destiny' lead to socio-economic inequalities in health? A synthesis of theories and pathways in the living environment. *Health and Place*, 39, 51-61. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2016.02.002>
- Williams, David R. & Priest, Naomi. (2015). Racismo e Saúde: um corpus crescente de evidência internacional. *Sociologias*, 17(40), 124-174. <https://doi.org/10.1590/15174522-017004004>
- Yin, Robert K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso.
- Zanello, Valeska. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Appris.
- Zimmerman, Marc A. (1995). Psychological empowerment: Issues and illustrations. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 581–599. <https://doi.org/10.1007/BF02506983>
- Zimmerman, Marc A. (1990). Taking aim on empowerment research: On the distinction between individual and psychological concepts. *American Journal of Community Psychology*, 18(1), 169-177. <https://doi.org/10.1007/BF00922695>

²MANUSCRITO 3**TÍTULO EM PORTUGUÊS**

**Intervenções para empoderamento de mulheres negras no CRAS: avaliação de
necessidades a partir do modelo RE-AIM**

TÍTULO EM INGLÊS

**Interventions for black women empowerment in the Social Assistance Reference Center
(CRAS): RE-AIM model assessment of needs**

² Agradecimentos às pesquisadoras Emanuele Cristina Santos do Nascimento, Karen Kathlenn Amorim Oliveira e Stéfane Macedo de Jesus que colaboraram na condução e transcrição de algumas das entrevistas; e à pesquisadora Nádia P. Pinheiro Carozzo pelo auxílio na análise dos dados e revisão do manuscrito.

Resumo

Este estudo teve por objetivo analisar barreiras e facilitadores, baseado no modelo RE-AIM, para alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção de intervenções que visem favorecer o empoderamento de mulheres negras. Foi realizado um estudo qualitativo no qual foram entrevistadas 16 especialistas/pesquisadoras sobre relações raciais e/ou trabalhadoras da Política de Assistência Social. Os dados foram analisados por meio da Análise de Temática que identificou 729 elementos, 583 (80%) se referindo a facilitadores e 146 (20%) a barreiras. Os facilitadores aludiram, principalmente, a técnicas/materiais/estratégias/conteúdo, objetivos da intervenção, possibilidades de avaliação e implementação da intervenção. A maior quantidade de barreiras mencionadas se referiu aos agentes da implementação, seguido de engajamento e assiduidade, implementação da intervenção, contexto externo e contexto interno. Em síntese, o alcance, a eficácia, a adoção, a implementação e a manutenção de intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras dependem da sensibilização e reconhecimento, por parte dos agentes da implementação e gestão da unidade, da necessidade e relevância de promover intervenções sensíveis às particularidades desse grupo. Além disso, condições de trabalho que permitam que os profissionais se dediquem à intervenção sem se sentirem sobrecarregados também são necessárias. Por fim, um contexto externo favorável, com destinação de orçamento para a política pública e investimento em formação profissional também se mostrou relevante. Sugere-se que sejam conduzidos estudos de viabilidade por meio de estudos piloto para comprovar a aplicabilidade dos achados deste estudo no desenvolvimento, implementação e avaliação da intervenção.

Palavras-chave: empoderamento de mulheres negras, intervenções psicossociais, Centro de Referência em Assistência Social, RE-AIM

Abstract

This study aims to assess barriers and facilitators using RE-AIM model, for reach, efficacy/effectiveness, adoption, implementation and upkeeping of interventions aiming to favor black women empowerment. Sixteen racial relations experts/researchers and/or National Social Service Policy workers were interviewed in a qualitative study. The data were assessed by means of Thematic Analysis which identified 729 elements, 583 (80%) of them regarding enablers and 146 (20%) regarding barriers. The facilitators were mainly techniques/materials/strategies/content, intervention goals, assessment possibilities and intervention implementation. In what concerned the barriers mentioned, most of them were the implementation agents, engagement and attendance, intervention implementation, external and internal context. In short, reach, efficacy/effectiveness, adoption, implementation and upkeeping of interventions aiming to foster black women empowerment depend on the implementation and unity management agents' awareness and recognition of the need and importance of promoting interventions which are sensitive to the specificities of this group. This, involves, for instance, adjusting schedule and delivery site and contemplating the issue of race during the intervention. Moreover, work conditions which would allow workers to commit to the intervention without feeling overwhelmed are also needed. At last, a favorable external context, with budget allotment for the public policy and investment on professional training was also proven relevant. It would be a good idea, in the future, to perform viability studies by performing pilot studies in order to prove the applicability of this study's findings in the intervention development, implementation and assessment.

Key words: black women empowerment, psychosocial interventions, Brazilian Social Assistance Reference Center, RE-AIM

Intervenções para empoderamento de mulheres negras no CRAS: avaliação de necessidades a partir do modelo RE-AIM

As mulheres negras brasileiras, aqui compreendidas como as pretas e pardas, constituem-se o maior grupo de usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Brasil, 2018). Isso porque elas são amplamente afetadas pela configuração de mecanismos históricos e sociais, como o racismo, sexismo e classismo. Configurações que, por sua vez, produzem e reproduzem desvantagens nas condições socioeconômicas, de vida e de desenvolvimento humano, na inserção no mercado de trabalho e acesso a bens e equipamentos sociais e de saúde (Alves et al., 2021, manuscrito em preparação; Ferreira & Nunes, 2020; Goto et al., 2013; Lopes, 2005; Marcondes et al., 2013; Mata & Pelisoli, 2016; Waiselfisz, 2015); e que as colocam em uma posição de vulnerabilidade social e desempoderamento feminino.

Vulnerabilidade social é multidimensional e depende da combinação de diversos fatores (Cutter, 2011; Cutter et al., 2003). Esse fenômeno se estabelece a partir de condições pessoais e sociais e está relacionado à ausência ou à insuficiência de ativos (infraestrutura urbana, capital humano, renda e trabalho) que determinam as condições de ausência de bem-estar das populações nas sociedades contemporâneas (Costa & Marguti, 2015), como é o caso da realidade de grande parte das mulheres negras brasileiras. Perdas de renda e de segurança alimentar, assim como impactos negativos na saúde e bem-estar, são vivências constantemente presentes nas experiências desse grupo.

Em contrapartida, o empoderamento pode contribuir para amenizar e/ou romper situações de vulnerabilidade social, uma vez que pode colaborar para superar barreiras nos níveis individual e social. Entendido a partir de uma perspectiva interseccional (Crenshaw, 2002) e sistêmica, que envolve reconhecer seu caráter relacional (Cornwall, 2016), processual (Cattaneo & Goodman, 2015; Cornwall, 2016; Eldredge et al., 2016) e multidimensional

(Whitehead et al., 2016), empoderamento pode promover bem-estar e aumentar as possibilidades de agir sobre o ambiente de vida (Almeida et al., 2010; Berth, 2018; Carvalho, 2004; Cornwall, 2016; Whitehead et al., 2014; Whitehead et al., 2016).

Em estudo prévio, Alves et al. (2021, manuscrito em preparação) identificaram que os mecanismos de empoderamento de mulheres negras podem ser compreendidos a partir de níveis interligados, micro, meso e macrossocial. No nível micro/pessoal estão presentes mecanismos relacionados ao reconhecimento de si como mulher negra, autoestima, consciência crítica da realidade sócio-histórica, reconhecimento de si como sujeito ativo/agência, dentre outros. No nível mesossocial, os mecanismos se referem à educação, oportunidade de trabalho, união com outras mulheres negras, rede de apoio, participação na vida pública, saída do empobrecimento. No nível macrossocial apareceram as políticas públicas, o combate ao racismo, representatividade, resgate da história da população negra com uma visão mais positiva, justa e crítica, combate ao sexismo, integração entre as políticas públicas. Devido ao fato de esses mecanismos operarem em níveis interligados, intervenções que objetivem promovê-los podem atuar no nível micro, meso ou macro, mas sem perder de vista sua dimensão sistêmica.

Muitos desses mecanismos apontados por Alves et al. (2021, manuscrito em preparação), como oportunidades de trabalho e saída do empobrecimento e acesso às políticas públicas, já são entendidos como favorecedores de prevenção de agravos e superação de situações de vulnerabilidade social pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A PNAS, materializada e organizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), está dividida em dois níveis: proteção social básica e proteção social especial (Brasil, 2004; Brasil, 1993). A proteção social básica prevê um conjunto de ações e intervenções, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos, implementado em atendimentos e acompanhamentos das famílias e indivíduos usuários. Os serviços que são executados pela

proteção social básica são: serviço de proteção e atendimento integral às famílias (PAIF), ofertado pelo Centro de Referência em Assistência Social CRAS; serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, referenciado pelas equipes do CRAS; e serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas (Brasil, 2004; Brasil, 1993).

Por atuar de forma preventiva e protetiva e ser a porta de entrada da política de assistência social, os CRAS são locais estratégicos para implementar intervenções que objetivam promover empoderamento. Apesar de não definir de maneira explícita, a proposta de empoderamento está presente em documentos normativos da PNAS, como, por exemplo, nos objetivos do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) (Brasil, 2011; Costa, 2017), e nos objetivos das oficinas com famílias no Trabalho Social com Famílias (Brasil, 2012b). Diante disso, o presente estudo escolheu o CRAS como contexto para proposição de intervenções que favoreçam o empoderamento de mulheres negras, a principal unidade da proteção básica que busca prevenir situações de vulnerabilidade social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (Cordeiro, 2018). Dessa forma, acredita-se que intervenções que possam ter como objetivo o empoderamento de mulheres negras, focando mecanismos micro, meso e/ou macrossociais, como os apontados por Alves et al. (2021, manuscrito em preparação), podem contribuir para melhoria das condições de vida desse grupo e, conseqüentemente, com os objetivos da PNAS, principalmente no âmbito da proteção social básica.

Não foram localizadas, na literatura científica, descrições de intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras no bojo da política de assistência social. A revisão de literatura conduzida por Prestes (2018) identificou que, mesmo no campo da saúde, existem poucas produções de estratégias de promoção de saúde voltadas para empoderamento desse grupo. As intervenções existentes, aponta a autora, muitas vezes

desconsideram as especificidades dessas mulheres e não foram desenvolvidas para elas. Além disso, gênero e raça geralmente estão ausentes como categorias de análise (Prestes, 2018).

Já a literatura internacional apresenta algumas experiências de intervenções para o empoderamento de mulheres negras com as seguintes propostas: atenção primária em saúde (Barreto-Zorza & Velásquez-Gutiérrez, 2016); melhora do bem-estar psicológico por meio de melhora na autoestima e na eficácia em obter recursos (Taha et al., 2015); redução de sintomas de depressão e estresse percebidos e aumento da competência psicossocial (Jones & Warner, 2011); apoio na construção de identidades integradas com contextos sociais e políticos que podem ser hostis para sua existência e cultivo do exercício de liderança (Short & Williams, 2013); e favorecimento da melhora na autoestima e tomada de decisões mais saudáveis em relação à saúde física e mental (base na conectividade, apoio e fortalecimento das relações) (Short & Williams, 2013).

Proposta do estudo

Uma vez que estudos sobre intervenções que visam solucionar as dificuldades enfrentadas por mulheres negras ou que visem potencializar condições positivas são raros (Prestes, 2018), entende-se como relevante o desenvolvimento de estratégias interventivas que visem favorecer o aumento no empoderamento e que sejam sensíveis à realidade de mulheres negras brasileiras, pois podem contribuir para a melhoria da saúde e das condições de vida desse grupo social. Esse tipo de ação carrega potência, uma vez que, de acordo com Prestes (2018, p. 172), “quando melhorias alcançam esses grupos, que são os mais negligenciados (ou tem seus direitos violados até a exterminação), toda a sociedade ganha e se reorganiza de forma mais saudável, e é possível seguir para o bem viver”.

Para realizar o atendimento e acompanhamento das famílias, as equipes de profissionais, compostas principalmente por assistentes sociais, psicólogas e agentes sociais, precisam colocar em prática uma série de ações como acolhida, ações particularizadas, ações

comunitárias, oficinas com famílias e encaminhamentos. Apesar de ter a previsão dessas modalidades de ações nos documentos normativos, a forma como serão executadas (o planejamento e a implementação) ficam sob responsabilidade das equipes de profissionais que atendem diretamente as famílias, uma vez que precisam ser pensadas a partir das necessidades de cada uma delas e do território de referência. Desse modo, muitas intervenções são realizadas de forma intuitiva e descontinuada, uma vez que há uma escassez de intervenções desenvolvidas especificamente para o âmbito da política de assistência social e/ou que tenham sido avaliadas (Oliveira et al., 2011). Ademais, a inexistência de intervenções eficazes e sensíveis às necessidades e cultura do grupo-alvo é um motivo que justifica o desenvolvimento de intervenções inovadoras (Murta & Santos, 2015). Assim, estudos que possam subsidiar e orientar o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de intervenções para o empoderamento de mulheres negras nos CRAS podem contribuir para ações mais direcionadas para o maior grupo de usuários e de alcance mais abrangente, além de colaborar com um trabalho mais qualificado por parte dos profissionais das unidades.

Nessa perspectiva, a proposta do presente estudo foi conduzir uma avaliação de necessidades para o desenvolvimento de intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras a serem implementadas no CRAS, identificando elementos que podem funcionar como facilitadores ou barreiras para a oferta desta natureza. A avaliação de necessidades é um tipo de avaliação geralmente conduzida na etapa de planejamento para o desenvolvimento de intervenções. Esse é um passo importante, uma vez que pode fornecer dados que facilitam a tomada de decisão acerca de vários aspectos como grupo-alvo, mecanismos de mudança, objetivos, métodos, materiais, contexto de implementação, dentre outros. Essas informações permitem o desenvolvimento e aprimoramento de intervenções que estejam alinhadas às necessidades de indivíduos e comunidades e sejam adequadas ao contexto de implementação (Murta & Santos, 2015; Ronzani et al., 2015).

Considerando que é importante que a avaliação de necessidades seja conduzida por teoria (Borges & Barletta, 2015; Eldredge et al., 2016), elegeu-se o modelo RE-AIM para guiar o presente estudo. Esse modelo tem sido muito utilizado na área da saúde e prevê a avaliação dos elementos como alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção da intervenção (Glasgow et al., 1999). A dimensão Alcance/*Reach* refere-se ao número, características e representatividade de pessoas que podem ser assistidas por uma intervenção; Eficácia/Efetividade/*Efficacy/Effectiveness* refere-se ao impacto de uma intervenção em critérios de resultados específicos, potenciais resultados iatrogênicos e resultados pretendidos; Adoção/*Adoption* está relacionada à proporção e à representatividade de serviços e agentes de implementação que são considerados os potenciais adotantes de uma política ou programa; Implementação/*Implementation* refere-se à adesão dos participantes e ao uso das estratégias da intervenção e à fidelidade na entrega, conforme planejado, por parte dos agentes de implementação; Manutenção/*Maintenance* diz respeito à extensão em que a mudança de comportamento se mantém ao longo do tempo, além da medida em que a intervenção se torna uma prática institucionalizada. Considera-se que identificar barreiras e facilitadores nessas cinco dimensões pode fornecer dados importantes para o processo de desenvolvimento, implementação e avaliação de uma intervenção.

O uso mais comum desse modelo é para avaliar intervenções já desenvolvidas e em implementação (Konrad et al., 2017). Entretanto, ele também tem se mostrado útil para o planejamento e desenvolvimento de intervenções (Almeida et al., 2013; Finlayson et al., 2014; Luz, 2020), o que pode agregar mais chances de sucesso. Baseada no modelo RE-AIM, a pergunta de pesquisa que guiou este estudo foi: quais elementos podem funcionar como facilitadores ou barreiras para o alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção de uma intervenção para promoção de empoderamento de mulheres negras no CRAS?

Método

Delineamento do Estudo

Este é um estudo qualitativo que se ampara na concepção reivindicatória/participatória. Esta, de acordo com Creswell (2010), busca contribuir para mudanças nas condições de vida de grupos historicamente marginalizados, como o caso de mulheres negras brasileiras.

Participantes

Os critérios para participação no presente estudo foram: ter idade igual ou superior a 18 anos e trabalhar atualmente com a temática racial e/ou atuar na política de assistência social. Participaram 15 mulheres e um homem, sendo sete especialistas/estudiosas sobre relações raciais, sete profissionais de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), e duas gestoras da Proteção Social Básica no nível nacional da PNAS. Mais informações sobre características das participantes podem ser encontradas na Tabela 1. Dado que a maioria das participantes são mulheres, será adotada a referência feminina ao mencionar as entrevistadas.

A amostragem foi intencional (Creswell, 2014), para acessar informantes chave e possibilitar o acesso a pontos de vista relevantes para o estudo. Ademais, a inclusão de diferentes perspectivas envolvidas com a temática (especialista/estudiosa sobre relações raciais, profissionais de CRAS e CREAS e gestão da política) provenientes de diferentes regiões do país, contribui para a estratégia de triangulação de dados (de fonte e espaço) (Flick, 2009). Selecionou-se participantes do Distrito Federal, Goiás (região centro-oeste) e Pernambuco (região nordeste) para conferir diversidade socioterritorial à amostra e perspectivas de diferentes regiões do país. Três participantes eram conhecidas da pesquisadora principal, outras três foram indicadas pela Secretaria de Assistência Social do Distrito Federal, e outras foram acessadas por meio da técnica “bola de neve” (Yin, 2016).

No caso das profissionais indicadas pela Secretaria de Assistência Social do Distrito Federal, para garantir a autonomia em decidir pela participação, foi reforçado que as partícipes poderiam aceitar ou recusar livremente o convite, sem nenhum prejuízo. As entrevistas foram cessadas baseado no princípio de saturação, i. e., quando as respostas começaram a se repetir, não acrescentando conteúdos novos (Creswell, 2010; Flick, 2009).

Tabela 1

Caracterização das participantes de pesquisa.

Identificação da participante	Idade	Sexo	Cor*	UF	Formação/Trabalho/Profissão
Participante 1	45	Feminino	Preta	DF	Psicóloga/Especialista
Participante 2	35	Feminino	Preta	DF	Psicóloga/Especialista
Participante 3	39	Feminino	Negra	DF	Assistente Social/Especialista
Participante 4	40	Feminino	Preta	DF	Assistente Social/Especialista
Participante 5	58	Feminino	Preta	DF	Assistente Social/ Gerente de CRAS
Participante 6	52	Feminino	Parda	DF	Assistente Social/Gestão da PNAS
Participante 7	35	Feminino	Branca	DF	Internacionalista/ Gestão da PNAS
Participante 8	47	Feminino	Preta	GO	Historiadora/Especialista
Participante 9	37	Feminino	Parda	DF	Psicóloga/Gerente de CRAS
Participante 10	37	Feminino	Negra	DF	Historiadora/Especialista
Participante 11	49	Feminino	Preta	GO	Pedagoga/Especialista
Participante 12	39	Feminino	Branca	DF	Psicóloga/Equipe Técnica de CRAS
Participante 13	29	Masculino	Pardo	DF	Pedagogo/Gerente de CRAS
Participante 14	35	Feminino	Branca	DF	Psicóloga/Equipe Técnica de CRAS
Participante 15	54	Feminino	Negra	PB	Pedagoga/Equipe Técnica de CREAS
Participante 16	39	Feminino	Negra	PB	Assistente Social/ Equipe Técnica de CRAS

Nota. * O quesito cor está descrito conforme as participantes se autoidentificaram.

Instrumento

Utilizou-se um roteiro semiestruturado com 18 perguntas (Tabela 2) para realizar a coleta de dados, que se deu por meio de entrevistas individuais (Bauer & Gaskell, 2015). O instrumento é baseado na metodologia RE-AIM (Glasgow et al., 1999), que aborda aspectos relacionados às dimensões de alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção de intervenções. Ao final foi solicitado que as participantes fizessem sugestões sobre procedimentos e materiais a serem utilizados nas intervenções. O segundo instrumento,

um Questionário Sociodemográfico com 5 perguntas sobre idade, cor, sexo, formação e trabalho/profissão, foi utilizado para obter informações sociodemográfica da amostra.

Tabela 2

Roteiro de entrevista baseado no modelo RE-AIM

Dimensão	Perguntas
Alcance	A - Que formas de recrutamento/convite facilitaria o alcance das mulheres? A - Que barreiras podem limitar o alcance da população-alvo/mulheres negras? A - Que estratégias podem ser usadas para superar essas barreiras?
Efetividade	A - Como podemos oferecer a intervenção de forma a maximizar a vontade de participar? E - Que critérios podem ser usados para “medir” o sucesso do programa? E - Quais benefícios podem ser esperados com a participação na intervenção? E - Que estratégias podem ser utilizadas para potencializar a eficácia da intervenção?
Adoção	Ad - Quais possíveis benefícios para a instituição que venha a adotar a intervenção? Ad - Como podemos oferecer a intervenção de forma a maximizar a disposição do serviço ou organização em adotar a intervenção? Ad - Quais são os principais facilitadores e barreiras para outras organizações adotarem esse programa? Existem estratégias para superar essas barreiras?
Implementação	I - Que estratégias podem ser utilizadas para documentar e acompanhar o andamento do programa e as possíveis alterações feitas durante a sua execução? I - Qual é a maior ameaça para a aplicação da intervenção? I - Que estratégias podem ser utilizadas para ajudar na assiduidade das participantes? I - O que poderia facilitar e dificultar para os facilitadores/multiplicadores executarem a intervenção?
Manutenção	M - Como podemos facilitar que a mudança de comportamento se mantenha a longo prazo entre participantes da intervenção? M - Que suporte contínuo aos facilitadores precisamos incluir no protocolo de intervenção para permitir que facilitadores continuem a aplicar o conteúdo da intervenção? M - Quais são os desafios para a intervenção continuar sendo oferecida? M - Como a intervenção poderia ser integrada à prática regular de uma organização?

Nota. Roteiro de entrevista elaborado por Luz (2020, p. 63) com base na metodologia RE-AIM proposta por Glasgow, Vogt e Boles (1999) e adaptado para o presente estudo.

Procedimentos de coleta de dados

As participantes foram convidadas via e-mail ou telefone. Quatorze entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora principal (dessas, uma contou com a participação de uma estagiária previamente treinada) e duas por uma pesquisadora auxiliar previamente treinada. A coleta se deu em locais de preferência das entrevistadas (Instituto de Psicologia da UnB, residências, local de trabalho ou espaços públicos, tais como cafés). Todas foram informadas sobre a participação no estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Autorização para Utilização de Som de Voz. A duração média de cada entrevista foi de 60 minutos e todas foram gravadas e transcritas posteriormente. As

entrevistas ocorreram em formato individual, exceto com as gestoras, que foi realizada em dupla devido à disponibilidade de agenda das participantes. A coleta teve início no mês de julho de 2018 e finalizou em setembro de 2019.

Procedimentos de análise de dados

Após a transcrição, que resultou em 93.213 palavras, as entrevistas foram analisadas por meio de Análise Temática (Braun & Clarke, 2006), utilizando processo dedutivo. No primeiro momento, foram identificados temas que pudessem funcionar como facilitadores ou barreiras. No segundo momento, os temas foram categorizados considerando elementos relevantes para a área de conhecimento sobre intervenções e alocados nas categorias de cada dimensão do RE-AIM (Glasgow et al., 1999) (Tabela 3). A validação dos dados foi realizada por meio de duas estratégias. A primeira foi a condução do processo de análise por duas pesquisadoras de forma independente com a discussão de resolução de discordâncias entre ambas. Discordâncias que permaneceram foram resolvidas por uma terceira pesquisadora, que atuou como juíza. A segunda estratégia foi a triangulação de dados (de fonte e espaço) (Flick, 2009) ao incluir diferentes perspectivas envolvidas com a temática (especialista/estudiosa sobre relações raciais, profissionais de CRAS e CREAS e gestão da política) provenientes de diferentes regiões do país.

Reflexividade

A pesquisadora tem experiência profissional na política de assistência social e é mulher negra. O primeiro elemento parece ter facilitado a inserção no campo e influenciado positivamente a disposição das entrevistadas em contribuir com a pesquisa. Acredita-se que esse fato também auxiliou na compreensão de vivências práticas no contexto do CRAS apontadas pelas participantes nas entrevistas. O segundo elemento, a condição de mulher negra, parece ter contribuído para a aproximação em relação às entrevistadas. De todos os convites feitos para a participação na pesquisa, houve apenas uma recusa. Durante a

realização das entrevistas, foi percebida muita disposição das participantes em colaborar com o estudo.

Cuidados Éticos

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília – CAAE 01208518.4.0000.5540, Parecer nº 3.070.871, e seguiu as orientações das Resoluções nº 466/2012 (Brasil, 2012a) e nº 510/2016 (Brasil, 2016a) do Conselho Nacional da Saúde. Foi utilizada identificação numérica das participantes para assegurar o anonimato.

Resultados

As categorias temáticas encontradas no estudo foram: desenvolvimento da intervenção; objetivos da intervenção; população-alvo; recrutamento/convite; formato da intervenção; técnicas/materiais/estratégias/conteúdos; implementação da intervenção; engajamento e assiduidade; avaliação; agentes da implementação; contexto interno; e contexto externo (Tabela 3). Há categorias que não aparecem em algumas dimensões.

Tabela 3

Descrição das categorias

Categorias	Definição
(1) Desenvolvimento da intervenção	Estratégias e ações empregadas no desenvolvimento da intervenção.
(2) Objetivos	Resultados potenciais almejados em curto, médio e longo prazos.
(3) População-alvo	Grupo populacional a quem a intervenção é dirigida.
(4) Recrutamento/convite	Estratégias e ações adotadas para alcançar e convidar a população alvo.
(5) Formato da intervenção	Configuração da intervenção (duração, periodicidade, modalidade de entrega, etc.)
(6) Técnicas/materiais/estratégias/conteúdos	Conjunto de técnicas, materiais, estratégias e conteúdos que podem compor a intervenção.
(7) Implementação da intervenção	Ações e procedimentos utilizados no processo de implementação.
(8) Engajamento e assiduidade	Estratégias e ações utilizadas para favorecer a adesão e a assiduidade das participantes às atividades propostas.
(9) Avaliação	Instrumentos, ações e estratégias empregadas para avaliar a intervenção.
(10) Agentes da implementação	Equipe de profissionais que realiza a entrega da intervenção.
(11) Contexto interno	Características da unidade onde a intervenção será implementada.

Os achados do estudo apontam para uma extensa lista de elementos que podem ser empregados para favorecer o sucesso nas etapas da intervenção. Ao mesmo tempo, mas em menor número de ocorrências, foram identificados elementos que podem funcionar como barreira, ou seja, dificultar o sucesso da intervenção e, por isso, precisam ser alvo de ações que busquem minimizá-los e/ou superá-los. Como pode ser observado nas Figuras 1 e 2, dos 729 elementos identificados, 583 (80%) eram facilitadores e 146 (20%) barreiras. A maior quantidade de barreiras mencionadas se refere aos agentes da implementação, seguido de engajamento e assiduidade, implementação da intervenção, contexto externo e contexto interno. A maior quantidade de elementos facilitadores se refere a técnicas/materiais/estratégias/conteúdo, objetivos, avaliação e implementação da intervenção.

Figura 1

Ocorrência de facilitadores e barreiras para alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção

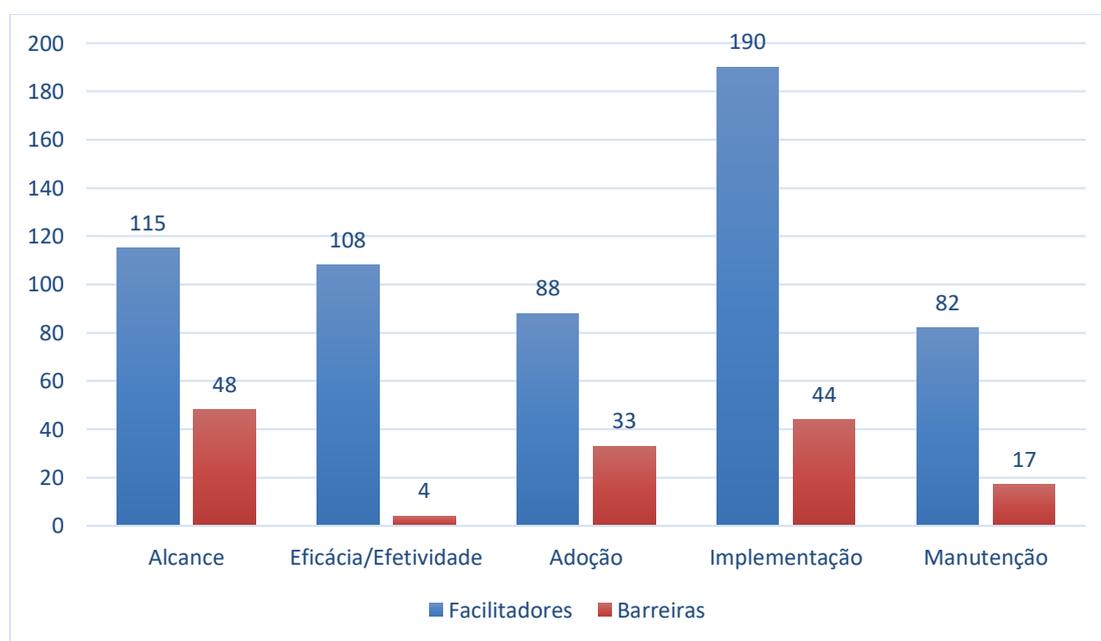
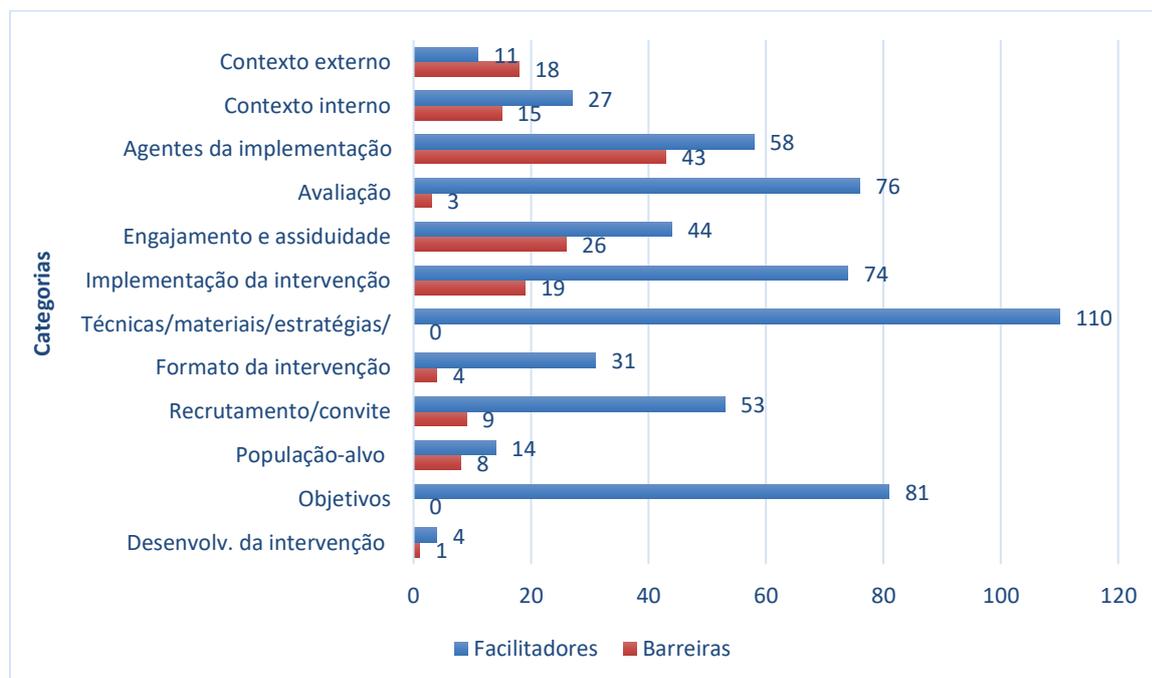


Figura 2

Ocorrência de facilitadores e barreiras por categorias



Alguns elementos aparecem em mais de uma dimensão do RE-AIM. Isso significa que um mesmo elemento tem impacto em ambos, por exemplo, no alcance e na implementação da intervenção. Optou-se pela apresentação dos resultados, dividida pelas dimensões do RE-AIM, de forma detalhada, uma vez que se acredita que dessa forma pode melhor subsidiar estudos futuros.

Alcance

A dimensão alcance se refere ao número, características e representatividade de pessoas que podem ser assistidas pela intervenção, no caso do presente estudo, as mulheres negras. Os elementos facilitadores podem favorecer o alcance dessa população, ao passo que as barreiras podem dificultar ou impedir que as mulheres negras sejam alcançadas pela intervenção (Tabela 4).

Entre os elementos facilitadores do alcance mais referidos pelas entrevistas estão: (a) as participantes já conhecerem e serem usuárias do CRAS; (b) nome fácil e atrativo para a intervenção; (c) realização do convite pessoalmente, explicitando possíveis benefícios de participar da intervenção e que será ofertado um espaço de escuta e troca; (d) adoção de linguagem acessível; (e) a intervenção ser criativa, divertida, lúdica, artística, extrovertida e leve; (f) previsão de atividade para os filhos no momento da intervenção; (g) fornecimento de lanche; (h) realização da intervenção em local próximo à residência das participantes e informar isso no convite.

Já entre os elementos de barreira mais apontados estão: (a) indisponibilidade de tempo das mulheres para participar devido ao trabalho e aos afazeres domésticos; (b) entrega de convite impresso na recepção; (c) ausência de local/com quem deixar os filhos; (d) e falta de recursos financeiros das mulheres para arcar com transporte. A Tabela 4 fornece, detalhadamente, cada categoria encontrada.

Tabela 4

Resultados da dimensão Alcance

Categorias	Facilitadores e Barreiras	f
	<i>Facilitadores</i>	
Objetivos	- Objetivos convergentes com a realidade e necessidades das mulheres negra e da comunidade.	1
	<i>Facilitadores</i>	
	- As participantes serem usuárias e conhecerem a dinâmica do CRAS.	5
	- Diagnóstico do território e da realidade e necessidade das mulheres.	3
	<i>Barreiras</i>	
	- Indisposição das mulheres em participar devido às crenças religiosas.	3
	- Mulheres que não sejam usuárias ou não estejam envolvidas com o CRAS.	2
População-alvo	- Não reconhecimento de si como mulher negra.	1
	- Não reconhecimento dos impactos do racismo, sexismo, e machismo em suas vidas.	1
	<i>Facilitadores</i>	
	- Nome da intervenção fácil e atrativo.	6
	- Explicitação, no convite, dos objetivos da intervenção e possíveis benefícios para participantes.	6
	- Convite feito pessoalmente.	6
	- Evidência no convite de que será oferecido espaço de escuta, trocas para que as mulheres possam falar de si, de sua história e de seus interesses.	5
	- Linguagem acessível.	4
	- Realização do convite em momentos em que as mulheres já estejam participando de alguma atividade na unidade.	4
	- Divulgação por folders, cartazes, anúncio em rádio, redes sociais (<i>Whatsapp, Facebook</i>).	3
	- Convite simples, atrativo e elucidativo.	3
	- A temática da negritude pode estar presente ou ausente no convite.	2

Recrutamento/ Convite	- Divulgação em espaços onde as pessoas circulam (padarias, mercadinho, verdurão, unidades dos CRAS, postos de saúde) e na rede de assistência social.	2	
	- Convite feito dentro do CRAS pelo profissional de referência ao qual as mulheres são vinculadas.	2	
	- Convite por meio de ligação.	2	
	- Convite em papel/carta.	2	
	- Inspiração em estratégias que os CRAS já utilizam para convidar e que funcionam.	2	
	- Definição de datas de início e término desde o convite.	1	
	- Representatividade no convite (Ex.: panfletos com desenho de mulheres negras).	1	
	- Uso de perspectiva da geração de renda no convite.	1	
	- Apresentação da intervenção como roda de conversa, sem ser algo formal.	1	
	Barreiras		
	- Não compreensão da intervenção como algo que seja para as mulheres (não reconhecimento no convite).	3	
	- Desconfiança das mulheres sobre o que é a intervenção.	2	
	- Entrega de convite impresso na recepção.	2	
- As mulheres não acreditarem na proposta da intervenção.	1		
- Abordagem direta da questão racial.	1		
Facilitadores			
Formato da Intervenção	- Frequência quinzenal.	2	
	- Intervenção curta.	1	
	- Duração de até uma hora e meia por encontro.	1	
	- Início com grupos pequenos com aumento gradativo.	1	
Barreiras			
	- Previsão de muitos dias de encontros.	1	
	- Intervenção pouco flexível.	1	
	- Intervenção de difícil compreensão para as participantes.	1	
Facilitadores			
Técnicas, Materiais, Estratégias e Conteúdos	- Intervenção criativa, divertida, lúdica, artística, extrovertida e leve.	5	
	- Utilização de literatura, técnica de dinâmica grupal, tarefas de casa, massagem, trabalhos manuais.	3	
	- Oferta de ambiente acolhedor e afetivo.	2	
	- Uso de elementos que favoreçam a autoestima - trato com o corpo, cabelo, unha, maquiagem.	1	
	- Oferta de oficinas, cursos.	1	
	- Oferta de brinde.	1	
	- Trabalho com a oralidade.	1	
	- As atividades dos encontros não serem apenas focadas no problema.	1	
	Facilitadores		
Implementação da Intervenção	- Previsão de atividade para os filhos no momento da intervenção.	5	
	- Fornecimento de lanche.	5	
	- Realização da intervenção em local próximo à residência das participantes e informar isso no convite.	4	
	- Realização da intervenção em horário que as mulheres possam participar (grupos em horários diferentes, finais de semana, à noite).	3	
	- Oferta de transporte ou pagamento da passagem.	3	
	- Intervenção ofertada em CRAS conhecido e legitimado pela comunidade.	1	
	- Atrrelamento da implementação da intervenção à facilidade de acesso a outros serviços ofertados no CRAS para as participantes.	1	
	- Composição da equipe de implementação com pelo menos uma mulher negra (representatividade).	1	
	- Grupos específicos de mulheres negras.	1	
	- Adoção de postura de celebração das estratégias/recursos que as mulheres já têm.	1	
	- Engajamento de lideranças comunitárias.	1	
	- Não fazer promessas.	1	
	Barreiras		
		- Ausência de local/com quem deixar os filhos.	4
		- Falta de recursos financeiros das mulheres para arcar com transporte.	3
	- Intervenção realizada em dias e horários que as mulheres não possam participar.	2	
	- Grande distância entre a residência das mulheres e o local de realização da intervenção.	2	
	- Falta de oferta de recurso financeiro ou acesso direto a bens materiais.	1	

Engajamento e Assiduidade	Barreiras	
	- Indisponibilidade de tempo das mulheres para participar devido ao trabalho e aos afazeres domésticos.	8
	- Marido ou companheiro ser contra a participação das mulheres.	2
		1
	Facilitadores	
	- Formação continuada dos profissionais.	1
	- Busca de financiamento externo/privado.	1
	- Apoio das equipes e da gestão das unidades.	1
Agentes da Implementação	- Trabalho com multiplicadores.	1
	- Compreensão de que abordar o empoderamento de mulheres negras é relevante.	1
	- Evidenciar, para as usuárias, a relevância de abordar o empoderamento de mulheres negras.	1
	Barreiras	
	- Ausência de formação profissionais para discutir questões sobre gênero e raça.	1
	- Indisposição de profissionais e usuários em decorrência de preconceito e estereótipos.	1
	- Profissionais que ofertam a intervenção não pertencerem à comunidade.	1
	- Crença, por parte dos profissionais, de que já sabem quais são as necessidades das mulheres.	1
Contexto Externo	Barreiras	
	- Funcionamento dos equipamentos públicos apenas em horário comercial.	1
	- Cultura que negligencia as discussões abordadas pela intervenção.	1

Nota. f: frequência com que o item aparece nas falas das entrevistadas.

Eficácia/Efetividade

A dimensão eficácia/efetividade se refere ao impacto de uma intervenção em critérios de resultados específicos, potenciais resultados negativos e resultados pretendidos. Por isso, foram identificados elementos facilitadores e de barreiras para a eficácia e efetividade de uma intervenção para empoderamento de mulheres negras no CRAS (Tabela 5).

Os elementos facilitadores de eficácia/efetividade mais referidos pelas participantes entrevistadas foram: (a) fortalecimento da autoestima das participantes; (b) mudança na percepção das relações mais próximas e na forma de se relacionar; (c) ampliação da participação e do engajamento social; (d) fortalecimento da autoeficácia; (e) aumento de acesso a direitos (saúde, educação, informação e demais políticas públicas); (f) realização de avaliação de resultado (pré e pós intervenção e follow-up) e processo; (g) e uso de entrevistas individuais, autorrelato, grupo focal, enquete, desenho, fotografia ou escrita para avaliação.

Foram relatados poucos elementos que podem funcionar como barreira para eficácia/efetividade da intervenção. Os que foram mencionados estão relacionados à categoria

população-alvo e avaliação: (a) filhos não estarem na creche; (b) dificuldade para mensurar todo o alcance da intervenção; (c) não avaliar processo; (d) dificuldade por parte das participantes para falar e se expressar em público. Demais categorias podem ser conferidas na Tabela 5.

Tabela 5

Resultados na dimensão Eficácia/Efetividade

Categorias	Facilitadores e Barreiras	f
População-alvo	Barreiras	
	- Filhos não estarem na creche.	1
Objetivos da Intervenção/ Indicadores de sucesso	Facilitadores	
	- Fortalecimento da autoestima.	6
	- Fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	6
	- Ampliação da participação e do engajamento social.	3
	- Fortalecimento da autoeficácia.	5
	- Aumento de acesso a direitos (saúde, educação, informação e demais políticas públicas).	4
	- Compreensão de processos sociais naturalizados, como o racismo, que perpassam os sofrimentos vivenciados e desnaturalizá-los.	4
	- Empoderamento.	3
	- Aumento do conhecimento sobre direitos.	2
	- Reconhecimento de si como sujeito de direitos.	2
	- Rompimento do fatalismo.	2
	- Reconhecimento da condição de mulher negra.	2
	- Favorecimento da saída de relações violentas.	2
	- Saída das situações de vulnerabilidade e pobreza.	2
	- As participantes se tornarem multiplicadoras da intervenção em outros espaços.	2
	- Favorecimento de acesso à profissão e ao emprego.	2
	- Fortalecimento do pertencimento comunitário.	2
	- Melhoria nas condições de vida.	1
	- Aumento de conhecimento sobre cuidado com o cabelo.	1
	- Entendimento da própria história.	1
	- Identificação do que pode ser melhorado na própria vida.	1
	- Avanço nos projetos de vida.	1
	- Aumento na autonomia.	1
	- Construção de novas perspectivas em relação ao trabalho e renda.	1
	- Construção de estratégias para superar barreiras.	1
	- Mapeamento da rede de apoio.	1
	- Luta por garantia de direitos.	1
- Repercussão dos benefícios da intervenção em todos os membros da família.	1	
Formato da Intervenção	Facilitadores	
- Formato grupal.		1
- Adoção de lógica que interligue os encontros.		1
Técnicas, Materiais, Estratégias e Conteúdos	Facilitadores	
	- Estímulo da assiduidade das participantes.	2
	- Relação de confiança entre participantes e implementadores.	1
	- Encontros agradáveis com possibilidade de expressão.	1
	- Favorecimento de desconforto que fomente mudança.	1
	- Abordagem da história das mulheres negras a partir de uma perspectiva positiva.	1
	- Favorecimento do resgate positivo da história de vida das participantes.	1
- Valorização das potencialidades e das habilidades das mulheres.	1	
- Oferta regular de feedback.	1	

	- Abordagem de projetos de vida.	1
	- Técnicas que trabalhem com o corpo.	1
	- Estímulo para falar de si.	1
	- Uso de música e outros recursos artísticos.	1
	- Estratégias para fortalecimento da autoestima.	1
	- Encaminhamentos para políticas públicas de trabalho e educação.	1
	- Uso de estratégias com modelos de outras mulheres negras.	1
	<i>Facilitadores</i>	
	- Integração da intervenção com as ações já previstas para a oferta do PAIF (ações particularizadas, ações comunitárias, oficinas com famílias e acolhida).	2
	- Atrelamento da implementação da intervenção à facilidade de acesso aos benefícios socioassistenciais.	1
Implementação da Intervenção	- Inclusão das participantes de forma ativa na implementação.	1
	- Plano de trabalho a curto, médio e longo prazo.	1
	- Inclusão de parceiros externos especialistas nos temas abordados.	1
	- Bom planejamento.	1
	- Planejamento participativo.	1
	- Financiamento público (federal, estadual e municipal) das ações dentro do CRAS.	1
	<i>Facilitadores</i>	
	- Avaliação de resultado (pré e pós intervenção e follow-up).	6
	- Uso de entrevistas individuais, autorrelato, grupo focal, enquete, desenho, fotografia ou escrita.	6
	- Avaliação de processo.	3
	- Estratégias simples de avaliação.	1
	- Uso de estratégias que os CRAS já têm para avaliar o sucesso da intervenção.	1
Avaliação	- Avaliação de impactos nas crianças e adolescentes sob cuidado das participantes.	1
	- Previsão da participação de mulheres não alfabetizadas.	1
	- Plano de acompanhamento individual das participantes.	1
	- Diagnóstico da situação e vulnerabilidades sociais vivenciadas pelas participantes.	1
	<i>Barreiras</i>	
	- Dificuldade para mensurar todo o alcance dos resultados da intervenção.	1
	- Não avaliar processo.	1
	- Dificuldade por parte das participantes para se expressar em público.	1

Nota. f: frequência com que o item aparece nas falas das entrevistadas.

Adoção

A adoção refere-se à proporção e representatividade de serviços/unidades e agentes de implementação, que são considerados os potenciais adotantes de uma política ou programa.

No presente estudo, a partir das entrevistas realizadas, foram identificados elementos facilitadores ou de barreira que podem impactar a adoção de uma intervenção para promoção de empoderamento de mulheres negras pelo CRAS ou por outras instituições (Tabela 6).

Os elementos facilitadores da adoção mais relatados pelas participantes foram: (a) convergência entre os objetivos da intervenção e os objetivos e necessidades da instituição; (b) ter como objetivo o fortalecimento e aumento da autonomia das participantes e suas famílias; (c) a intervenção ter foco nas especificidades da população mais atendida - mulheres negras; (d)

parcerias com outras instituições (públicas e organizações da sociedade civil), lideranças comunitárias e conselhos; (e) a intervenção ter baixo custo financeiro e de recursos humanos; (f) a intervenção ser efetiva e ter resultados positivos; (g) a intervenção ser ferramenta de auxílio para atuação mais interventiva dos profissionais; (h) contribuir para aumento da qualidade do trabalho da equipe; (i) sensibilização dos profissionais e da gestão sobre a relevância da intervenção; (j) e oferta de capacitação e supervisão para as equipes de profissionais.

Entre os elementos que podem dificultar a adoção da intervenção e funcionar como barreira, os mais apontados estão relacionados aos agentes da implementação e aos contextos interno e externo: (a) não reconhecimento, por parte dos profissionais e da gestão, dos impactos do racismo nas vidas das mulheres negras e da necessidade de intervenções atentas às especificidades desse grupo; (b) grande demanda de atendimentos, escassez de profissionais e sobrecarga de trabalho; (c) indisposição da gestão em adotar a intervenção e discutir temas como gênero, racismo; (d) ausência de vontade política e de destinação de orçamento para a PNAS (cf. Tabela 6).

Tabela 6

Resultados na dimensão Adoção

Categorias	Facilitadores e Barreiras	f
	<i>Facilitadores</i>	
	- Embasamento teórico e metodológico adequado.	1
	- Bom desenho.	1
Desenvolvimento da Intervenção	- Contemplação das especificidades conceituais, técnicas e metodológicas da PNAS.	1
	- Previsão da falta de preparo e conhecimento dos profissionais sobre a temática (racismo, empoderamento de mulheres negras).	1
	<i>Barreiras</i>	
	- Falta de contemplação das especificidades conceituais, técnicas e metodológicas da instituição.	1
	<i>Facilitadores</i>	
	- Convergência entre os objetivos da intervenção e os objetivos e as necessidades da unidade.	8
	- Fortalecimento e aumento da autonomia das participantes e suas famílias.	3
	- Favorecimento do aumento da participação da comunidade.	2
Objetivos	- Melhoria do controle social da política pública por parte das participantes.	2
	- Objetivos alcançáveis.	1
	- Facilitação para o trabalho de questões geralmente não abordadas: sexismo, classismo, racismo.	1
	- Prevenção de adoecimento.	1
	- Ação das participantes como multiplicadoras da intervenção em outros espaços.	1
		1

População-alvo	Facilitadores - Intervenção com foco nas especificidades da população mais atendida - mulheres negras.	6
Formato da Intervenção	Facilitadores - Intervenção curta, interativa e de fácil aplicação - Possibilidade de adaptação para outros públicos, como crianças e jovens.	1 1
Implementação da Intervenção	Facilitadores - Parcerias com outras instituições (públicas e organizações da sociedade civil), lideranças comunitárias e conselhos. - Baixo custo financeiro e de recursos humanos. - Disponibilização de guias de orientação para aplicação. - Abordagem do racismo de forma crítica como processo histórico presente na vida da população atendida pela política pública. - Envolvimento da equipe de profissionais. - Baixa interferência na rotina de trabalho da instituição. - Profissional exclusivo para a implementação. Barreiras - Falta de espaço na unidade para conduzir intervenção em grupo.	4 3 2 1 1 1 1 1
Engajamento e Assiduidade	Facilitadores - Engajamento das usuárias e da comunidade. - Auxílio da comunidade na divulgação dos serviços do CRAS. - Intervenção que permita levar a vida da comunidade para dentro da unidade. Barreiras - Indisposição das mulheres em abordar questões como racismo.	1 1 1 1
Avaliação	Facilitadores - Intervenção efetiva com resultados positivos. - Fácil mensuração. - Apresentação de resultados de sucesso para a gestão.	5 1 1
Agentes da Implementação	Facilitadores - Intervenção como ferramenta de auxílio para atuação mais interventiva. - Contribuição para aumento da qualidade do trabalho da equipe. - Sensibilização dos profissionais e da gestão sobre a relevância da intervenção. - Oferta de capacitação e supervisão para as equipes de profissionais. Barreiras - Conscientização dos profissionais sobre a realidade vivenciada por mulheres negras. - Compreensão de que as participantes podem fomentar a legitimação do CRAS no território. Barreiras - Não reconhecimento, por parte dos profissionais e gestão, dos impactos do racismo nas vidas das mulheres negras e da necessidade de intervenções atentas às especificidades desse grupo. - Grande demanda de atendimentos, escassez de profissionais e sobrecarga de trabalho. - Indisposição para alterar a forma como o trabalho já é realizado. - Visão da intervenção como uma imposição sobre o trabalho dos profissionais. - Ausência de investimento em capacitação profissional. - Falta de conhecimento sobre as temáticas de racismo e empoderamento de mulheres negras. - Visão sobre a intervenção como uma tarefa a mais para onerá-los.	7 5 3 3 1 1 4 4 2 1 1 1 1 1
Contexto Interno	Facilitadores - Possibilidade de ter intervenções estruturadas (começo, meio, fim e avaliação) para aplicação. - Compreensão da convergência entre a intervenção e a proposta dos serviços da PNAS. - Contribuição para redução da sobrecarga dos serviços. - A intervenção estar prevista no planejamento da unidade. - Unidade acostumada a conduzir grupos. - Unidade trabalhar dentro da perspectiva preventiva. - A atuação no equipamento prever o acompanhamento de famílias. - Consciência, por parte da instituição, sobre o problema focalizado na intervenção. - Abertura da PNAS para a adoção desse tipo de intervenção. - Necessidade da política de assistência social trabalhar mais com intervenções grupais. - A unidade ter equipe de trabalho, mas não ter projeto. Barreiras - Indisposição da gestão em adotar a intervenção e discutir temas como gênero, racismo. - A unidade não acreditar no potencial da intervenção. - Ausência de apoio por parte da gestão. - Gestão não acreditar na perspectiva dos direitos humanos.	2 1 1 1 1 1 1 1 1 1 2 1 1 1

	- Fluxos de trabalho muito burocratizados.	1
	- Racismo institucional.	1
	- Ausência de abertura para o trabalho em grupo.	1
	Facilitadores	
Contexto Externo	- Investimento governamental na política pública.	1
	- Gestões públicas comprometidas com formação e autonomia de seus profissionais.	1
	Barreiras	
	- Ausência de vontade política e de destinação de orçamento para a PNAS.	3
	- Mudança de governo.	1
	- Ausência de integração entre as políticas públicas.	1
	- Falta de interesse em promover empoderamento de famílias e indivíduos.	1
	- Invisibilidade da temática racial na PNAS.	1
	- Invisibilidade das mulheres negras na sociedade.	1

Nota. f: frequência com que o item aparece nas falas das entrevistadas.

Implementação

A dimensão da implementação refere-se à adesão das participantes (mulheres negras) e ao uso das estratégias da intervenção e à fidelidade na entrega da intervenção, conforme planejado, por parte dos agentes de implementação (Tabela 7).

Os elementos facilitadores para a implementação mais mencionados foram: (a) uso de filmes, fotos, cartazes, cartões com as imagens das mulheres, músicas, desenho, recursos lúdicos, poesia, leituras, dança, brincadeiras, teatro cena, jogos, notícias, teatro fórum, trabalhos manuais; emprego de técnicas de dinâmica e integração de grupo; (b) abordagem de temas como a mulher no mundo, questão ambiental, questão do capital, políticas públicas, projetos de vida, representantes da comunidade nas quais as mulheres se reconheçam; (c) oferta de lanche; (d) realização da intervenção perto do local de moradia das participantes; (e) possibilidade de espaço de fala e escuta para as mulheres colocarem suas questões; (f) primeiro encontro potente, com acolhimento personalizado e individualizado; (g) uso de gravações de vídeos, fotografias, relatórios, questionários, entrevistas, escrita, equipe de observadores, diário de campo, escalas para avaliar satisfação e mudança de comportamento; (h) registro da intervenção por meio de autorrelato, lista de presença, prontuário SUAS; (i) realizar avaliação de processo a cada encontro.

Os elementos de barreira para a implementação mais citados foram: (a) realização da intervenção em local distante da residência das participantes; (b) indisposição das mulheres, da comunidade e do CRAS em aceitar a intervenção; (c) ausência de recursos financeiros das mulheres para se deslocar para o local da intervenção; (d) equipe e gestão perceberem a intervenção como mais uma tarefa a fazer e que irá sobrecarregar; (e) não reconhecimento, por parte dos profissionais, da relevância da temática e da intervenção; (f) indisposição da gestão em adotar a intervenção e discutir temas como gênero, racismo e homofobia.

Tabela 7

Resultados na dimensão Implementação

Categoria	Facilitadores e Barreiras	f
Objetivos	<i>Facilitadores</i>	
	- Capacitação das mulheres para serem multiplicadoras da intervenção.	1
Formato da Intervenção	<i>Facilitadores</i>	
	- Frequência quinzenal ou mensal.	3
	- Intervenção curta.	2
	- Duração de 1 ano.	1
	- Intervenção em grupo.	1
	- Vinculação da intervenção a acompanhamento individual.	1
	- Atividades dos encontros que não focam apenas no problema.	1
	<i>Barreiras</i>	
	- Intervenção muito longa.	1
Técnicas, Materiais, Estratégias e Conteúdos	<i>Facilitadores</i>	
	- Uso de recursos diversificados, didáticos e de fácil acesso: filmes, fotos, cartazes, cartões com imagens das mulheres, músicas, desenho, recursos lúdicos, poesia, leituras, dança, brincadeiras, teatro cena, jogos, notícias, teatro fórum, trabalhos manuais.	29
	- Técnicas de dinâmica e integração grupal.	6
	- Abordagem de temas como: a mulher no mundo; questão ambiental; questão do capital; políticas públicas; projetos de vida; representantes da comunidade nas quais as mulheres se reconheçam.	4
	- Oficinas (de beleza e outras).	3
	- Técnicas de alongamento, massagem, <i>mindfulness</i> , respiração profunda e meditação.	4
	- Encontros agradáveis com bom humor e clima de leveza.	3
	- Estratégias para aumento da autoestima.	2
	- Tarefas de casa.	1
	- Grupos focais.	1
	- Genograma familiar.	1
	- Metodologias ativas.	1
	- Estratégias que estimulem o comprometimento das mulheres com tarefas.	1
	- Materiais e produções que as mulheres possam levar para casa.	1
	- Abordagem empática, acolhedora e de escuta.	1
	- Uso de elementos da cultura negra.	1
	- Inspiração em materiais produzidos para implementar a lei 10.639 na educação.	1
	- Estratégias que favoreçam conscientização sobre a realidade socio-histórica na qual as mulheres estão inseridas.	1
	- Uso de perspectiva da geração de renda.	1
	- Identificação do que se quer modificar.	1
- Mapeamento do que pode ser acessado no território (direitos e equipamentos).	1	

	- Discussão de questões relacionadas a cursos profissionalizantes.	1
	- Abordar a história da população negra de forma positiva.	1
	- Fazer o resgate positivo da história de vida das participantes.	1
	- Cautela ao abordar temas polêmicos, como o aborto.	1
	Facilitadores	
Implementação da Intervenção	- Oferta de lanche.	5
	- Realização da intervenção perto do local de moradia das participantes.	4
	- Planejamento bom e amadurecido.	3
	- Planejamento e Implementação flexíveis.	2
	- Linguagem acessível.	2
	- Oferta de transporte.	1
	- Atividade prevista para os filhos.	1
	- Procedimentos alinhados com as orientações do PAIF.	1
	- Realização da intervenção em ambiente protegido.	1
		Barreiras
	- Realização da intervenção em local distante da residência das participantes.	2
	- Implementação pouco flexível.	1
	- Falta de financiamento para recrutar o público-alvo.	1
	- Necessidade de materias que a Secretaria não disponibiliza.	1
	- Falta de planejamento conjunto com os envolvidos (equipe e gestão da unidade).	1
	Facilitadores	
Engajamento e Assiduidade	- Possibilidade de espaço de fala e escuta para as mulheres colocarem suas questões.	9
	- Primeiro encontro potente, com acolhimento personalizado e individualizado.	4
	- Percepção de mudanças.	3
	- Oferta de ambiente acolhedor, afetivo e bonito.	2
	- Intervenção articulada com encaminhamentos que se fizerem necessários.	2
	- Envolvimento ativo das mulheres na entrega da intervenção.	2
	- Ligação para lembrar do encontro.	2
	- Postura de celebração e partilha das estratégias/recursos/habilidades que as mulheres já têm.	2
	- Construção e manutenção do vínculo de confiança entre facilitadores e participantes.	2
	- Mobilização e sensibilização presencial.	2
	- Intervenção significativa e que responda às expectativas das participantes.	2
	- Metodologia que interligue um encontro ao outro.	1
	- Pequenas recompensas imediatas (certificado, por exemplo).	1
	- Manutenção de rotina dos encontros.	1
	- Equipe de implementação com pelo menos uma mulher negra (representatividade).	1
	- Acesso facilitado a atendimentos e serviços que o CRAS oferece.	1
	- Espaço livre de julgamentos.	1
	- Valorização de interações.	1
	- Oferta de intérprete para usuárias de outros países e que não fale português.	1
		Barreiras
	- Indisposição das mulheres, da comunidade e do CRAS em aceitar a intervenção.	2
	- Ausência de recursos financeiros das mulheres para se deslocar para o local da intervenção.	2
	- Indisponibilidade de tempo das mulheres para participar devido ao trabalho e aos afazeres domésticos.	1
	- Indisposição das mulheres para trabalhar as temáticas abordadas.	1
	- Conflitos familiares.	1
	- Dificuldade de leitura e escrita por parte das participantes.	1
	- Equipe de implementação composta somente por pessoas brancas.	1
	- As mulheres não se sentiram acolhidas na intervenção.	1
	- Presença masculina nos encontros.	1
	- Não ter com quem deixar os filhos.	1
	Facilitadores	
Avaliação	- Uso de gravações de vídeos, fotografias, relatórios, questionários, entrevistas, escrita, equipe de observadores, diário de campo, escalas para avaliar satisfação e mudança de comportamento.	22
	- Registro por meio de autorrelato, lista de presença, e sistema de monitoramento do próprio CRAS.	8
	- Avaliação do processo a cada encontro.	5
		1

	- Reuniões constantes de planejamento e acompanhamento com a equipe que entrega a intervenção.	1
	- Equipe de acompanhamento da intervenção.	1
	- Uso de instrumentos de fácil emprego.	1
	- Uso de caixinha de sugestões.	
	Facilitadores	
	- Sensibilização e conhecimento dos profissionais sobre a temática racial.	2
	- Parcerias com profissionais de diversas áreas do conhecimento	2
	- Profissionais preparados e capacitados para trabalhar com o público de forma atrativa.	2
	- Oferta de capacitações, sobre a temática e sobre condução de grupo, para os profissionais.	2
	- Oferta de guia com o passo a passo da implementação da intervenção.	2
	- Profissionais acreditarem no potencial da intervenção.	1
	Barreiras	
Agentes de Implementação	- Equipe e gestão perceberem a intervenção como mais uma tarefa a fazer e que irá sobrecarregar.	3
	- Não reconhecimento, por parte dos profissionais, da relevância da temática e da intervenção.	3
	- Indisposição dos profissionais em aplicar a intervenção.	2
	- Falta de habilidade e treinamento dos profissionais para conduzir grupos.	1
	- Indisposição dos profissionais em abordar a temática do racismo.	1
	- Falta de formação mínima sobre a temática das relações raciais.	1
	- Choque entre crenças individuais e o trabalho a ser executado.	1
	- Greve dos trabalhadores da unidade.	1
	- Falta de empatia dos profissionais com os sofrimentos do outro.	1
	- Profissionais com quem a comunidade não se identifique por não fazer parte desta.	1
	- Profissionais da implementação não estarem empoderados.	1
	Facilitadores	
Contexto Interno	- Comprometimento da instituição em dar continuidade à implementação da intervenção.	1
	Barreiras	
	- Indisposição da gestão em adotar a intervenção e discutir temas como gênero, racismo e homofobia.	3
	- Questões burocráticas da gestão.	1
	- Mudança constante da gestão das unidades.	1
	Facilitadores	
Contexto Externo	- Parcerias com outras políticas públicas.	1
	Barreiras	
	- Impacto da mudança de governo nas gestões das unidades.	2
	- Influência da política em nível macro no funcionamento dos CRAS.	1
	- Fatores ambientais (clima, chuva).	1

Nota. f: frequência com que o item aparece nas falas das entrevistadas.

Manutenção

A manutenção se refere à extensão em que a mudança de comportamento se mantém ao longo do tempo, além da medida em que a intervenção se torna uma prática institucionalizada. Dessa forma, foram identificados elementos facilitadores e barreiras para que as mudanças que ocorrerem promovidas pela intervenção se mantenham, assim como o CRAS continue ofertando a intervenção (Tabela 8). Nos relatos das entrevistadas,

facilitadores e barreiras para manutenção em nível organizacional foram mais apontados do que esses elementos em nível individual.

Os facilitadores, no nível organizacional, mas referidos foram: (a) disponibilização para os agentes de implementação de guia orientador com o passo a passo para aplicação da intervenção (b) projeto de capacitação permanente para os profissionais; (c) suporte para facilitadores (supervisão, consultoria e assessoramento); (d) percepção, pelos agentes de implementação, da evidência da convergência da proposta da intervenção com os objetivos e serviços do CRAS (PAIF, SCFV); (e) previsão da intervenção nos documentos orientadores da PNAS. No nível individual, os elementos facilitadores da manutenção mais aludidos pelas entrevistadas foram: (a) sensibilização, preparo e suporte para que as participantes se tornem facilitadoras e multiplicadoras das atividades (deixar sugestões de leituras, filmes, atividades culturais; pistas de como seguir com os encontros); (d) acompanhamento de manutenção (bimestral, semestral ou anual, por 2 ou 3 anos).

As barreiras para manutenção, em nível organizacional, mais citadas foram: (a) sobrecarga de demanda de trabalho dos profissionais; (b) não reconhecimento, por parte dos agentes de implementação, da existência do racismo e da necessidade de enfrentamento. No nível individual foram mencionadas as seguintes barreiras: (a) rotatividade das mulheres na intervenção; (b) não percepção de resultado por parte das participantes; (c) cultura que não representa positivamente as mulheres negras; (d) contexto social que não contribui para a manutenção das mudanças no nível individual.

Tabela 8

Resultados na dimensão Manutenção

Categorias	Facilitadores e Barreiras	f
	<i>Facilitadores</i>	
Formato da Intervenção	- Sensibilização, preparo e suporte para que as participantes se tornem facilitadoras e multiplicadoras das atividades (deixar sugestões de leituras, filmes, atividades culturais; pistas de como seguir com os encontros).	11
	- Fácil aplicação.	1
	- Linguagem próxima da linguagem utilizada pela PNAS.	1

Facilitadores		
Técnicas, Materiais, Estratégias e Conteúdos	- Disponibilização de guia orientador com o passo a passo para aplicação da intervenção.	5
	- Metodologias ativas.	1
	- Técnicas de integração de grupo.	1
	- Metodologias que permitam transferir as mudanças para a vida.	1
	- Mapeamento do território e sugestão de outros espaços de acordo com os interesses das participantes (Ex.: sarau, rap).	1
	- Fortalecimento do engajamento e protagonismo das mulheres.	1
	- Possibilidade de adaptação da intervenção para temáticas diferentes.	1
Facilitadores		
Implementação da Intervenção	- Planejamento conjunto da manutenção com as participantes.	1
	- Envolvimento da família na intervenção.	1
	- Engajamento de líderes comunitárias na continuidade do grupo.	1
	- Diálogo permanente entre as participantes e o CRAS.	1
	- Intervenção perene.	1
Facilitadores		
Engajamento e Assiduidade	- Produção de mudanças que tenham significado para as participantes.	1
	Barreiras	
	- Rotatividade das mulheres na intervenção.	1
	- Não percepção de resultado por parte das participantes.	1
Facilitadores		
Avaliação	- Acompanhamento de manutenção e avaliação das mudanças (bimestral, semestral ou anual, por 2 ou 3 anos).	8
	- A intervenção ser bem-sucedida.	1
Facilitadores		
	- Projeto de capacitação permanente para os profissionais.	7
	- Suporte para facilitadores (supervisão, consultoria e assessoramento).	5
	- Percepção da evidência da convergência da proposta da intervenção com os objetivos e serviços do CRAS (PAIF, SCFV).	4
	- Sensibilização e compreensão dos profissionais e gestão do CRAS sobre a importância da intervenção e da continuidade da oferta.	3
Agentes da Implementação	- Previsão da intervenção na rotina de trabalho (orçamento, carga horária de profissionais).	1
	- Percepção contínua de vantagens da intervenção.	1
Barreiras		
	- Sobrecarga de demanda de trabalho.	2
	- Não reconhecimento da existência do racismo e da necessidade de enfrentamento.	2
	- Os profissionais não perceberem que a intervenção auxilia no trabalho que desenvolvem.	1
	- A intervenção concorrer com ou atrapalhar o trabalho desenvolvido pelos profissionais.	1
	- A intervenção exigir grande investimento dos profissionais.	1
	- Mudanças constantes nas equipes de profissionais.	1
	- Falta de autonomia de trabalhadores não concursados.	1
Facilitadores		
Contexto Interno	- Integração da intervenção com outras ações realizadas na unidade.	4
	- Percepção, por parte da instituição, de que a intervenção promove mudanças na vida das mulheres e tem impacto na comunidade.	4
	- Oferta de financiamento, por parte da unidade, de materiais necessários para a implementação.	2
	- Previsão de acompanhamento em grupo nas ações dos serviços dos CRAS.	2
	- Desconstrução da ideia de que o CRAS oferece somente benefício.	1
	- A intervenção ser absorvida no âmbito da gestão.	1
Barreiras		
	- A instituição ter uma rede de articulação muito precária.	1
	- Falta de interesse da gestão em manter a intervenção.	1
Facilitadores		
Contexto Externo	- Previsão da intervenção nos documentos orientadores da PNAS.	3
	- Inclusão da intervenção no planejamento das secretarias estaduais de assistência social.	2
	- Transformação da intervenção em uma diretriz na PNAS.	1
	- Equipe externa.	1
	- Articulação do CRAS com movimentos sociais e rede de garantia de direitos.	1
Barreiras		
	- Cultura que não representa positivamente as mulheres negras.	1

- Contexto social que não contribui para a manutenção das mudanças no nível individual.	1
- A temática racial ser tratada socialmente como polêmica.	1
- Mudança de governo.	1

Nota. f: frequência com que o item aparece nas falas das entrevistadas.

Os relatos das entrevistas se concentram mais em elementos facilitadores e de barreira ligados à dimensão e à categoria da implementação da intervenção. A Tabela 9 apresenta o número de ocorrências por dimensão da RE-AIM e por categoria. A Figura 3, por sua vez, resume as barreiras e facilitadores com base em elementos centrais e mais recorrentes nos relatos das entrevistadas sobre intervenções para empoderamento de mulheres negras.

Tabela 9

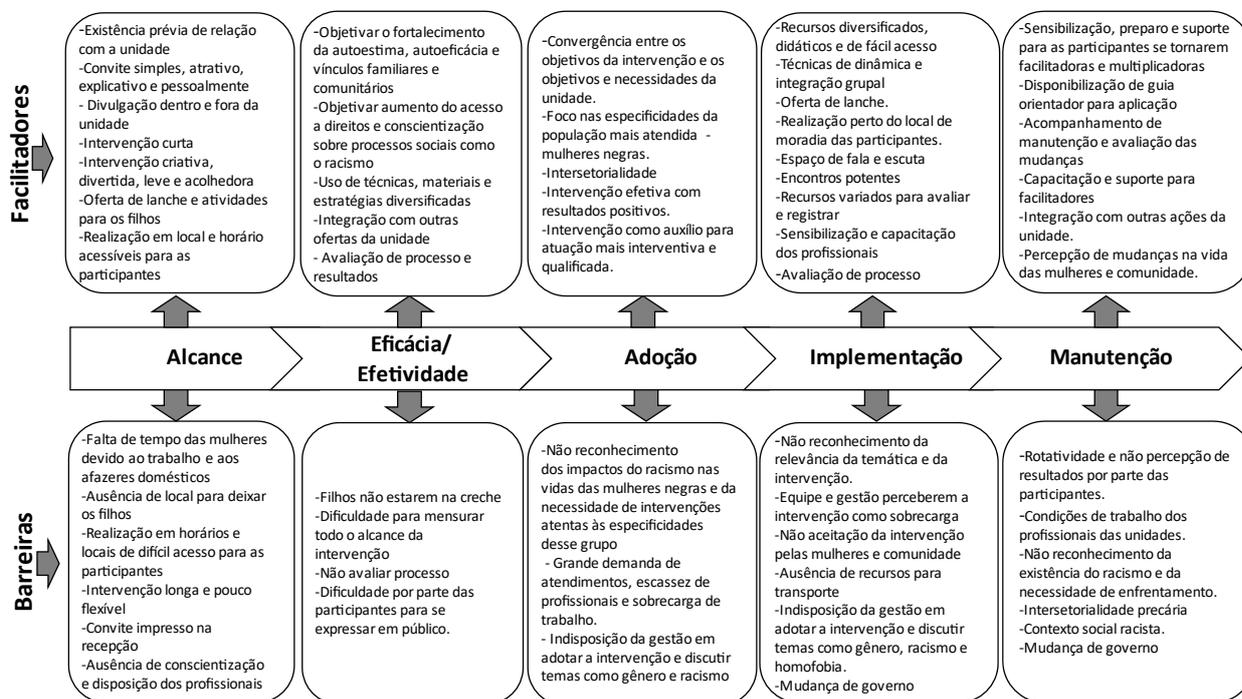
Ocorrências por categoria e por dimensão RE-AIM

Categorias	Alcance		Eficácia/ Efetividade		Adoção		Implementação		Manutenção		Total
	F	B	F	B	F	B	F	B	F	B	
Desenvolvimento da intervenção	-	-	-	-	4	1	-	-	-	-	5
Objetivos	1	-	60	-	19	-	1	-	-	-	81
População-alvo	8	7	-	1	6	-	-	-	-	-	22
Recrutamento/convite	53	9	-	-	-	-	-	-	-	-	62
Formato da intervenção	5	3	2	-	2	-	9	1	13	-	35
Técnicas/Materiais/ Estratégias/Conteúdos	15	-	16	-	-	-	68	-	11	-	110
Implementação da intervenção	27	12	9	-	13	1	20	6	5	-	93
Engajamento e assiduidade	-	11	-	-	3	1	40	12	1	2	70
Avaliação	-	-	21	3	7	-	39	-	9	-	79
Agentes da implementação	6	4	-	-	20	14	11	16	21	9	101
Contexto interno	-	-	-	-	12	8	1	5	14	2	42
Contexto externo	-	2	-	-	2	8	1	4	8	4	29
Total	115	48	108	4	88	33	190	44	82	17	729

Nota. F: facilitadores; B: barreiras.

Figura 3

Barreiras e facilitadores mais recorrentes para intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras



Discussão

Este estudo teve como objetivo identificar quais elementos podem funcionar como facilitadores ou barreiras para alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção de uma intervenção para promoção de empoderamento de mulheres negras no CRAS. Para isso, realizou-se uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas a participantes-chave que trabalham com a temática negra e/ou de populações vulnerabilizadas. Os relatos das participantes apontam que em todas as dimensões do modelo RE-AIM podem ser identificados elementos facilitadores e dificultadores para intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras, sendo que os elementos favorecedores foram relatados com predominância e se concentram mais na dimensão da implementação. Os relatos sobre barreiras se referiram mais às dimensões alcance e

implementação. Como salientaram Finlayson et al. (2014) e Almeida et al. (2013), o impacto real de uma intervenção dependerá dos efeitos combinados das cinco dimensões.

Alcance

Os facilitadores de alcance mais relatados se referiram ao recrutamento e convite e à implementação da intervenção. Em relação ao recrutamento/convite para participar da intervenção, o estudo oferece uma lista de possibilidades e cuidados que podem ser adotados para facilitar o alcance das participantes. Destacam-se a utilização de convite simples e atraente, explicitação dos objetivos da intervenção e possíveis benefícios para as participantes já no convite; realizar convite pessoalmente, e evidenciar que será oferecido espaço de escuta, trocas e que as mulheres poderão falar de si, de sua história e de seus interesses. Esses cuidados são importantes para mobilizar para a adesão e engajamento na intervenção. Os relatos das entrevistadas apontam que a existência de relação prévia com a unidade pode facilitar tanto o alcance das participantes quanto o engajamento nas atividades propostas. Resultado semelhante foi encontrado por Abdala et al. (2020) em estudo que avaliou a implementação do Programa Famílias Fortes (PFF 10-14) em unidades de CRAS.

Barreiras relacionadas ao recrutamento/convite e à implementação também foram muito relatadas como tendo impacto no alcance. Esses resultados estão em sintonia com o estudo de Souza (2018) sobre intervenções no CRAS. A autora destaca que a adesão às intervenções em grupo propostas na proteção social básica é um desafio importante. Muitas vezes, os profissionais atribuem a responsabilidade da não adesão apenas aos usuários, individualizando a questão. Nessa lógica de culpabilização das usuárias, pouco se questiona se a proposta que está sendo ofertada é adequada à disponibilidade de tempo, interesse e motivação das participantes, fatores que podem funcionar como dificultadores. O presente estudo oferece um conjunto de elementos que podem ser empregados ou evitados, visando um melhor engajamento da população e favorecimento do alcance. A falta de compreensão

sobre possíveis benefícios da participação, por exemplo, pode ser uma barreira. Em contrapartida, convites explicativos podem contornar essa dificuldade. Os elementos de implementação e engajamento citados como barreiras para alcance se referiram à distância muito grande entre o local de implementação e a residência, e a falta de recursos para deslocamento. Esses elementos tiveram destaque nos relatos e apareceram como barreiras em várias dimensões. Sobre esse aspecto, o estudo de Souza (2018) também convida os profissionais dos CRAS para uma maior atenção a esses elementos que afetam o engajamento a fim de construir estratégias para contorná-los, como o uso de espaços mais adequados para a intervenção acontecer.

Eficácia/Efetividade

Os favorecedores de eficácia e efetividade mais relatados pelas participantes foram relacionados aos objetivos da intervenção e à avaliação. Em relação aos objetivos, o presente estudo corrobora estudo anterior sobre empoderamento de mulheres negras (Alves et al., 2021, manuscrito em preparação) que apontam tanto para mecanismos ligados mais à dimensão microssocial/individual, como melhoria da autoestima e eficácia, até mecanismos mesossociais, como aumento da participação na comunidade e maior engajamento no controle social da política pública. Esses dados sugerem suporte para o embasamento teórico da intervenção. Como argumentam Carroll et al. (2007) e Moore et al. (2013), se a intervenção visa atuar à nível individual, as teorias psicológicas são muito úteis. Mas se a proposta é intervir à nível comunitário ou organizacional, as teorias sociológicas e da psicologia social podem ajudar mais. De modo geral, as intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras descritas na literatura científica têm, em sua maioria, utilizado os seguintes aportes teóricos e modelos explicativos: Teoria da Influência Triádica, Modelo Transteórico de Mudança, Teoria Afrocêntrica (Taha et al., 2015), Teoria da Competência Social (Jones & Warner, 2011), Estudos de Gênero (Meneghel, 2008),

Feminismo, *Mindfulness*, Psicologia da Libertação e Modelo de Identidade Feminista de Helms (Short & Williams, 2013). Assim, para a intervenção foco do presente estudo, sugere-se o uso combinado desses dois tipos de teoria.

Os facilitadores referidos na categoria objetivos são condizentes com os objetivos do PAIF, tais como, contribuir para a melhoria da qualidade de vida, a promoção de aquisições materiais e sociais, potencialização do protagonismo das famílias e comunidades, o acesso à rede de proteção social, a promoção de direitos, dentre outros (Brasil, 2012b; 2012c). Esse alinhamento de objetivos sinaliza que uma intervenção para promoção de empoderamento de mulheres negras usuárias do CRAS pode contribuir para o alcance do propósito principal do serviço na proteção social básica. Quase não foram apontadas barreiras para a eficácia e efetividade da intervenção. As únicas mencionadas são referentes à dificuldade de mensurar todo o alcance da intervenção, não avaliar processo e dificuldade das participantes se expressarem em público.

Adoção

Os objetivos, a implementação e os agentes da implementação apareceram como aspectos que podem favorecer a adoção da intervenção se houver convergência entre os objetivos da intervenção e os objetivos e as necessidades da unidade. A intersetorialidade se destaca na implementação por possibilitar articulações que favorecem essa etapa da intervenção e influencia positivamente a disposição da unidade e dos agentes da implementação para adoção. Se a intervenção funcionar como auxílio para atuação mais interventiva e qualificada dos profissionais do CRAS, também pode facilitar que ela seja adotada pela unidade. Esses achados são corroborados por estudos anteriores (Almeida et al., 2013; Luz, 2020) que apontam o desenvolvimento de parceiras com instituições que compartilham objetivos e interesses como favorecedor da adoção. Além disso, adoção

depende muito de sintonia entre valores e missão das organizações-alvo, evitando concorrência com outras atividades desenvolvidas pelos profissionais.

As barreiras para a adoção estão ligadas principalmente aos agentes da implementação, seguido do contexto interno. As condições de trabalho desfavoráveis das equipes do CRAS aparecem como a barreira mais referida para adoção, além de funcionar como dificultador também para a implementação e manutenção da intervenção. Esse fator também já havia sido apontado em outros estudos (Abdala et al., 2020; Romagnoli, 2016) que analisaram seu impacto na motivação e disponibilidade de tempo dos profissionais para a execução do trabalho. Ao discutir as relações macro e micropolíticas no cotidiano do CRAS, Romagnoli (2016) destaca que apesar da política de assistência social ter possibilitado a ampliação do mercado de trabalho, principalmente para psicólogos e assistentes sociais, esses profissionais lidam diariamente com a precarização das condições de trabalho. Outro ponto a ser considerado é que os profissionais da assistência geralmente têm relações empregatícias instáveis, com alta rotatividade de profissionais e da gestão. Outro elemento de barreira para adoção, ligado aos agentes da implementação e contexto interno, se refere ao não reconhecimento, por parte dos profissionais e da gestão, dos impactos do racismo nas vidas das mulheres negras e da necessidade de intervenções atentas às especificidades desse grupo.

Implementação

O uso de recursos diversificados, didáticos e de fácil acesso é facilitador para a implementação da intervenção. Da mesma forma, atenção a aspectos de engajamento e assiduidade (local acessível, lanche e espaço de fala e escuta) e avaliação podem contribuir para seu sucesso. Uma vez que a escassez de recursos humanos e financeiros dificulta que todos os elementos da implementação de uma intervenção sejam alvo de avaliação, a delimitação dos componentes principais que se deseja avaliar se faz necessária (Moore et al., 2013). Nesse sentido, o presente estudo fornece caminhos iniciais que podem auxiliar nessa

delimitação e na construção de abordagens flexíveis e interativas de avaliação. A avaliação de intervenções psicossociais, em suas várias modalidades, como avaliação de necessidades, processo, resultados, favorece, ainda, o aprimoramento da oferta de intervenções para que contribuam significativamente para a proposta da política pública. Dessa forma, a avaliação permite produzir evidências que podem cooperar para o atendimento de forma efetiva das necessidades da população atendida pelo CRAS (Curado, 2018). Quanto aos instrumentos de avaliação utilizados nas intervenções para empoderamento de mulheres negras, descritos na literatura, alguns são: escalas para avaliar autoestima, esperança, e efetividade em obter recursos (Taha et al., 2015); entrevistas (Barreto-Zorza & Velásquez-Gutiérrez, 2016); escala para avaliação de estresse, depressão e competência social (Jones & Warner, 2011); escala para avaliar comportamento suicida, escala para avaliar bem-estar espiritual, escala para avaliar *coping* e protocolo de prevenção de violência conjugal (Zhang et al., 2013); escala para avaliar opressão e homofobia internalizada (Short & Williams, 2013). Percebe-se, nessa lista, a predominância de medidas e instrumentos mais voltadas para a dimensão individual. Os achados do presente estudo sugerem uma ampla gama de ferramentas e instrumentos que podem ser facilitadores para a avaliação da intervenção, assim como, permitem deslocar o foco da dimensão individual para abarcar também a dimensão relacional e comunitária.

Acredita-se que os dados da categoria avaliação podem ainda, a partir da verificação de adequabilidade, contribuir para a avaliação de outros tipos de intervenções no CRAS. Uma vez que avaliações de intervenções realizadas nesse contexto são escassas (Oliveira et al., 2011), o presente estudo pode cooperar para fortalecer esse campo ao fornecer direções que perpassam as dimensões de eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção da intervenção e que podem ser adotadas para avaliar outras intervenções semelhantes no âmbito do CRAS.

As barreiras para a implementação mais relatadas pertencem às categorias engajamento e assiduidade, e agentes da implementação. Ao considerar os elementos de barreira que aparecem principalmente ligados à população-alvo e ao engajamento e assiduidade, pode-se mencionar aspectos ligados às experiências perpassadas por relações raciais, classe e gênero (Carneiro, 2003; Collins, 2000; Crenshaw, 2002; Gonzalez, 1984). Sobrecarga de afazeres domésticos, falta de creche para os filhos, não se permitir reservar tempo para cuidar de si, não ter como arcar com o transporte para se deslocar até o local da intervenção, dentre outros, são elementos que estão constantemente presentes no cotidiano das mulheres negras usuárias do CRAS. Os achados indicam que esses elementos são importantes de serem considerados ao se propor intervenções com esse grupo. Corroborando esses dados, estudo realizado com 110 mulheres cadastradas no Programa Bolsa Família apontou que, na percepção das entrevistadas, não poder trabalhar por ter que cuidar dos filhos ainda pequenos, somado à insuficiência de renda para suprir necessidades básicas e precarização das situações de trabalho, foram mencionados como obstáculos que para que elas mudem suas condições de vida e alcancem seus sonhos (Magalhães et al., 2011).

Os principais elementos de barreira para a implementação ligados aos agentes de implementação são as condições de trabalho desfavoráveis e o não reconhecimento da relevância da temática e da intervenção. Aspectos raciais ainda são constantemente negligenciados quando se analisa a situação das mulheres brasileiras (Prestes, 2018; Schucman, 2010). Apesar das mulheres negras estarem amplamente presentes nos atendimentos e ações da PNAS, esta última ainda precisa avançar no reconhecimento de especificidades desse grupo para que se produzam intervenções que de fato impactem positivamente suas realidades. Um movimento tímido nessa direção começou a ser desenhado com o II Plano Decenal de Assistência Social que aponta a importância do desenvolvimento de metodologias de trabalho que incorporem a perspectiva de raça/gênero, objetivando

fortalecer “o empoderamento, a construção de identidades positivas, a valorização da diversidade, a participação social e a defesa coletiva da dignidade e dos direitos destes segmentos” (Brasil, 2016b, p. 26).

Manutenção

Os agentes da implementação, o contexto interno e o formato da intervenção foram apontados como tendo papel relevante no favorecimento da manutenção da intervenção. Sensibilização para a temática, formação e suporte para os agentes da implementação se destacam em relação aos dois primeiros. Quanto ao formato, a sensibilização, preparo e suporte para que as participantes se tornem facilitadoras e multiplicadoras das atividades, o que inclui deixar sugestões de leituras, filmes, atividades culturais; pistas de como seguir com os encontros, dentre outros, foi o facilitador para manutenção mais referido pelas participantes. A intervenção ser curta, de fácil aplicação também pode favorecer que ela continue sendo aplicada pela instituição. A modalidade de intervenção grupal também aparece como um facilitador. Esse dado está em sintonia com estudos que apontam que a prática de grupos já é uma das principais estratégias de atuação de profissionais no CRAS (Senra, 2018; Sobral & Lima, 2013). Além disso, essa modalidade também tem sido a mais utilizada em intervenções para o empoderamento de mulheres negras (Jones & Warner, 2011; Meneghel, 2008; Short & Williams, 2013; Taha et al., 2015).

As barreiras mais relatadas para a manutenção se referem aos agentes da implementação e contexto externo. Nos resultados do estudo, aspectos ligados à cultura e aos sistemas de crenças perpassam principalmente o contexto externo e o contexto interno. Esse dado corrobora o estudo de Wight et al. (2012) e Pfandenhauer et al. (2017) que assinalam que a cultura pode ser uma barreira para o sucesso da intervenção. Esses aspectos devem ser avaliados e levados em conta no planejamento e implementação da intervenção. O presente estudo contribui para esse intento ao fornecer uma lista de elementos que podem funcionar

como barreira, como o racismo institucional, para que desenvolvedores e implementadores da intervenção possam construir estratégias para contornar ou superar esses dificultadores.

Os resultados do presente estudo sinalizam que muitos elementos de barreiras perpassam a temática do racismo, principalmente nas categorias agentes da implementação, contexto interno e contexto externo. Falta de conhecimento sobre racismo, indisposição em abordar o tema, não acreditar na sua existência e racismo institucional foram alguns empecilhos mencionados pelas entrevistadas. Esses dados apoiam o estudo de Costa (2017) que revelou que, entre os profissionais do SUAS, o mito da democracia racial ainda é muito presente. Também nessa direção, Oliveira e Costa (2018) discutem sobre a necessidade desses atores compreenderem de maneira mais qualificada as determinações macrossociais envolvidas na área para que sejam possíveis um olhar e uma atuação profissional mais integrais.

A maior quantidade de elementos de barreira foi identificada nas categorias agentes da implementação, contexto interno e contexto externo. Estudo que avaliou a implementação do Programa Famílias Fortes (PFF 10-14) em CRAS (Abdala et al., 2020) encontrou barreiras semelhantes ligadas ao contexto de implementação como: condições de trabalho dos agentes de implementação, baixa adesão de gestores e profissionais com o Programa, fragilidades na gestão municipal. Os elementos que funcionaram como facilitadores para a implementação do PFF 10-14 também encontram correspondência nos resultados do presente estudo: articulação intersetorial adequada, engajamento dos envolvidos, agentes da gestão sensibilizados, estratégias eficientes na abordagem das famílias. Esses resultados reiteram teorias que consideram o contexto um fator relevante na implementação de intervenções complexas (Pfandenhauer et al., 2017).

Estudo conduzido por Luz (2020) também utilizou o modelo RE-AIM para avaliar necessidades para o desenvolvimento de uma intervenção para promoção de perdão. Os

resultados encontrados pelo autor apresentam algumas semelhanças com os dados do presente estudo em relação ao formato da intervenção, recrutamento, técnicas, implementação, contexto interno e contexto externo.

Considerações Finais

O modelo RE-AIM se mostrou uma ferramenta útil para conduzir o estudo de avaliação de necessidades para intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras. Os achados deste estudo indicam que as intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras podem ter maiores chances de sucesso se (a) os objetivos forem convergentes com os da unidade e visarem o fortalecimento da autoestima, autoeficácia e vínculos familiares e comunitários; (b) a população-alvo forem as mulheres negras e estas tiverem prévia relação com a unidade; (c) o convite for simples, atrativo e explicativo; (d) for curta, em grupo, com frequência quinzenal ou mensal e prever sensibilização, preparo e suporte para que as participantes se tornem facilitadoras e multiplicadoras das atividades; (e) fizer uso de recursos diversificados, didáticos e de fácil acesso, além de disponibilizar guia orientador para aplicação; (f) fornecer lanche, atividades para os filhos e for implementada perto do local de moradia das participantes; (g) oferecer possibilidade de espaço de fala e escuta para as mulheres colocarem suas questões; (h) a avaliação contemplar processo e resultados (pré, pós e *follow-up*) e fizer uso de recursos e estratégias diversificadas; (i) a intervenção auxiliar o trabalho já realizado pela equipe da unidade e esta estar sensibilizada e capacitada em relação à temática racial e a condução da intervenção; (j) houver apoio da gestão e integração com outras ações realizadas na unidade, além de esta perceber a promoção de mudanças na vida das mulheres e na comunidade; (l) estiver prevista no documentos orientadores da PNAS e no planejamento das secretarias estaduais de assistência social.

Para tanto, estas intervenções devem ser desenhadas de modo a superar as barreiras de (a) incompatibilidade de horário e local da intervenção com a disponibilidade de tempo e possibilidades das mulheres se deslocarem para a unidade; (b) não reconhecimento das mulheres no convite; (c) ausência de local para deixar os filhos; (d) dificuldade de avaliação de processo e resultados; (e) condições de trabalho desfavoráveis dos agentes da implementação; (f) ausência ou deficiência na formação profissional de discussões críticas sobre gênero, relações raciais e trabalho com grupos; (g) indisposição da gestão da unidade em adotar e apoiar intervenções que discutam gênero e racismo; (i) cultura que não contribui para a discussão da temática racial; (j) impacto negativo na unidade gerado pela mudança de governo.

Em síntese, o alcance, a eficácia, a adoção, a implementação e a manutenção de intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras dependem da sensibilização e reconhecimento por parte dos agentes da implementação e gestão da unidade da necessidade e relevância de promover intervenções sensíveis às particularidades desse grupo. Isso envolve, por exemplo, adequar horário e local da entrega e contemplar a temática racial no percurso da intervenção. Além disso, condições de trabalho que permitam que os profissionais se dediquem à intervenção sem se sentirem sobrecarregados também são necessárias. Por fim, um contexto externo favorável, com destinação de orçamento para a política pública e investimento em formação profissional também se mostrou relevante.

Diante de (a) uma política pública recente e um campo de atuação relativamente novo, principalmente para psicólogas(os), que, portanto, necessita de produção de referencial teórico-técnico com instrumentos, teorias e técnicas de intervenção; (b) da carência de intervenções sistematizadas desenvolvidas para aplicação na política de assistência social; e (c) da escassez de intervenções voltadas para a promoção de empoderamento de mulheres negras, a principal contribuição dos achados do presente estudo é fornecer pistas sobre elementos potencialmente facilitadores ou dificultadores/barreiras para o planejamento,

desenvolvimento, implementação e avaliação de tais intervenções que possa embasar a tomada de decisão de profissionais e gestores de CRAS. Ademais, um dos pontos fortes do estudo é ter adotado, como foco de investigação, o contexto onde se pretende que a implementação aconteça, os CRAS.

Extrapolando a capacidade do presente texto discutir todos os aspectos dos resultados deste estudo. Mas acredita-se que esta pesquisa pode contribuir para a área de conhecimento de intervenções psicossociais ao sistematizar elementos importantes a serem considerados no processo de planejamento, desenvolvimento e implementação e avaliação de intervenções que tenham como foco o empoderamento de mulheres negras. Apesar de o CRAS ter sido aqui elegido como local de implementação, acredita-se que os elementos facilitadores e barreiras identificados poderão fornecer pistas de como intervenções semelhantes podem ser pensadas para outras unidades da Política de Assistência Social, unidades de saúde, Organizações da Sociedade Civil, Coletivos, dentre outras.

Vale salientar que consideramos importante que intervenções que tenham esse foco estejam alinhadas a outras intervenções, principalmente aquelas capazes de impactar de forma significativa as dimensões meso e macrosocial e seus determinantes que contribuem para a manutenção das condições de vida da população usuária da Assistência Social. Esse cuidado pode prevenir o erro de acreditar que intervenções focadas somente no indivíduo conseguem mudar significativamente fenômenos complexos e estruturais

Como limitações do estudo, pode-se citar a utilização de apenas um tipo de procedimento de coleta de dados, entrevista; e a não inclusão da perspectiva de usuárias do CRAS entre as participantes do estudo. Como agenda de pesquisa, sugere-se que sejam conduzidos estudos de viabilidade por meio de estudos piloto para comprovar a aplicabilidade dos achados deste estudo no desenvolvimento, implementação e avaliação da intervenção. Sugere-se também a disseminação destes achados junto a atores relevantes,

como gestoras e profissionais do SUAS, movimento de mulheres negras, movimento feminista, movimento negro, associação de pesquisadores, dentre outros. Por fim, sugere-se maior investimento em formação profissional que contemple compreensão e postura crítica sobre a temática das relações raciais.

Referências

- Abdala, Ingrid G., Murta, Sheila G., Menezes, Jordana. C. L. de, Nobre-Sandoval, Larissa de A., Gomes, Maria do S. M., Duailibe, Karina D., & Farias, Danielle A. (2020). Barriers and Facilitators in the Strengthening Families Program (SFP 10–14) Implementation Process in Northeast Brazil: A Retrospective Qualitative Study. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(19), 6979. MDPI AG.
<http://dx.doi.org/10.3390/ijerph17196979>
- Almeida, Fabio A.; Brito, Fabiana A., & Estabrooks, Paul A. (2013). Modelo RE-AIM: Tradução e Adaptação cultural para o Brasil. *Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social*, 1(1), 6-16.
- Almeida, Kamila S. de, Dimenstein, Magda, & Severo, Ana. K. (2010). Empoderamento e atenção psicossocial: notas sobre uma associação de saúde mental. *Interface Comunicação, Saúde, Educação*, 14(34), 577-592. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832010005000009>.
- Barreto-Zorza, Yenny M. & Velásquez-Gutiérrez, Vilma F. (2016). Centro de desarrollo humano comunitario: programa para familias afrocolombianas desde la investigación acción participativa. *Revista de Salud Pública*, 18(5), 768-781. <http://dx.doi.org/10.15446/rsap.v18n5.43160>.
- Bauer, Martin W. & Gaskell, George. (Orgs.) (2015). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (P. A. Guareschi, Trad.). Vozes (Trabalho original publicado em 2000).
- Berth, Joice. (2018). *O que é empoderamento?* Letramento.
- Borges, Lilian Maria & Barletta, Janaína Bianca. (2015). Teorias e modelos explicativos em prevenção e promoção da saúde orientados para o indivíduo e para a comunidade. Em Sheila Giardini Murta, Cristineide Leandro França, Karine Brito dos Santos & Larissa

Polejack (Orgs.) *Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 113-149). Sinopsys.

Brasil. (2018a). *Boletim Mulheres no SUAS* (Boletim da Vigilância Socioassistencial, 5). Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2018/06/Boletim-5-CGPVIS.pdf>

Brasil. Ministério da Saúde. (2016a). *Resolução Conselho Nacional de Saúde, nº 510 de 7 de abril de 2016* (Sobre normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais). Conselho Nacional de Saúde.

Brasil. (2016b). *Resolução Conselho Nacional de Assistência Social, nº 7 de 18 de maio de 2016* (Aprova o II Plano Decenal de Assistência Social, 2016-2026). Conselho Nacional de Assistência Social.

Brasil. Ministério da Saúde. (2012a). *Resolução de Conselho Nacional de Saúde, nº 466 de 12 de dezembro de 2012* (sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos). Conselho Nacional de Saúde.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2012b). *Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família PAIF* (Vol. 1). http://agendaprimeirainfancia.org.br/arquivos/Orientacoes_PAIF_1.pdf

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2012c). *Orientações técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF: Trabalho Social com Família* (Vol. 2).

http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orientacoes_PAIF_2.pdf

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (2011). *Orientações técnicas: CREAS*. <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>

- Brasil. (2004). *Política Nacional de Assistência Social*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social.
http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf
- Brasil. (1993). *Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993* (Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências). Presidência da República. Casa Civil.
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77-101.
<http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Carneiro, Sueli. (2003). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Em Ashoka empreendimentos sociais; Takano cidadania (Org.). *Racismos contemporâneos*. Takano Editora.
- Carroll, Christopher, Patterson, Malcolm, Wood, Stephen, Booth, Andrew, Rick, Jo, & Balain, Shashi. (2007). A conceptual framework for implementation fidelity. *Implementation Science*, 2(40), 1-9. <https://doi.org/10.1186/1748-5908-2-40>
- Carvalho, Sérgio R. (2004). Os múltiplos sentidos da categoria "empowerment" no projeto de promoção à saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 20(4), 1088-1095.
<http://www.scielosp.org/pdf/csp/v20n4/24.pdf>.
- Cattaneo, Lauren B. & Goodman, Lisa A. (2015). What is empowerment anyway? A model for domestic violence practice, research, and evaluation. *Psychology of Violence*. 5(1), p. 84-94. <https://doi.org/10.1037/a0035137>
- Collins, Patricia Hill. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Routledge.
- Cornwall, Andrea. (2016). Women's empowerment: Whats works? *Journal of International Development*, 28, 342-359. <https://doi.org/10.1002/jid.3210>

- Costa, Gracyelle. (2017). Assistência social, no enlace entre a cor e gênero dos(as) que dela necessitam. *O Social em Questão*, 20(38), 227-246.
- Costa, Marco Aurélio & Marguti, Bárbara O. (2015). *Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros*. Ipea. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7947>.
- Cordeiro, Mariana Prioli. (2018). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS): uma breve introdução. Em Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman, & Laura Vilela e Souza. (Orgs.). (2018). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas*. (pp. 63-80). Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo.
- Crenshaw, Kimberlé Williams. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Creswell, John W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3ª ed.). Artmed.
- Creswell, John W. (2014). *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (3ª ed.). Penso.
- Curado, Jacy Corrêa. (2018). Psicologia e pobreza: um problema a ser enfrentado! Em Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman, & Laura Vilela e Souza. (Orgs.). (2018). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas*. (pp. 46-60). Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo.
- Cutter, Susan L, Boruff, Bryan J., & Shirley, W. Lynn. (2003). Social vulnerability to environmental hazards. *Social Science Quarterly*, 34(1), 242-261.
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1540-6237.8402002>
- Cutter, Susan L. (2011). A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, 59-69. <https://journals.openedition.org/rccs/165>

- Eldredge, L. Kay Bartholomew, Markham, Christine. M., Ruitter, Robert. A. C., Fernández, María. E., Kok, Gerjo, & Parcel, Guy. S. (2016). *Planning health promotion programs: An intervention mapping approach* (4rd. Edition). Jossey-Bass.
- Ferreira, Cláudia Aparecida Avelar & Nunes, Simone Costa. (2020). Mulheres negras: um marcador da desigualdade racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, 12(33), 508-534.
<https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/674>.
- Finlayson, Marcia, Cattaneo, Davide, Cameron, Michelle, Coote, Susan, Matsuda, Patrícia N., Peterson, Elizabeth, & Sosnoff, Jacob J. (2014). Applying the RE-AIM framework to inform the development of a multiple sclerosis falls-prevention intervention. *International Journal of MS Care*, 16(4), 192-197. <https://doi.org/10.7224/1537-2073.2014-055>
- Flick, Uwe. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). (J. E. Costa, Trad.). Artmed. (Trabalho original publicado em 1995).
- Glasgow, Russell, Vogt, Thomas M., & Boles, Shawn M. (1999). Evaluating the public health impact of health promotion interventions: the RE-AIM framework. *American Journal of Public Health*, 89(9), 1322-1327. <https://doi.org/10.2105/AJPH.89.9.1322>
- Gonzalez, Lélia. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs*, 223-244.
- Goto, Janaina Brugnera, Couto, Paulo Francisco Mastella, Bastos, João Luiz. (2013). Revisão sistemática dos estudos epidemiológicos sobre discriminação interpessoal e saúde mental. *Cadernos de Saúde Pública*, 29(3), 445-459.
- Jones, Lani V. & Warner, Lynn A. (2011). Evaluating culturally responsive group work with black women. *Research on Social Work Practice*, 21(6), 737-746.
<https://doi.org/10.1177/1049731511411488>

- Konrad, Lisandra M., Tomicki, Camila, Silva, Mônica C., Almeida, Fabio A., & Benedetti, Tânia R. B. (2017). Avaliação de programas de comportamento usando a ferramenta RE-AIM: um estudo de revisão sistemática. *Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde*, 22(5), 439-449. <https://doi.org/10.12820/rbafs.v.22n5p439-449>
- Lopes, Fernanda. (2005). Para além da barreira dos números: desigualdades raciais e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 21(5), 1595-601.
- Luz, José Marcelo O. (2020) *Desenvolvimento e avaliação de uma intervenção para a promoção do perdão*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UnB.
- Magalhães, Kelly A., Cotta, Rosângela M. M., Gomes, Karine O., Franceschini, Sylvia do C. C., Batista, Rodrigo S., & Soares, Jéferson B. (2011). Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 21(4), 1493-1514.
- Marcondes, Mariana Mazzini, Pinheiro, Luana, Queiroz, Cristina, Querino, Ana Carolina, & Valverde, Danielle. (2013). *Dossiê mulheres negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. IPEA.
https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dossie_mulheres_negras.pdf
- Mata, Valdisia Pereira da & Pelisoli, Catula Luz. (2016). Expressões do racismo como fator desencadeante de estresse agudo e pós-traumático. *Revista Brasileira de Psicologia*, 03(1), 126-140.
- Meneghel, Stela Nazareth, Farina, Olga, & Ramão, Silvia Regina. (2005). Histórias de resistência de mulheres negras. *Estudos Feministas*, 13(3), 567-586.
<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300006>

- Moore, Graham, Audrey, Suzanne, Barker, Mary, Lyndal, Bond, Bonell, Chris, Hardeman, Wendy, Moore, Laurence, O’Cathain, Alicia, Tinati, Tannaze, Wight, Danny, & Baird, Janis. (2013). *Process evaluation of complex interventions. UK Medical Research Council (MRC) guidance*. UK Medical Research Council.
- Murta, Sheila Giardini & Santos, Karine Brito dos. (2015). Desenvolvimento de programas preventivos e de promoção de saúde mental. Em Sheila G. Murta, Cristineide Leandro-França, Karine B. dos Santos & Larissa Polejack (Orgs.). *Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 168-191). Sinopsys.
- Oliveira, Isabel de Fernandes & Costa, Ana Ludmila F. (2018). Psicologia e política social: história e debate. Em Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman & Laura Vilela e Souza (Orgs.). (2018). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp. 32-44). Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo.
- Oliveira, Isabel Fernandes de, Dantas, Candida Maria Bezerra, Solon, Avrairan Fabrícia Alves Caetano, & Amorim, Keyla Mafalda de Oliveira. (2011). A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicologia & Sociedade*, 23(spe), 140-149.
<https://doi.org/10.1590/S0102-71822011000400017>
- Pfandenhauer, Lisa M., Gerhardus, Ansgar, Mozygamba, Kati, Lysdahl, Kristin B., Booth, Andrew, Hofman, Bjorn, Wahlster, Philip, Polus, Stephanie, Burns, Jacob, Brereton, Louise, & Rehfuss, Eva. (2017). Making sense of complexity in context and implementation: the context and implementation of complex interventions (CICI) framework. *Implementation Science*, 12(21), 1-17. <https://doi.org/10.1186/s13012-017-0552-5>
- Prestes, Clélia Rosane dos Santos. (2018) *Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras: interseccionalidade e bem viver*. [Tese de Doutorado, Universidade de São

Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP.

https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-184832/publico/prestes_corrigida.pdf

Romagnoli, Roberta Carvalho. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 151-161. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p151>

Ronzani, Telmo M., Mota, Daniela C. B., & Costa, Pedro Henrique A. (2015). Avaliação de necessidades em saúde mental: utilizando métodos participativos. Em Sheila G. Murta, Cristineide Leandro-França, Karine B. dos Santos & Larissa Polejack (Orgs.). *Prevenção e promoção em saúde mental: fundamentos, planejamento e estratégias de intervenção* (pp. 152-167). Sinopsys.

Senra, Carmem Magda Ghetti. (2018). O grupo no condomínio: relato de experiência sobre a atuação do psicólogo no CRAS. Em Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman & Laura Vilela e Souza (Orgs.). (2018). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp. 177-188). Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo.

Short, Ellen L. & Williams, Wendi S. (2013). From the inside out: Group work with women of color. *The Journal for Specialists in Group Work*, 39(1), 71-79.
<https://doi.org/10.1080/01933922.2013.859191>

Schucman, Lia Vainer. (2010). Racismo e antirracismo: A categoria raça em questão. *Revista de Psicologia Política*, 10(19), 41-55.

Sobral, Marcela Flores Cardoso, & Lima, Marcus Eugênio Oliveira. (2013). Representando as práticas e praticando as representações nos CRAS de Sergipe. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 630-645. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300009>

Souza, Laura Vilela. (2018). Contribuições construcionistas sociais para o trabalho com grupos na proteção social básica. Em Mariana Prioli Cordeiro, Bernardo Svartman &

- Laura Vilela e Souza (Orgs.). (2018). *Psicologia na assistência social: um campo de saberes e práticas* (pp. 255-236). Instituto de Psicologia/Universidade de São Paulo.
- Taha, Farah, Zhang, Huaiyu, Snead, Kara, Jones, Ashley D., Blackmon, Brittane, Bryant, Rachel J., Siegelman, Asher E., & Kaslow, Nadine J. (2015). Effects of a culturally informed intervention on abused, suicidal African American women. *Cultural Diversity and Ethnic Minority Psychology, 21*(4), 560-570. <http://dx.doi.org/10.1037/cdp0000018>
- Waiselfisz, Julio Jacobo. (2015). *Mapa da violência 2016*. Homicídios de mulheres no Brasil. FLACSO.
- Whitehead, Margaret, Pennington, Andy, Orton, Lois, Nayak, Shilpa, Petticrew, Mark, Sowden, Amanda, & White, Martin. (2016). How could differences in 'control over destiny' lead to socio-economic inequalities in health? A synthesis of theories and pathways in the living environment. *Health and Place, 39*, 51-61. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2016.02.002>
- Whitehead, Margaret, Pennington, Andy, Orton, Lois, Nayak, Shilpa, Petticrew, Ring, Adele, Mark, Sowden, Amanda, & White, Martin. (2014). Is control in the living environment important for health and wellbeing, and what are the implications for public health interventions? *Public Health Research Consortium, Final Report*. https://www.phrc.online/assets/uploads/files/PHRC_004_Final_Report.pdf
- Wight, Daniel, Plummer, Mary, & Ross, David. (2012). The need to promote behavior change at the cultural level: one factor explaining the limited impact of the MEMA kwa Vijana adolescent sexual health intervention in rural Tanzania. A process evaluation. *BMC Public Health, 12*, 788. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-12-788>
- Yin, Robert K. (2016). *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Penso.
- Zhang Huaiyu, Neelarambam Kiranmayi, Schwenke, Tomina J., Rhodes, Miesha N., Pittman, Delishia M., Kaslow, Nadine J. (2013). Mediators of a culturally-sensitive intervention

for suicidal African American women. *Journal of Clinical Psychology in Medical Settings*, 20(4), 401–414. <https://doi.org/10.1007/s10880-013-9373-0>

Considerações Finais

Sumário dos resultados

A presente tese objetivou identificar mecanismos e diretrizes para intervenções que almejem favorecer o empoderamento de mulheres negras no âmbito da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O primeiro manuscrito analisou as discussões da literatura científica sobre mulheres negras na PNAS/SUAS. Os resultados apontaram para uma discussão ainda incipiente sobre raça nesse campo. Mesmo os poucos estudos que se propõem a investigar mulheres negras pouco se aprofundam na discussão sobre raça e racismo. O segundo manuscrito investigou, a partir da visão das mulheres entrevistadas, em sua maioria, negras, quais mecanismos podem favorecer o empoderamento de mulheres negras nos níveis micro/pessoal, meso/comunitário e macro/social. Os achados do estudo apontam elementos que remetem a vivências interseccionadas por raça, gênero e classe. Por fim, o terceiro manuscrito teve o objetivo investigar elementos que podem funcionar como facilitadores ou barreiras para o alcance, eficácia/efetividade, adoção, implementação e manutenção de intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras no CRAS. Os achados indicam um número muito maior de elementos facilitadores do que barreiras. De modo geral, os resultados indicam que o alcance, a eficácia, a adoção, a implementação e a manutenção de intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras dependem da sensibilização e reconhecimento por parte dos agentes da implementação e gestão da unidade da necessidade e relevância de promover intervenções para empoderamento desse grupo e que abordem a temática racial. Condições de trabalho que permitam que os profissionais se dediquem à intervenção sem se sentirem sobrecarregados e contexto externo favorável também se mostraram relevantes. Diante dos resultados, acredita-se que os objetivos da pesquisa foram atingidos.

Diretrizes para intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras

Os resultados dos estudos oferecem informações relevantes que podem ser utilizadas para desenvolver intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras ou aprimorar as já existentes. Além da PNAS, como contexto de implementação, acredita-se que esses dados podem ser úteis para informar intervenções com essa proposta em diversos outros campos como a saúde, a educação e organizações da sociedade civil em vários setores. Com base nos achados dos estudos, elencamos 19 pontos de recomendações.

1. É necessário maior investimento em estudos que abordem a inserção de mulheres negras, a partir de uma perspectiva interseccional, na Política Nacional de Assistência Social e nas políticas públicas de forma geral. A avaliação de atendimento e resultados das políticas públicas na vida das mulheres negras, também se faz necessária, contribuindo, assim, para seu contínuo aprimoramento.

2. Recomenda-se uma maior visibilidade da questão racial nos dados oficiais dos serviços, programas, projetos e benefícios que compõem as políticas públicas.

3. A formação profissional, de diferentes áreas de atuação, em seus vários níveis (educação básica, graduação, pós-graduação, formação continuada), precisa estar mais comprometida em contemplar a temática das relações raciais, a perspectiva interseccional e as condições das mulheres negras na sociedade. Além disso, a formação profissional também é um campo privilegiado para a construção de estratégias de enfrentamento de iniquidades sociais.

4. A perspectiva da interseccionalidade é uma lente útil e necessária para informar tais intervenções, uma vez que as experiências são atravessadas por eixos estruturantes como raça, gênero, classe, sexualidade, dentre outros.

5. Intervenções que objetivem promover o empoderamento de mulheres negras precisam considerar os vários níveis nos quais os mecanismos operam (micro, meso e macrosocial). Ainda que uma intervenção possa focar um ou outro mecanismo, é importante não perder de vista sua relação com os outros elementos nas três dimensões. A Figura 1 apresenta alguns desses mecanismos.

Figura 1

Mecanismos de empoderamento de mulheres negras nos níveis micro, meso e macro

Nível Micro	Nível Meso	Nível Macro
<ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento de si como mulher negra - Consciência crítica da realidade sócio histórica na qual o racismo se expressa - Fortalecimento da autoestima - Reconhecimento de si como sujeito de direitos - Reconhecimento de si como sujeito ativo/agência - Fortalecimento da autoeficácia - Fortalecimento da identidade política - Referências positivas 	<ul style="list-style-type: none"> - Oportunidade de trabalho para obter renda - Acesso e permanência na educação formal - União com outras mulheres negras - Rede de apoio - Participação na vida pública - Pertencimento comunitário - Relações mais igualitárias com companheiros amorosos - Melhoria no acesso à saúde - Saída do empobrecimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Políticas Públicas - Combate ao racismo - Representatividade positiva de mulheres negras na mídia, na política e em demais espaços - Resgate da história da população negra com uma visão mais positiva, justa e crítica - Reconhecimento da educação não formal - Foco nas mulheres pobres - Mudança da cultura atual para uma cultura de maior equidade - Combate ao sexismo - Interesse e ação de políticos para proteger as mulheres negras - Discussão do racismo institucional no mercado de trabalho

Fonte: Alves et al. (2021, manuscrito em preparação).

6. O desenvolvimento da intervenção precisa de embasamento teórico que contemple tanto teorias psicológicas quanto sociais. Além disso, a intervenção precisa estar alinhada às especificidades técnicas, conceituais e metodológicas da instituição onde se deseja implementar. Prever a falta de preparo e conhecimento dos profissionais sobre racismo e empoderamento de mulheres negras nessa etapa pode ajudar a traçar soluções para essa questão, como a oferta de treinamentos. A produção de um guia orientador para a aplicação da intervenção também é recomendada.

7. Os objetivos da intervenção, além de contemplar os mecanismos de empoderamento apontados na Figura 1, precisam atender às necessidades das mulheres e sua

comunidade e da instituição de implementação. No caso do CRAS, os objetivos da intervenção devem estar em consonância com os objetivos da PNAS e da proteção social básica.

8. Uma vez que a relação prévia com a instituição favorece a adesão à intervenção, pode-se, antes de fazer o convite, proporcionar uma vinculação das potenciais participantes com instituição de implementação.

9. Como a palavra empoderamento pode não ser familiar para todas as possíveis participantes, sugere-se adotar outro nome que seja atrativo e que possa traduzir a mesma ideia do termo, como fortalecimento, por exemplo.

10. Para o convite das participantes, é importante que este adote linguagem acessível e seja explicativo sobre possíveis benefícios, sobre a existência de espaço de escuta e fala, e sobre o cronograma da intervenção. É preferível que o convite seja feito por alguém da instituição com quem as mulheres já estejam vinculadas. Ponto relevante para o convite é que as mulheres se reconheçam nele.

11. Sugere-se que o formato da intervenção adote a modalidade grupal, com duração média de 90 minutos cada encontro, com frequência quinzenal e curta duração. Interatividade e adoção de lógica que interligue os encontros também são indicadas.

12. Recomenda-se fazer uso de metodologias participativas, elementos da cultura negra e recursos atrativos, diversificados, didáticos e de fácil acesso. Faz-se necessária a abordagem da história das mulheres negras a partir de uma perspectiva positiva, favorecendo o resgate positivo da história de vida das participantes. Para isso, é importante adotar estratégias de valorização das potencialidades e habilidades das mulheres e de favorecimento de conscientização sobre a realidade sócio-histórica na qual estão inseridas. Os materiais produzidos para implementar a Lei 10.639 na educação podem ser utilizados como inspiração.

13. Durante a implementação da intervenção é fundamental que as condições de acesso das participantes sejam facilitadas (horário, local, possibilidade de levar os filhos, oferta de lanche e gastos com transporte). A representatividade de mulheres negras na composição da equipe implementação também é recomendada. A integração da intervenção com outras atividades (ofertas) da instituição também é aconselhada.

14. Parceiras com outras instituições (públicas e da sociedade civil), lideranças comunitárias e conselhos também podem fortalecer a implementação da intervenção.

15. Para favorecer o engajamento e assiduidade das participantes, uma postura ativa dos agentes da implementação é essencial. Ademais, a oferta de ambiente acolhedor, afetivo e bonito, e o envolvimento ativo das participantes na entrega da intervenção podem contribuir significativamente para o engajamento.

16. É importante que a avaliação da intervenção abarque processo e resultados (pré, pós e *follow-up*) e faça uso de recursos e estratégias diversificadas. Prever a participação de mulheres não alfabetizadas e avaliar as repercussões nas crianças e adolescentes sob cuidado das participantes também são recomendados.

17. Os agentes da implementação são atores fundamentais nas etapas da intervenção. Por isso, é necessário favorecer condições de trabalho que permitam dedicação às atividades que a intervenção requer, sem que isso os sobrecarregue. Outro ponto importante é fornecer para esse grupo treinamentos e suporte sobre a temática das relações raciais e sobre trabalho com grupos, além de contemplar as atividades específicas da entrega da intervenção (convite, facilitação dos encontros, estratégias de engajamento e assiduidade, avaliação, dentre outras).

18. A sensibilização de gestões institucionais sobre a relevância da proposta da intervenção pode fomentar o apoio necessário para que a intervenção seja adotada, implementada e continue sendo ofertada na instituição. Sugere-se dessa forma, que a formação continuada de gestores públicos e da sociedade civil contemplem reflexões e

discussões críticas a respeito das relações raciais no Brasil e seu impacto nas vidas das mulheres negras.

19. Por fim, o contexto externo pode ser mais favorável para intervenções desse tipo se houver maior interesse político e investimento em políticas públicas de promoção da igualdade racial e redução das desigualdades sociais. Para favorecer tal contexto externo, sugere-se ações de *advocacy* de movimentos sociais, associações profissionais e associações científicas. A ampliação de lideranças femininas negras no âmbito legislativo que defendam esta agenda também pode contribuir para esse cenário.

Agenda de pesquisa

Os resultados apresentam dados relevantes que podem informar intervenções para promoção de empoderamento de mulheres negras. Acredita-se que eles podem ser utilizados para embasar programas e projetos no âmbito da Política Nacional de Assistência Social e em outras políticas públicas.

Como agenda de pesquisa, recomenda-se que estudos futuros investiguem, de forma mais ampliada, as publicações sobre mulheres negras no SUAS, incluindo outras bases de dados e livros publicados. Sugere-se também que estudos futuros explorem em profundidade cada um dos níveis de empoderamento estudado e forneçam evidências adicionais de sua interrelação, assim como os efeitos de cada um desses mecanismos nas vidas (e na saúde) das mulheres negras. Investigação de possíveis diferenças entre a percepção de mulheres brancas e mulheres negras sobre o empoderamento desse último grupo também são incentivadas. Por fim, recomenda-se que sejam realizados estudos futuros de desenvolvimento de intervenção para verificar a aplicabilidade dos achados deste estudo no planejamento, implementação e avaliação da intervenção, em diferentes contextos de aplicação.

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado do CEP CHS/UnB

CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Empoderamento de mulheres negras: desenvolvimento, implementação e avaliação de um programa de intervenção

Pesquisador: Claudia de Oliveira Alves

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 01208518.4.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Psicologia -UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.070.871

Apresentação do Projeto:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de novembro de 2018.

Objetivo da Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de novembro de 2018.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de novembro de 2018.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de novembro de 2018.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 09 de novembro de 2018.

A pesquisadora anexou também carta de respostas às pendências elencadas.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

A pesquisadora esclareceu adequadamente como realizará o recrutamento das participantes e tomará cuidados éticos de modo a preservar a autonomia das participantes. Também esclareceu

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.070.871

como se dará a devolução dos dados em caso de haver participantes com baixa ou nenhuma escolarização formal.

Esta pesquisa está aprovada pelo CEP/CHS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1214797.pdf	24/11/2018 23:37:54		Aceito
Outros	Carta_Resposta_de_Pendencias.docx	24/11/2018 23:36:54	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto de Pesquisa.docx	24/11/2018 23:36:10	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Instrumento_de_Coleta_Escala_de_Autoestima_de_Rosenberg.docx	15/10/2018 21:24:57	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Instrumento_Coleta_Dados_SELF_REPORT_QUESTIONAIRE.docx	15/10/2018 21:24:27	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Instrumento_Coleta_Dados_Roteiro_de_Entrevista_Individual.docx	15/10/2018 21:21:10	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Instrumento_Coleta_Dados_Roteiro_de_Entrevista_Coletiva.docx	15/10/2018 21:20:49	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Instrumento_Coleta_Dados_Registro_de_Satisfacao_com_a_Sessao.docx	15/10/2018 21:20:31	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Instrumento_Coleta_Dados_QUESTIONARIO_DEMOGRAFICO.docx	15/10/2018 21:20:14	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Instrumento_Coleta_Dados_Formulario_de_Avaliacao_de_Dose_Recebida.docx	15/10/2018 21:19:38	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Sheila_Murta.pdf	15/10/2018 21:18:59	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
Outros	Curriculo_Lattes_Claudia_Alves.docx	15/10/2018 21:18:28	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEInstitucional.docx	04/10/2018 11:11:35	Claudia de Oliveira Alves	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEIndividualC.docx	04/10/2018 11:11:24	Claudia de Oliveira Alves	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
 Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “Empoderamento de mulheres negras: desenvolvimento, implementação e avaliação de um programa de intervenção”, de responsabilidade de *Cláudia de Oliveira Alves*, estudante de *doutorado* da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *avaliar necessidades, desenvolver e avaliar o processo de uma intervenção para promoção de empoderamento de mulheres negras em Centros de Referência em Assistência Social – CRAS da cidade de Brasília, DF*. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas e gravação, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas. É para estes procedimentos que você está sendo convidada a participar. Acredita-se que sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco. Caso a participante ou a pesquisadora julguem necessário, serão disponibilizados os serviços do Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos da Universidade de Brasília - CAEP e de Centros similares de outras instituições de ensino do país. A participação poderá ser interrompida a qualquer momento caso a pessoa e/ou a pesquisadora identifique a presença de riscos. Assim, será assegurada assistência às participantes da pesquisa no que se refere a possíveis complicações ou danos que possam decorrer do envolvimento com a pesquisa.

Espera-se com esta pesquisa *desenvolver uma estratégia de intervenção grupal capaz de promover empoderamento em mulheres negras*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 XXXX XXXX ou pelo e-mail XXXXXXX@hotmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de envio *do relatório de pesquisa*, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

(Cidade), ___ de _____ de _____

Anexo C - Termo de autorização para utilização de som de voz**para fins de pesquisa**

Eu, _____, autorizo a utilização do meu som de voz, na qualidade de participante/entrevistado/a no projeto de pesquisa intitulado “Empoderamento de mulheres negras: desenvolvimento, implementação e avaliação de um programa de intervenção”, sob responsabilidade de *Cláudia de Oliveira Alves* vinculado/a ao/à *Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília*.

Meu som de voz pode ser utilizado apenas para *análise por parte da equipe de pesquisa*.

Tenho ciência de que não haverá divulgação do meu som de voz por qualquer meio de comunicação, sejam eles televisão, rádio ou internet, exceto nas atividades vinculadas ao ensino e à pesquisa explicitadas acima. Tenho ciência também de que a guarda e demais procedimentos de segurança com relação às imagens e som de voz são de responsabilidade do/da pesquisador/a responsável.

Deste modo, declaro que autorizo, livre e espontaneamente, o uso para fins de pesquisa, nos termos acima descritos, da minha imagem e som de voz.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com o participante.

Assinatura da participante

Assinatura da pesquisadora

(Cidade), ____ de _____ de _____